



# SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICAS E SUJEITOS SOCIAIS

---

Ednéia Alves de Oliveira  
Marco José de Oliveira Duarte  
Marina Monteiro de Castro e Castro  
(Organizadores)

# SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICAS E SUJEITOS SOCIAIS

Ednéia Alves de Oliveira  
Marco José de Oliveira Duarte  
Marina Monteiro de Castro e Castro  
(Organizadores)



Juiz de Fora

2021

© Editora UFJF, 2021

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora. O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es), são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**REITOR**

MARCUS VINICIUS DAVID

**VICE-REITORA**

GIRLENE ALVES DA SILVA



**DIRETOR DA EDITORA UFJF**

RICARDO BEZERRA CAVALCANTE

**CONSELHO EDITORIAL**

RICARDO BEZERRA CAVALCANTE (PRESIDENTE)

ANDRÉ NETTO BASTOS

CHARLENE MARTINS MIOTTI

CLAUDIA HELENA CERQUEIRA MARMORA

CRISTINA DIAS DA SILVA

ILUSKA MARIA DA SILVA COUTINHO

JAIR ADRIANO KOPKE DE AGUIAR

MARCO AURELIO KISTEMANN JUNIOR

RAPHAEL FORTES MARCOMINI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

**SERVIÇO SOCIAL**

**REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO**

MALORGIO STUDIO DESIGN & COMMUNICATION

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF

---

Serviço social, políticas e sujeitos sociais / Ednéia Alves de Oliveira, Marco José de Oliveira Duarte, Marina Monteiro de Castro e Castro (organizadores). – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021. Dados eletrônicos (1 arquivo: 2,7 mb)

ISBN 978-65-89512-27-1

1. Serviço social. 2. Política social. 3. Questão social no trabalho. I. Oliveira, Ednéia Alves de. II. Duarte, Marco José de Oliveira. III. Castro, Marina Monteiro de Castro e. IV. Título.

CDU 364.442

---

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto n. 6.583 de 29 de setembro de 2008.



**EDITORA UFJF**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 790

CENTRO - JUIZ DE FORA - MG - CEP 36015-400

FONE/FAX: (32) 3229-7646 / (32) 3229-7645

editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br

www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	<b>6</b>
Marilda Villela Iamamoto	

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>10</b>
Os organizadores	

## PARTE I

### POLÍTICA SOCIAL E TRABALHO

#### CAPÍTULO 1

##### ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL: DO DESENVOLVIMENTISMO ÀS AVESSAS

<b>À ECONOMIA POLÍTICA DO GOLPE</b>	<b>14</b>
Anderson Martins Silva, Ednéia Alves de Oliveira, Paula Vidal Molina	

#### CAPÍTULO 2

<b>POLÍTICAS SOCIAIS E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL</b>	<b>34</b>
Henrique Andre Ramos Wellen	

#### CAPÍTULO 3

##### TRABALHO E SOFRIMENTO MENTAL: UMA REVISÃO CRÍTICA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO NO CAPITALISMO

	<b>51</b>
Marcela Mendes Sales, Marco José de Oliveira Duarte	

## PARTE II

### QUESTÃO SOCIAL E SUJEITOS SOCIAIS

#### CAPÍTULO 4

<b>ORDEM MUNDIAL MODERNA, TERRITÓRIO E CAMPO DE EXTERMÍNIO</b>	<b>66</b>
Elizete Maria Menegat, Tatiana Dahmer Pereira	

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO 5

### DETERMINAÇÃO DA SAÚDE E EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: IMPACTOS PARA OS SUJEITOS SOCIAIS \_\_\_\_\_ 80

Laura Marcelino Leal, Marina Monteiro de Castro e Castro

## CAPÍTULO 6

### FEMINISMOS E SOCIALISMOS: CUMPLICIDADES NECESSÁRIAS \_\_\_\_\_ 95

João Manuel Calhau de Oliveira

## PARTE III

### SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL

## CAPÍTULO 7

### A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES E ANÁLISES SOBRE A SUA COMPREENSÃO \_\_\_\_\_ 105

Adriana Ramos, Luciana Gonçalves Pereira de Paula

## CAPÍTULO 8

### SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA GESTÃO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL \_\_\_\_\_ 122

Celia Maria Grandini Albiero, Marcella Maciel Uchôa

## CAPÍTULO 9

### ANÁLISE INSTITUCIONAL: INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO TRABALHO PROFISSIONAL \_\_\_\_\_ 143

Elaine Marlova Venzon Francisco

### SOBRE OS AUTORES \_\_\_\_\_ 157

# PREFÁCIO

MARILDA VILLELA IAMAMOTO<sup>1</sup>

Sinto-me honrada com o convite para prefaciar a coletânea, *Serviço Social, Políticas e Sujeitos Sociais*, a mim dirigido por parte das (o) organizadoras, docentes pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Dra. Ednéia Alves de Oliveira, Dra. Marina Monteiro de Castro e Castro e Dr. Marco José de Oliveira Duarte –, a quem agradeço a oportunidade de partilhar desta publicação.

Este livro expressa parte da produção acadêmica de grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Mestrado e Doutorado) da UFJF e, simultaneamente, registra experiências de intercâmbio acadêmico nacionais e internacionais levadas a efeito por seus grupos de pesquisa. Na busca de excelência acadêmica em suas atividades, encontram-se congregados, neste volume, produções de docentes da UFJF ao lado de pesquisadores de outras universidades brasileiras – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – e de universidades estrangeiras – Universidad de Chile (UC), em Santiago, e o Instituto Universitário de Lisboa, em Portugal.

O tema central que enfeixa os textos aqui reunidos – Serviço Social, políticas sociais e sujeitos sociais – dispõe de maior relevância e atualidade nesses tempos de crise do capital e de crise civilizatória. Elas são agravadas, no cenário mundial, com virulência da pandemia do século XXI, nesses “tempos de guerra, tempos sem paz”.

A radicalização da crise mundial contribui para derruir mistificações que encobrem o capital enquanto relação social alienada. A crise permite abrir fendas nas sombras dos fetiches do capital. A relação social capitalista eclode, em sua inteira e violenta natureza, isto é, enquanto condensação de contradições de classe e de desigualdades de todos os naipes, potenciadas pela história da formação social e política brasileira e sua inserção periférica no mercado internacional.

A reprodução ampliada da acumulação tem na contrapartida a reprodução ampliada de “trabalhadores livres como pássaros” (Marx, 1985, p. 263)<sup>2</sup>, cuja única mercadoria que dispõem para venda é a sua força de trabalho. Com elevados contingentes de supérfluos para necessidades médias de absorção da economia capitalista, essa força de trabalho necessita ser comprada e/ou alocada precariamente no mercado para que se transforme em trabalho sob a lógica do capital. Em época de radical liberalismo, com prevalência de interesses do capital que rende juros, os países

<sup>1</sup> Assistente Social, Doutora em Ciências Sociais e Pós-doutorado em Serviço Social (PUC-SP). Prof. Titular aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ), atuando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ), Prof. Visitante da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Autora de livros e artigos científicos nas áreas de Serviço Social e Ciências Sociais.

<sup>2</sup> MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

dependentes são particularmente afetados na sua produção, em razão da inserção subordinada na divisão internacional do trabalho e nos centros do poder político. Reproduz-se, de forma exponencial, o trabalho precário, a pobreza e a miséria, que reverberam nas condições de vida, de trabalho, na saúde e sociabilidade dos sujeitos sociais; e radicalizam a “questão social” e suas múltiplas expressões incidentes na vida dos sujeitos sociais. Aqui tende a crescer o desemprego, o subemprego nas suas várias formas com destaque ao setor de serviços; a desproteção, a terceirização e a informalidade no trabalho afetando as condições de reprodução da força de trabalho. Por outro lado, as políticas estatais públicas encontram-se sucateadas e /ou privatizadas em favor do grande capital sob a orientação neoliberal, o que compromete serviços públicos universais de qualidade na proteção aos direitos das maiorias.

Mas em outra margem da vida em sociedade, iniciativas de autodefesa coletiva de parte dos sujeitos sociais têm tido pouca visibilidade social pública. Elas se expressam em lutas parciais, organizações e movimentos sociais sintonizados com projetos da classe para a sociedade. Soldando unidade e fraternidade da classe trabalhadora em seus vários segmentos, essas lutas são portadoras do novo, na defesa de direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas. Tais iniciativas são também profundamente afetadas pela conjuntura recessiva.

Esse panorama, aqui esboçado em mal traçadas linhas, é condição para pensar o Serviço Social inscrito na história, nesses tempos de aridez de sonhos de futuro e de radicais dificuldades em decorrência da crise mundial.

Essa quadra histórica é objeto de estudos aprofundados em diferentes aspectos nos resultados de pesquisas constantes desta obra. Nela têm destaque dimensões fundamentais para decifrar o presente, como as relações entre acumulação capitalista e a força de trabalho no Brasil, a partir dos anos noventa, considerando os movimentos da taxa de lucro. Políticas voltadas à reprodução da força de trabalho levadas a efeitos pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), são consideradas, tais como: a valorização do salário-mínimo real, a ampliação do orçamento da seguridade social, a transferência focalizada de renda por meio do Bolsa Família; terceirização e informalidade nas relações de trabalho, crescimento de empregos precários no setor de serviços e significativa redução do desemprego no período petista.

A relação entre política social a reprodução da força de trabalho nos países periféricos – com destaque para a seguridade social e nela para a política nacional de assistência social – é outro tema privilegiado nesta coletânea. Com base em dados oriundos de fontes respeitáveis e/ou oficiais (IBGE, PNAD, DIEESE), a análise trata de dilemas decorrentes da redução de recursos para as políticas sociais em decorrência dos processos de desoneração do capital.

No marco das relações de trabalho e saúde, no âmbito do Serviço Social, o destaque volta-se ao sofrimento mental do trabalhador. Ele é tratado a partir do diálogo com a bibliografia francesa especializada de Dejours, sobre os fundamentos da psicodinâmica do trabalho; e Le Guillant, em suas contribuições à Psicopatologia do Trabalho, críticas à realidade social capitalista.

Instigante análise do ordenamento político e territorial mundial associado ao colapso do sistema mundial bipolar, na década de oitenta do século XX, expressa sua sociabilidade constitutiva, presidida pela acumulação de capital e pela produção mercantil e suas tensões, com foco na configuração territorial. A reconstituição histórica desse processo ilumina as origens de campos de concentração e extermínio associadas à colonização da Ásia e da África.

Outra temática que aqui tem lugar é a determinação social do processo saúde-doença relacionada às expressões da “questão social” no país (apoiadas em dados de IPEA-2019), consoante heranças da formação histórica brasileira, com foco nos impactos nos sujeitos sociais e no trabalho do assistente social.

Provocativas relações de cumplicidade entre feminismos e socialismo são alvo de tratamento polêmico. Feminismos no plural – anticapitalista, antirracista e anticolonial – fazem contraponto aos feminismos liberal e neoliberal. Pretende-se o fim da opressão das mulheres e dissidentes sexuais no capitalismo, desconsiderando o socialismo, apreendido a partir de movimentos presentes na esquerda global.

O Serviço Social, como objeto de sua própria pesquisa, marca presença ao longo do livro, mas tem destaque na terceira parte desta obra, no eixo do trabalho profissional. Inaugura esse segmento o debate sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social considerada a “síntese” do exercício profissional do assistente social, em uma abordagem que envolve necessariamente dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. O estudo apoia-se em entrevistas com assistentes sociais. Outra dimensão do trabalho profissional abordada volta-se a análise da gestão e do trabalho do assistente social na operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ela implica uma leitura crítica da política de assistência social e seus marcos legais/normativos no país, a afirmação dos nortes do projeto ético-político do Serviço Social, detectando desafios nos âmbitos da política pública de assistência social e na prestação dos serviços socioassistenciais. Finalizando, reafirma-se a perspectiva da teoria do processo de trabalho na leitura dessa especialização do trabalho coletivo atuante no âmbito da reprodução dos trabalhadores, com ênfase na expressão dos diferentes interesses de classe que permeiam a ação dos sujeitos no cotidiano institucional. Nessa direção, é aqui revisitada a análise institucional no âmbito do Serviço Social.

Os resultados parciais de projetos de pesquisa aqui reunidos são presididos por uma tríplice característica, que ressalta a unidade na diversidade teórica e temática. A primeira característica, que perpassa o conjunto temático da obra, é o acompanhamento continuado do processo histórico com apoio em fontes de dados públicas e/ou oficiais, que desafia a análise crítica. A segunda característica é manter viva a chama do debate teórico, elucidando implicações, potencialidades e limites de propostas analíticas. O diálogo interdisciplinar sob a lente histórico-crítica rompe fronteiras de áreas de conhecimento arejando e enriquecendo interpretações, coerente com a perspectiva de totalidade ao nível do conhecimento. A terceira característica é lançar luzes sobre o trabalho do

assistente social em seu processo de realização, nos marcos das políticas públicas e das instituições voltadas à sua implementação.

Finalizando, reitero meus agradecimentos aos organizadores desta coletânea e expresso minhas saudações às autoras e aos autores aqui reunidos. É com satisfação que convido os (as) leitores (as) para apreciar e usufruir as descobertas e fecundas provocações presentes no trabalho coletivo.

Juiz de Fora (MG), 30 de abril de 2020

# APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço Social, Políticas e Sujeitos Sociais*, fruto da investigação de pesquisadoras e pesquisadores de grupos de pesquisa de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social do Brasil, visa publicizar a produção de conhecimento da área de Serviço Social, a partir de temas estruturantes que vêm consolidando o cenário de debates acadêmicos dessa área científica. O investimento na produção intelectual aqui apresentada contempla a forma de cooperação técnico-científica em pesquisa, não apenas com a parceria de intelectuais de Norte a Sul do Brasil, como com outros autores de fora do país, que se juntam a esta produção acadêmica brasileira.

Dessa forma, a coletânea, publicada pela Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, materializa, nos marcos fundantes de uma universidade pública e gratuita, o investimento público em Ciência, Tecnologia e Inovação, tornando essa produção intelectual acessível e, em particular, contribuindo, socialmente, para os estudos no campo das *políticas sociais e trabalho*, da *questão social e sujeitos sociais* e do *Serviço Social e trabalho profissional* aqui produzidos pelas autoras e autores desta obra que, ao tomarem a realidade da sociedade contemporânea, não se furtam à análise crítica de suas produções e da própria contradição que vivem como pesquisadoras e pesquisadores, docentes e cidadãos e cidadãos em tempos sombrios em escala mundial.

Na primeira parte da obra, encontram-se as produções que tematizam *Política social e trabalho*. O primeiro capítulo, intitulado *Acumulação capitalista e força de trabalho no Brasil: do desenvolvimentismo às avessas à economia política do golpe*, é resultado de uma investigação sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil nos últimos anos, em particular durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica com base em dados divulgados sobre as condições de crescimento econômico, relação salarial, relações trabalhistas, políticas sociais e sua imbricação com a crise instaurada no país e que reverberou no golpe contra Dilma Rousseff, levando ao poder o governo liberal ortodoxo, alinhado ao extremo com a política imperialista do grande capital financeiro. A intenção dos pesquisadores de Serviço Social de diferentes universidades, incluindo uma chilena, é reafirmar que tais condições reforçam a posição de um Brasil dependente, subordinado e inserido numa perspectiva de crescimento baseado no modelo liberal periférico, mantendo, portanto, as disparidades regionais, sociais e econômicas, marca histórica da formação social brasileira.

O segundo capítulo, *Políticas sociais e condições de trabalho no Brasil*, de autoria de um pesquisador de Serviço Social de uma universidade do Nordeste brasileiro, tem por objetivo analisar algumas relações entre as políticas sociais e a reprodução da força de trabalho na atualidade brasileira. Para tanto, com base em elementos teóricos e em indicadores sociais, o autor buscou apresentar algumas análises e questionamentos sobre a necessidade que o capital tem, na atualidade, de subsidiar a reprodução da força de trabalho, a partir da mediação das políticas sociais.

Com o título *Saúde, trabalho e sofrimento mental: uma revisão crítica sobre as organizações do trabalho no capitalismo*, os autores do terceiro capítulo, pesquisadores de Serviço Social de diferentes universidades da região Sudeste do país, pretendem analisar a produção teórica acerca da questão do sofrimento mental do trabalhador, utilizando autores desse campo de estudos, como os pesquisadores franceses, Christophe Dejours e Louis Le Guillant, que tratam desse objeto de pesquisa a partir de uma análise crítica, tendo, como eixo central de suas investigações, as relações de trabalho submetidas ao modo de produção da sociedade capitalista. Dessa forma, os autores ressaltam que essa contribuição teórica tem significativa relevância na atual conjuntura brasileira e internacional, em que o sofrimento mental tem crescido como uma das expressões acirradas da questão social na atual ordem do capital.

Na segunda parte desta coletânea, sob o título *Questão social e sujeitos sociais*, tomam-se os diversos enfoques e perspectivas críticas que tematizam a realidade dos sujeitos sociais na realidade brasileira em diferentes contextos. Assim, no primeiro capítulo, intitulado, *Ordem mundial moderna, território e campo de extermínio*, as autoras, pesquisadoras de Serviço Social de duas universidades distintas do Sudeste brasileiro, problematizam o surgimento dos campos de concentração e de extermínio, na virada do século XIX, no momento de constituição da ordem mundial moderna ao período conhecido como a “grande depressão”. Apontam as saídas para as crises, pela colonização violenta da África e de regiões da Ásia, passando pelo modelo de concentração e extermínio que se tornou o paradigma biopolítico de todo o século XX e se impõe nas primeiras décadas do XXI.

*Determinação da saúde e expressões da “questão social” no Brasil: impactos para os sujeitos sociais* é o segundo capítulo, em que as autoras, pesquisadoras de Serviço Social de mesma universidade da região Sudeste brasileira, afirmam que o processo saúde – doença tem vinculação direta com as desigualdades postas na sociedade capitalista e projetadas no conjunto denominado de expressões da “questão social”. Na sociedade brasileira, afirmam as autoras, essas desigualdades são marcadas por uma formação sócio-histórica determinada pela colonização, escravidão, patriarcado e por um capitalismo dependente os quais moldaram as relações sociais e a distribuição/apropriação de riqueza. Nesse sentido, apresentam uma reflexão sobre a determinação social do processo saúde-doença em sua relação com as expressões da “questão social”, particularizando a sociedade brasileira e os impactos para os sujeitos sociais.

No terceiro capítulo, *Feminismos e socialismos: cumplicidades necessárias*, o pesquisador de uma universidade portuguesa e visitante de uma outra na região Sul do Brasil, propõe analisar se os feminismos se contrapõem ou não ao socialismo. A partir da crítica ao feminismo liberal e do conceito de interseccionalidade, sua analítica toma várias autoras feministas que operam suas críticas ao conceito genérico de mulher. Dessa forma, apontando para as perspectivas decolonial e anticapitalista, incorpora os saberes e feminismos negros, como estruturantes de sua reflexão feminista e histórica sobre as opressões de classe. Nesse contexto, sinaliza as possibilidades de mudanças e de lutas frente às violências e à acumulação no capitalismo no cenário neoliberal.

Na última parte da coletânea, cujo tema é *Serviço Social e trabalho profissional*, aglutinam-se as investigações de pesquisadoras de Serviço Social que tematizam a realidade do trabalho profissional articulado aos estudos das políticas sociais e da questão social que reverberam incisivamente no cotidiano dos profissionais dessa área de conhecimento, voltados para a intervenção em diversos espaços sócio-ocupacionais e institucionais no Brasil.

Portanto, no primeiro capítulo, intitulado *A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: reflexões e análises sobre a sua compreensão*, as autoras, pesquisadoras do Serviço Social de diferentes universidades do Sudeste brasileiro, analisam, a partir dos resultados parciais de uma pesquisa realizada, a dimensão técnico-operativa do trabalho profissional do assistente social, contribuindo para a compreensão ainda limitada sobre o tema por parte de alguns profissionais.

Com o título *Serviço social, assistência social e os serviços de proteção social na gestão: algumas reflexões sobre a intervenção profissional*, tem-se o segundo capítulo, em que as autoras, pesquisadoras de Serviço Social de uma universidade do Norte do Brasil, tomam a gestão dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pelo Serviço Social, com especial foco para o trabalho profissional nessa atividade. As autoras, portanto, a partir dos dados da pesquisa, sinalizam, que há, na política de Assistência Social, grandes desafios, identificados por elas, que envolvem o trabalho de assistentes sociais no SUAS, apontando para a necessidade de espaços de debates contínuos que devem ser decisivos para o avanço da classe trabalhadora e para a classe que vive do trabalho.

No terceiro capítulo, *Análise Institucional: instrumento necessário ao trabalho profissional*, a autora, pesquisadora de Serviço Social de uma universidade do Sudeste do Brasil, problematiza alguns elementos pertencentes à formação profissional, no que tange à inserção do assistente social em processos de trabalho coletivos no âmbito dos espaços socioinstitucionais. Para tanto, discute as categorias da análise institucional, como forma de apreender as posições estratégicas dos diferentes sujeitos partícipes do trabalho coletivo. Tal perspectiva busca dar maior concretude à análise dos diferentes sujeitos na realização do trabalho profissional, em que as relações de mando, de gerenciamento, de manifestação de diferentes interesses de classe possam ser analisadas, constituindo um dos instrumentos do trabalho profissional.

Assim, esse conjunto de produções acadêmicas aqui reunidas, que sustenta esta Coletânea, toma a realidade concreta em suas diferentes expressões da vida social, com suas dinâmicas próprias, fazendo emergir, nas análises empreendidas por suas autoras e autores, a dialética do movimento histórico do tempo presente. Portanto, as reflexões teóricas, oriundas das mais diferentes pesquisas na área de Serviço Social, vêm contribuir para ampliar o debate interdisciplinar no campo dos estudos das políticas e dos sujeitos sociais.

Juiz de Fora, abril de 2020  
Os organizadores

**PARTE I**

**POLÍTICA SOCIAL E TRABALHO**

# ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL: DO DESENVOLVIMENTISMO ÀS AVESSAS À ECONOMIA POLÍTICA DO GOLPE

ANDERSON MARTINS SILVA  
EDNÉIA ALVES DE OLIVEIRA  
PAULA VIDAL MOLINA

## INTRODUÇÃO

Este artigo se inscreve no marco do desenvolvimento e aprofundamento das tendências econômico-sociais desencadeadas pela crise econômica mundial de 2008 e reafirmadas pelo golpe de 2016 contra Dilma e o lulismo. Partimos da compreensão de que somente uma frente ampla composta por trabalhadores, setores oprimidos e democráticos poderá, a partir de mobilizações massivas, como nos dão exemplo os lutadores chilenos – mobilização ainda em curso no momento em que escrevemos –, impor um dique de contenção aos avanços reacionários do governo Bolsonaro – cenário que consideramos pouco provável no médio prazo.

No entanto, derrotar os ataques contra as condições de vida da classe trabalhadora mundial, particularmente os perpetrados no Brasil no período recente, exige que nossa compreensão ultrapasse os limites da “esfera fenomênica e aparente dos processos econômico-sociais” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 37). Assim, temos como objetivo principal contribuir para a apreensão das determinações subjacentes que operam na realidade brasileira no contexto de crise econômica, política e social verificado na segunda década do século XXI no país.

De maneira geral, o embate político entre o lulismo e as perspectivas de direita aparece de maneira simplista, conformando uma espécie de “círculo de ferro” que “estreita a percepção sobre a natureza do capitalismo brasileiro” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 37). Colocada dessa forma, a análise acaba afirmando a política econômica neoliberal como única possível ou como algo “inegociável” (MERCADANTE, 2010). A questão central da natureza e limitações objetivas do capitalismo brasileiro é tirada do foco analítico, colocando-se em primeiro plano a discussão acerca de que governo foi mais ou menos competente na gestão da política econômica (GONÇALVES, 2013).

Assim, um primeiro passo para a compreensão do sentido histórico da evolução das relações entre a acumulação capitalista e a força de trabalho no processo econômico-social brasileiro, particularmente a partir dos anos 1990, é a recolocação do foco analítico sobre a natureza e limitações objetivas do capitalismo brasileiro, de modo a evidenciar as tendências subjacentes em desenvolvimento na particularidade brasileira, a partir da implementação, nos anos 1990, do Modelo Liberal Periférico (MLP) e de sua consolidação nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

## AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO BRASILEIRO NO PÓS-1980

O período que vai de 1930 a 1980 foi marcado por um amplo esforço levado a cabo pelo Estado brasileiro e por setores do empresariado no sentido de superar os limites estruturais legados pela economia primário-exportadora vigente até a década de 1920 (IANNI, 2009; FURTADO, 2007; TAVARES, 1976). Entre 1950 e 1980, verificou-se a intensificação de uma estratégia de desenvolvimento que tinha como meio a industrialização com o objetivo de conformar um parque industrial complexo no país, assim como diminuir o abismo distributivo característico do processo histórico brasileiro até então (PRADO, 2017). A industrialização inicial promovida por Vargas, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, na década de 1940, e da Petrobras, no início dos anos 1950; o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek; a tentativa desenvolvimentista sob o governo de Jango, no pré-1964; o período do “milagre” (1968-1973) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – última tentativa da burguesia brasileira de concluir os objetivos desenvolvimentistas com a consolidação da produção de meios de produção (bens de capital) – sob a ditadura são episódios decisivos nesse movimento histórico que entra em crise a partir dos anos 1980.

A observação da evolução da taxa de lucro no Brasil no período 1950-2015 revela a manifestação de uma tendência consistente de queda da taxa de lucro no país. A partir do golpe civil-militar de 1964 e do assim chamado “milagre econômico” de Delfim Neto, em base à repressão ditatorial e ao arrocho salarial (CHASIN, 2000), a taxa de lucro voltou a atingir, em 1973, aproximadamente 80% da verificada no início da década de 1950. Daí em diante, apesar da pequena recuperação observada sob o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), a tendência à queda da taxa de lucro se aprofundou, verificando-se, a partir do início dos anos 1980, no período de crise do nacional-desenvolvimentismo, uma queda drástica de mais de 50% para, aproximadamente, 30% no início da década de 1990 (PRADO, 2017).

Em resposta à crise do nacional-desenvolvimentismo, nos anos 1980, com vistas a recompor a taxa de lucro, passou a ser implementada por sucessivos governos – com grande impulso a partir de 1994 nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – uma série de medidas de cunho liberal em cinco dimensões da organização econômico-social e política do país. Experimentaram-se mudanças na relação entre capital e trabalho, na relação entre as distintas frações do capital, na inserção internacional do país, na estrutura e funcionamento do Estado e, por fim, nas formas de

representação política (FILGUEIRAS *et al*, 2010), culminando, sob os governos do PT, na consolidação do Modelo Liberal Periférico (MLP):

O modelo é liberal porque é estruturado a partir da *liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira*; da *implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da Previdência Social) e da privatização de empresas estatais, que implica reconfigurar a intervenção estatal na economia e na sociedade*; e de um *processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho*. O modelo é periférico porque é uma *forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional*, ou seja, um país que não tem influência na arena internacional e se caracteriza por significativa *vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais* (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 22, grifos nossos).

As medidas de liberalização e desregulação promovidas no início dos anos 1990 – particularmente, a terceirização de atividades-meio no setor industrial, iniciada no final dos anos 1980 –, combinadas à continuidade do arrocho salarial iniciado sob a ditadura e mantido até 1995, contribuíram para a estabilização da taxa de lucro no patamar de 25%. A partir da implementação do Plano Real, a taxa voltou a crescer, culminando, em 1997, em uma taxa próxima dos 40%. Ao longo do segundo mandato de FHC, mesmo com avanço das privatizações e da reforma do Estado, a taxa se manteve acima dos 35%, com tendência declinante até 2002. No início do segundo mandato de Lula, em 2007, após uma tendência de alta a partir de 2003, embalada pela conjuntura internacional favorável para os países produtores de *commodities*, a taxa de lucro retornou para patamares próximos de 40% com relação ao verificado em 1952, iniciando-se, a partir daí, uma nova tendência de queda que se intensificou a partir de 2013 atingindo, no meio do primeiro mandato de Dilma, o menor patamar histórico desde 1952, cerca de 20% (PRADO, 2017).

Como indica Marx (1986), é a partir da observação do movimento da taxa de lucro que o capitalista individual orienta o seu investimento nos diferentes países, estados e setores da economia, de modo a promover o processo de acumulação capitalista. Assim, considera-se que a queda tendencial da taxa de lucro analisada acima se constitui como determinação subjacente do processo de semiestagnação econômica pelo qual passou o Brasil no pós-1980.

Com relação à taxa de acumulação na economia brasileira, a partir de 2000, manifestaram-se três tendências. Nos últimos anos do segundo mandato de FHC (2000-2002), houve queda da taxa de acumulação de, aproximadamente, 2%, em 2000, para 1%, em 2003. A partir dos governos Lula, particularmente entre 2005 e 2008, manifestou-se uma forte tendência de aumento da taxa de acumulação que vai atingir, no último ano, o patamar de 4%. Após leve queda no ano de 2009, a taxa voltou a se recuperar, encerrando a tendência ascendente, em 2011, na faixa dos 5%. Por fim, entre 2011 e 2015, expressando a crise em curso, a taxa mergulhou para menos de 2% ao ano. O movimento destacado revela que, durante os governos Lula, a taxa de acumulação cresceu,

acompanhando a tendência de crescimento da taxa de lucro, ao passo que, em 2011, a taxa de acumulação passa a se deteriorar sob impacto da queda da taxa de lucro iniciada em 2009 no país (MARQUETTI, 2016).

A análise do movimento da taxa de lucro sob o MLP evidencia que as medidas de liberalização, desregulação, privatização e contrarreformas, levadas a cabo pelos sucessivos governos a partir dos anos 1990, contribuíram para estabilizar o movimento tendencial de queda da taxa de lucro, até 2008, na casa dos 35%-40%. Porém, com o advento da crise e seu impacto no país, a partir de 2009, houve o aprofundamento da tendência de queda, sendo minadas as bases da conciliação de classes construídas ao longo dos governos do PT.

A tendência à queda da taxa de lucro a partir de 2009 foi determinada pela diminuição da produtividade do capital ocasionada, de um lado, pelo fim do ciclo de alta das *commodities*, de outro, pelas modificações na composição do investimento no Brasil. No que diz respeito a essa última, como informa Marquetti (2016, p. 10), ao passo que, no período 2003-2008, a “expansão do investimento fora liderada pela aquisição de máquinas e equipamentos”, no período 2009-2014, a liderança coube à construção.

A queda só não foi maior, graças aos incentivos fiscais e subsídios – medidas anticíclicas – criados no primeiro mandato de Dilma (Nova Matriz Econômica), na tentativa de sustentar a acumulação e o nível de emprego no país frente aos efeitos da desaceleração da economia mundial no pós-2008 e do fim do ciclo de alta das *commodities*. A permanência da tendência de queda do Produto Interno Bruto (PIB), iniciada a partir de 2011, indica que os incentivos e subsídios, longe de se transformarem em ampliação do investimento, foram incorporados pelas empresas na forma de lucro.

Do lado do trabalho, a política distributiva do lulismo baseou-se na valorização do salário mínimo real – ganhos sobre a produtividade do trabalho e acima da inflação – , na ampliação dos recursos da seguridade social e na transferência focalizada de renda para a base da pirâmide social brasileira via Bolsa-Família, sendo funcional para a sustentação do processo de acumulação entre 2003 e 2008. Houve o aumento da participação dos salários na renda nacional, concomitantemente ao aumento da taxa de lucro. Como indica Marquetti (2016), tal resultado foi obtido por meio da ampliação da utilização da capacidade ociosa instalada e do aumento da produtividade potencial do capital. Contudo, a partir de 2009, como expressão da crise econômica mundial, a produtividade do capital passou a regredir e a taxa de lucro voltou a cair, tornando a melhoria dos rendimentos da classe trabalhadora brasileira, observada no período anterior, um obstáculo à manutenção dos níveis anteriores. Ocorreu, assim, o esmagamento dos lucros (*profit squeeze*) (GLYN e SUTCLIFF, 1972), fazendo-se necessário, frente à forte deterioração intensificada a partir de 2013, o rompimento com a política distributiva construída ao longo dos governos PT, tornando impossível ao Estado brasileiro continuar servindo a dois senhores (MARQUES; MENDES, 2007). A seguir, apresentamos, de maneira sintética, os principais elementos que caracterizam a situação de semiestagnação da economia brasileira sob o Modelo Liberal Periférico.

## DESENVOLVIMENTISMO ÀS AVESSAS E SEMIESTAGNAÇÃO

No período nacional-desenvolvimentista (1950-1980), a média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro atingiu a marca de 7,41% ao ano (IBGE, 2019), enquanto, no período que vai de 1980 a 2018, a média foi três vezes menor, caindo bruscamente para 2,43% (BANCO MUNDIAL, 2019). Quando observamos o período de vigência do Modelo Liberal Periférico (MLP), particularmente a partir do Plano Real, temos um desempenho medíocre de 2,49%. Considerados os governos de FHC, Lula, Dilma e o governo golpista de Temer, temos, respectivamente, as médias 2,45%, 4,07%, 0,42% e 1,09%. Bolsonaro, em seu primeiro ano, obteve um crescimento do PIB de míseros 1%.

Apesar das divergências com relação às suas causas e significado, é corrente, na literatura especializada, a noção de que, sob a vigência do MLP, ainda que distante dos resultados apresentados pelo desenvolvimentismo clássico, nos governos Lula é que foram obtidos os resultados mais expressivos do ponto de vista do PIB no pós-1980 (GONÇALVES, 2012; 2013; FILGUEIRAS *et al*, 2010; BARBOSA, 2013; POCHMANN, 2012; 2014), com picos de 5,75%, em 2004, 6,06%, em 2007, e 7,52%, em 2010. A partir de 2009, sob o impacto da crise mundial, a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira passou a se expressar na retração de -0,12% do PIB e, com exceção de 2010, quando houve uma recuperação conjuntural da ordem de 7,52%, passou a ocorrer uma forte diminuição do ritmo do crescimento econômico brasileiro. Paradoxalmente, também sob os governos do PT é que se verificaram os piores resultados. A média dos governos Dilma foi de 0,42%. O pico de crescimento do PIB ocorreu em 2013 na casa dos 3% e, a partir de então, a economia brasileira mergulhou para o patamar de -3,54%, em 2015, somente voltando a crescer, em 2017, no governo golpista de Michel Temer, insignificantes 1,06% (BANCO MUNDIAL, 2019).

Para além das taxas de crescimento econômico pífias obtidas pelo MLP, o modelo também se caracteriza pelo desenvolvimento de uma tendência à desindustrialização relativa expressa na diminuição da participação da indústria de transformação no PIB e no emprego formal iniciadas a partir de 1986. Nos anos do nacional-desenvolvimentismo (1950-1980), a indústria de transformação cresceu, em média, 10% ao ano, ao passo que, como vimos, o PIB crescera, em média, 7,41% ao ano, ou seja, a indústria crescia mais rápido do que o PIB. Apesar da leve queda no período Jango de 16,9%, em 1960, para 16,5%, em 1964, entre 1952 e 1985, a participação da indústria de transformação no PIB ampliou-se de 11,4% para 21,8% ao fim do período – maior participação na história do Brasil. O ápice da trajetória ressaltada coincidiu com a crise do nacional-desenvolvimentismo – modelo de substituição de importações (MSI) – como solução para a continuidade da acumulação no país. Daí em diante, estabeleceu-se uma forte tendência de queda, 17,7%, em 1990, na faixa de 16%, entre 1995 e 2003, 13,9%, em 2011, e 11,3%, em 2018.

Do ponto de vista do emprego formal, na indústria de transformação, observamos uma queda de 11,7% entre 1987 e 2017. A década de 1990 foi a década em que o emprego formal

no setor perdeu espaço com maior intensidade, variando de 25,1%, em 1990, para 18,2%, em 1999. Cabe notar que parte considerável da diminuição no número de empregos na indústria de transformação nos anos 1990 decorre de sua contabilização no setor de serviços a partir do processo de terceirização das atividades-meio – segurança, refeitório, conservação, portaria etc. – no setor industrial levado a cabo entre o fim dos anos 1980 e meados da década de 1990 no país. Nos anos 2000, a taxa se mantém na faixa dos 18% até o ano de 2009, quando a crise se abate sobre o Brasil e volta a se aprofundar a tendência de queda, atingindo, em 2017, 15,4% (FIESP, 2019).

A observação da participação setorial no PIB de 2017 nos permite dimensionar a importância da indústria de transformação frente aos demais setores da economia brasileira no período mais recente. Tal procedimento nos revela que a maior parcela do PIB corresponde aos serviços (60,6%), seguida da indústria em geral (16,2%). Nos subsetores da indústria, observamos 2,7% referentes a atividades industriais de utilidade pública (SIUP) – água, eletricidade, gás e esgoto –, 1,8% referentes à atividade extrativa mineral e 11,8% referentes à indústria de transformação. A terceira maior contribuição para o PIB veio do comércio, com 12,7%, em seguida, vem a agropecuária, com 5,3%, e a construção civil, com 5,2%. Como vemos, os dados destacados evidenciam uma menor relevância da indústria de transformação frente aos setores de serviços e comércio para a conformação do PIB brasileiro (FIESP, 2019).

Em 2018, as exportações brasileiras foram da ordem de US\$ 238,5 bilhões<sup>1</sup>. A observação da evolução das exportações brasileiras entre 1996 e 2018, do ponto de vista da intensidade tecnológica dos produtos, revela um grande aumento da importância dos produtos não industriais – agricultura, pecuária, pesca, atividade extrativa florestal e mineral – e, em menor medida, daqueles com baixa intensidade tecnológica – alimentos, bebidas, tabaco; madeira e derivados; papel e celulose; gráfica; têxtil, couro e calçados. Como revelado em recente estudo desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (2019), o Brasil é um país cada vez mais dependente das *commodities*. A participação das *commodities* nas exportações brasileiras cresceu de 44%, no período 1998-2002, para 62,8%, entre 2013 e 2017. Assim, enquanto a indústria de automóveis cresceu 160%, acrescentando 29,1% ao crescimento das exportações, as exportações agrícolas cresceram a uma taxa muito maior, de 390%, e acrescentaram 42,8% às exportações totais do país no período.

Sob o efeito da forte ampliação da demanda chinesa e do ciclo de valorização das *commodities* no mercado mundial, a partir de 2003, o aumento da participação dos não industriais na pauta se intensificou, ocorrendo o descolamento de sua trajetória em relação aos demais a partir do ano de 2008. Apesar da diminuição de pouco mais de US\$ 8 bilhões em 2009, expressão da crise econômica mundial, entre 2003 e 2011, sua participação multiplicou-se por mais de 7, ampliando-se de US\$ 14,53 bilhões para US\$ 103 bilhões. Com o fim do ciclo de alta das *commodities*, verificamos uma forte tendência de queda do valor agregado às exportações pelos não industriais que passaram a somar, em 2016, US\$ 61,22 bilhões – queda de 49% em relação ao valor exportado em 2011 –

<sup>1</sup> Para os fins de nossa análise, desconsideramos a quantia de US\$ 1,5 bilhões referentes aos produtos não classificados pela Funcex.

voltando, em 2018, com um valor agregado de US\$ 99 bilhões, a atingir um nível próximo ao de 2011. Verificamos a segunda maior ampliação nos produtos de baixa intensidade tecnológica que passaram de US\$ 23 bilhões, em 2003, para, aproximadamente, US\$ 60 bilhões em 2011 – 2,5 vezes a participação no início do período.

No caso dos produtos de baixa intensidade tecnológica, o fim do ciclo das *commodities* teve um efeito menos intenso do que no caso anterior, visto que o recuo de sua participação no valor das exportações foi de apenas 8% até 2018 (US\$ 52,74 bilhões). Juntos, os produtos não industriais e de baixa intensidade tecnológica agregaram às exportações, em 2018, o valor de, aproximadamente, US\$ 152 bilhões – 64,13% do valor exportado. Somente o agronegócio contribuiu com US\$ 101,6 bilhões (42,3% do total exportado) com destaque para o complexo soja, que movimentou US\$ 40,9 bilhões, e para a produção de petróleo e gás, com US\$ 25,1 bilhões (FUNCEX, 2019).

Em contraste, observamos um desempenho medíocre dos produtos de alta tecnologia – aeronáutica e aeroespacial; armamentos; computadores e máquinas de escritório; eletrônica e telecomunicações; farmacêutica; instrumentos científicos; máquinas elétricas; máquinas não elétricas e químicos – que passaram de US\$ 2 bilhões, em 1996, para, aproximadamente, US\$ 11 bilhões, em 2018; um desempenho mediano dos produtos de média-baixa intensidade tecnológica – borracha e produtos plásticos; metais ferrosos; metais não ferrosos; produtos minerais não metálicos; produtos metálicos; refino de petróleo; construção e reparação naval – que aumentaram sua contribuição para as exportações de US\$ 10 bilhões, no início do período, para US\$ 37 bilhões, ao fim. Os produtos de média-alta intensidade tecnológica – produtos químicos e farmacêuticos; veículos automotores; materiais de transporte em geral; máquinas e equipamentos; material elétrico; material de escritório e informática; material e aparelhos eletrônicos e de comunicação e instrumentos diversos (médicos, ótica, relojoaria, precisão etc) – tiveram um desempenho mediano entre 1996 e 2018 (um pouco acima dos de média-baixa) atingindo, ao fim do período, a participação de US\$ 37 bilhões nas exportações. Somados, os produtos de média e alta intensidade tecnológica agregaram às exportações, em 2018, a quantia de US\$ 85 bilhões – apenas 35,8% do valor total das exportações e 56% do valor agregado pelos não industriais e de baixa intensidade tecnológica.

A comparação das exportações com as importações revela um quadro de ampliação da dependência tecnológica brasileira. Enquanto, nas exportações, predominam os produtos não industriais e de baixa intensidade tecnológica, nas importações, verificamos o contrário, predominam os produtos de média-alta intensidade tecnológica, seguidos dos de média-baixa e alta intensidade tecnológica. Em 2018, as importações totais atingiram o valor de US\$ 181,23 bilhões (FUNCEX, 2019). Os produtos de média-alta intensidade tecnológica ampliaram sua participação de US\$ 28,32 bilhões para US\$ 77,37 bilhões, ao fim do período, atingindo o pico, em 2013, com US\$ 107,16 bilhões; os de média-baixa variaram de US\$ 6,93 bilhões para US\$ 43,22 bilhões; os de alta intensidade tecnológica ampliaram sua participação de US\$ 7,4 bilhões para US\$ 28,32 bilhões, em 2018. A soma dos resultados em 2018 atinge o valor de US\$ 148,89 bilhões – 82,15% da pauta

de importações – ao passo que os produtos não industriais, somados aos de baixa intensidade tecnológica, atingem a soma de US\$ 32,38 bilhões, apenas 21,74% do valor gasto com os produtos de maior teor tecnológico e 17,86% do total importado.

Ao contrário do que afirma Mercadante (2010), a melhoria verificada na balança comercial – superávit de US\$ 58,65 bilhões em 2018 –, na redução da dívida externa e no acúmulo de reservas internacionais ao longo dos governos PT – ao fim de 2015, US\$ 370,8 bilhões (O GLOBO, 25/09/2015) – expressaram somente uma “redução da vulnerabilidade externa conjuntural do país, decorrente direta e indiretamente da situação internacional” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 51), favorável na primeira década do século XXI.

O forte impacto da crise mundial sobre a taxa de crescimento do PIB no Brasil, em 2009 – queda de 5%, em 2008, para -0,12, em 2009 –, trouxe à tona o problema da permanência da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira. Como evidenciado pela análise dos indicadores acima, de fato, sob o MLP, “nenhum passo significativo foi dado no sentido de melhorar o perfil de nossa estrutura produtiva e, por consequência, o de nossas exportações” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 51-52). Pelo contrário, ocorreu um processo de desindustrialização relativa acompanhado pela reprimarização da pauta exportadora do país e, por conseguinte, o reforço da vulnerabilidade estrutural da economia e do caráter agrário-exportador historicamente constituído na formação sócio-histórica brasileira (GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007).

Ainda acerca da evolução da estrutura produtiva e das exportações brasileiras, cabe notar que, como destacam Chagas, Carvalho e Marquesan (2015, p. 272), a análise da política de infraestrutura plasmada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), carro-chefe do “novo desenvolvimentismo”, “revela concentração de recursos na ampliação da infraestrutura logística, produtiva e energética, com ênfase no aumento da capacidade de exploração de combustíveis fósseis”.

Também se constitui como característica do MLP a reconfiguração da intervenção estatal nas relações sociais de produção. No que diz respeito à capacidade do Estado de induzir o desenvolvimento econômico por meio de investimentos, verificamos três movimentos na história recente. No período nacional-desenvolvimentista, houve uma forte tendência de ampliação dos investimentos estatais que, partindo de um patamar de 3% do PIB, em 1947, atingiu, na vigência do IIPND, em 1977, a casa dos dois dígitos, com 10,6%. A partir de então, entre 1978 e 1999, manifestou-se uma grande queda com variação para 7,3%, em 1981, 6,5%, em 1988, 5,2%, em 1992, 2,4%, em 1999. A partir dos anos 2000, observamos a retomada do investimento estatal intensificada a partir de 2007 sob Lula, culminando, em 2010, nas maiores taxas atingidas nos governos do PT – 4,6%, menos da metade do observado no período nacional-desenvolvimentista (PIRES, 2018).

Ainda no âmbito da intervenção estatal, nos governos Lula, foi impulsionado, por meio das empresas e bancos oficiais, um amplo “processo de concentração e centralização de capitais” que envolveu “grandes grupos nacionais, tanto na esfera produtiva quanto na financeira, bem como

na relação entre ambas”. Assim, houve o fortalecimento e a intensificação da internacionalização dos “grandes grupos nacionais”. Em particular, “observa-se uma articulação desses grandes grupos no interior do Estado, através da sua imbricação com as instituições financeiras estatais, os fundos públicos e os fundos de pensão” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 49-50). No arranjo apontado, o BNDES cumpriu um papel central no financiamento de fusões e aquisições característico dos processos de concentração e centralização de capitais em curso. São exemplos dessa dinâmica a intervenção do Estado no processo de associação de grandes grupos econômicos, como a Sadia e a Perdigão, por intermédio do BNDES, e a compra, através do Banco do Brasil, de parte do Banco Votorantim (FILGUEIRAS *et al*, 2010).

Como destacam Filgueiras et. al. (2010, p. 51), por meio da “obtenção da confiança do grande capital e do consentimento dos setores subalternos”, os governos Lula foram responsáveis pelo fortalecimento da hegemonia do capital financeiro e do consenso em torno do atendimento de suas necessidades de acumulação. Nesse marco, ocorreu o avanço da pequena política no sentido gramsciano, com a “estatização dos partidos no poder, cooptação fisiológica para formação de maiorias, patrimonialismo e esvaziamento das instâncias parlamentares, com o fortalecimento das agências governamentais executivas” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 51), de modo que, neste ponto, também não ocorreram grandes modificações em relação aos governos anteriores.

A análise empreendida até aqui indica que, dos anos 1980 a 2019, a economia brasileira tendeu à regressão do desenvolvimento capitalista alcançado no período desenvolvimentista. Em contraste com o modelo anterior, conformou-se um “regime de baixo dinamismo” econômico (CARNEIRO, 2002, p. 398), com taxas de lucro nos patamares históricos mais baixos desde que se iniciou o processo de industrialização brasileiro, reconfiguração da intervenção do Estado nas relações sociais de produção em favor dos setores financeiros e agroexportadores do capital em detrimento do capital industrial. Em lugar da industrialização, houve um processo de desindustrialização relativa, acompanhando da reprimarização da pauta de exportações brasileiras que reflete o aprofundamento da inserção primário-exportadora do Brasil na divisão internacional do trabalho e, com isso, o aprofundamento da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira.

O quadro é grave, na medida em que, frente à fase de longa desaceleração da acumulação capitalista mundial e à tendência declinante da taxa de lucro (BRENNER, 2006), observada, a partir de meados dos anos 1960, nas economias norte-americana, alemã e, pouco depois, na japonesa (1970), para além da liberalização do mercado financeiro e de trabalho, também tem se manifestado, como tendência mundial, a disputa pela hegemonia tecnológica sobre os processos de produção, na tentativa sem sucesso, até o momento, de elevar a taxa de lucro a níveis capazes de desencadear uma nova fase de grande crescimento da acumulação. A crise aberta em 2008 contribuiu para acirrar ainda mais a disputa, como demonstrou recentemente a guerra comercial entre EUA e China.

Nesse marco, por um lado, tem se manifestado a tendência mundial de concentração da produção industrial de alta tecnologia em países do norte da Europa, como Alemanha, Holanda,

Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia etc.; por outro, um forte movimento do capital produtivo rumo ao sudeste asiático, para países como China, Coreia do Sul, Japão e, em menor grau, Indonésia e Malásia. Aqui, é importante enfatizar que, enquanto, no período nacional-desenvolvimentista, por meio da construção de seu parque industrial complexo (indústria 2.0), o Brasil foi capaz de diminuir o abismo entre as forças produtivas instaladas no país e as presentes nos países desenvolvidos, no pós-1980, o quadro volta a se deteriorar, tendo o país passado a se afastar dos países mais avançados tecnologicamente (indústria 4.0).

Assim, como procuramos evidenciar, sob o MLP, o Brasil regrediu para a condição de vendedor de *commodities* e comprador de tecnologia na divisão internacional do trabalho, ocorrendo o aprofundamento da vulnerabilidade externa estrutural da economia. Considerados os fundamentos do processo, trata-se de um processo de recolonização econômica sob a hegemonia do setor financeiro-exportador que reatualizou as estruturas da dependência, conformando-se, para usar a expressão de Gonçalves (2012), um nacional-desenvolvimentismo às avessas, no qual os objetivos econômico-sociais atingidos encontram-se no polo oposto daqueles perseguidos pelo desenvolvimentismo clássico cepalino. No entanto, graças à conjuntura econômica favorável para os países exportadores de *commodities*, na primeira década dos anos 2000, reduziu-se a vulnerabilidade externa conjuntural do país (GONÇALVES, 2013), abrindo espaço para a flexibilização conjuntural da política macroeconômica neoliberal – expansão do crédito e do investimento do Estado – e, com isso, para a “ampliação dos gastos com a política social focalizada (Bolsa-Família) e a adoção de uma política de aumento real do salário mínimo” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 37-38).

## A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO MODELO LIBERAL PERIFÉRICO (MLP)

Como sinalizamos, a melhoria dos indicadores macroeconômicos, a partir de 2003, em função da conjuntura econômica internacional favorável, permitiu a flexibilização da política econômica liberal, longe, porém, de constituir a formação de um modelo novo desenvolvimentista, como afirmam certos setores da intelectualidade brasileira (BRESSER-PEREIRA, 2004; 2006; MERCADANTE, 2010; SINGER, 2012; BARBOSA, 2013). Assim, operou como importante fonte de legitimação do MLP e de sua política macroeconômica, contribuindo para a “consolidação da hegemonia – no sentido preciso de Gramsci – das frações financeiro-exportadoras do capital e dos grandes grupos econômicos privados e estatais nacionais” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 39).

Durante os governos Lula e Dilma, não ocorreu ruptura no processo de precarização do trabalho aprofundado nas décadas anteriores, proliferaram-se a terceirização e a informalidade e, com “exceção da política de salário-mínimo, não se registrou nenhuma ação no sentido de reverter a situação criada anteriormente”. Verificaram-se no período a diminuição da qualidade do emprego – por um lado, decorrência da desindustrialização relativa, por outro da proliferação de

empregos no setor de serviços – , a redução das taxas de desemprego e uma melhora do salário médio real e do salário-mínimo, “resultado do maior crescimento econômico ocorrido a partir de 2006”. Nesse bojo, conquanto tenha havido a ampliação do consumo na base da pirâmide social brasileira, isso “não significou o retorno a taxas de desemprego prevalecentes até os anos 1980” nem o fim da flexibilização dos direitos trabalhistas que “ainda continua na ordem do dia”. Com relação à fiscalização dos direitos do trabalho, com “exceção das ações contra o trabalho escravo, o comportamento contemporizador, ineficiente e conivente das instituições do Estado continuou o mesmo” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 49).

Não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que, para além da política de valorização salarial e do Bolsa-Família, parte significativa da inserção da classe trabalhadora no consumo, a partir dos anos 2003, se baseou na expansão do crédito verificada ao longo dos governos PT, ou seja, na subordinação ainda maior dos trabalhadores ao capital financeiro pela via do endividamento e na formação de bolhas especulativas, dada a incerteza acerca da solvência da dívida contraída pelos trabalhadores (ROMERO *et al*, 2014). Segundo a Associação Brasileira de Bancos – ABBC (2018), em dezembro de 2006, ao fim do primeiro mandato Lula, 24% das famílias brasileiras estavam em dívida com o capital financeiro; em 2010, ao fim do segundo, 39% haviam se endividado. Dando continuidade à trajetória de endividamento crescente das famílias ao longo dos governos PT, em dezembro de 2015, meses antes do golpe, 45% das famílias encontravam-se endividadas. Observa-se que parte significativa do endividamento das famílias – aproximadamente 25%, em 2015 – ocorreu na compra da casa própria, que, ao nosso ver, foi estimulada em grande medida pela execução do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mais uma evidência da manutenção da dominância financeira sobre a economia brasileira – característica do MLP – ao longo dos governos do PT (GONÇALVES, 2012; 2013).

Segundo dados fornecidos pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE) entre 1970 e 2011, a produção de riqueza e a população brasileira aumentaram mais de duas vezes (ROMERO *et al*, 2014). Do ponto de vista populacional, passamos de 93,1 milhões, na década de 1970, para 192,4 milhões, em 2011. Do ponto de vista da produção de riqueza, nosso Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) era, na década de 1970, de 5.238 dólares por habitante, ao passo que, em 2011, passamos a produzir 12.688 dólares por habitante.

A observação dos dados disponibilizados pelo DIEESE (2016) acerca da variação do salário-mínimo real médio entre 1983 e 2016 – valores em R\$ de 2016 –, permite distinguir duas trajetórias distintas. No período entre 1983 (R\$ 870,88) e 1995 (R\$ 383,73), há continuidade do arrocho salarial iniciado pela ditadura, visto que, a trajetória é de queda acentuada do poder de compra dos salários, enquanto, a partir de 1996 (R\$ 389,65), inicia-se a reversão dessa trajetória que se intensifica ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), culminando, em 2016 (R\$ 880,00), na aproximação do valor real do mínimo vigente no início dos anos 1980.

Considerados somente os rendimentos dos assalariados – Índice de Gini –, entre 1970 e 1990, a trajetória foi de aumento da desigualdade entre os rendimentos dos assalariados, enquanto, de 1990 a 2011, verificou-se uma trajetória de diminuição da desigualdade entre os mesmos. Considerando que, quanto mais próximo de zero menos desigual é a distribuição dos rendimentos do trabalho, em 1970, o Índice de Gini brasileiro era de 0,582, ao passo que, em 1980, chegou a 0,589, elevando-se, em 1990, para 0,614. A partir de 1990, o índice volta a baixar, variando para 0,595, em 2000, e 0,543, em 2010 e 2011 (ROMERO *et al*, 2014).

Apesar da melhoria do salário real e da melhoria da distribuição de renda sinalizadas, respectivamente, pelos dados do DIEESE e pela variação do Índice de Gini, não devemos nos enganar. O recurso à comparação dos salários nos governos do PT com os salários na década de 1980, com intuito de demonstrar os ganhos reais dos trabalhadores ao longo dos governos do PT, contribui para o ocultamento da situação real vivenciada pelos trabalhadores brasileiros.

A comparação da variação do salário-mínimo nominal com a variação do salário-mínimo necessário – definido na Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, Decreto Lei nº 399 – não deixa dúvidas, ao evidenciar que tanto durante os governos da década de 1990 quanto a partir de 2003 sob os governos do PT – 95% dos empregos gerados sob Lula corresponderam a remunerações de até 1,5 salários-mínimos (POCHMANN, 2012) – os rendimentos da grande maioria dos trabalhadores brasileiros se mantiveram abaixo do valor de sua força de trabalho. Tomando como base o mês de janeiro, em 1995 – início do governo FHC –, o salário-mínimo nominal era de R\$ 70,00, ao passo que o salário-mínimo necessário era de R\$ 723,82 (mais de sete vezes o valor do primeiro); em 1999 – segundo mandato FHC – eram, respectivamente, R\$ 130,00 e R\$ 880,93; ao fim do primeiro mandato de Lula, em janeiro de 2007, eram R\$ 350,00 e R\$ 1.565,61; no início do primeiro mandato de Dilma, em 2011, o mínimo nominal era R\$ 540,00, sendo o mínimo necessário R\$ 2.194,76; na iminência do golpe, em 2016, era, respectivamente, R\$ 880,00 (mínimo nominal) e R\$ 3.795,24 (mínimo necessário), mais de 4 vezes o valor do primeiro (DIEESE, 2019).

## A DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA (DFR) NO MLP

Além dos indicadores de distribuição pessoal da renda (DPR) fornecidos pelas PNADs e Censos do IBGE, que captam a “distribuição dos rendimentos que as pessoas, famílias ou domicílios recebem”, e do Índice de Gini, comumente utilizados pelos especialistas ao discutir a evolução da desigualdade social no Brasil, consideramos necessário, para uma caracterização mais precisa da situação vigente no país, a observação do indicador de distribuição funcional da renda (DFR). O DFR consiste em uma “ótica de análise distributiva que visa analisar a repartição do Produto Interno Bruto (PIB) ou da Renda Nacional (RN) entre os proprietários de capital (renda do capital) e os trabalhadores assalariados (renda do trabalho)” (PEREIRA, 2017, p. 16) ou, em outras palavras, permite-nos observar a distribuição da renda entre os capitalistas, os trabalhadores e os proprietários de terra, considerando a parcela da renda correspondentes a salários, lucros e aluguéis (PEREIRA, 2017).

Os dados fornecidos pelo Sistema de Contas Nacionais (IBGE, 2017), analisados por Pereira (2017), informam que, somados o conjunto dos rendimentos dos trabalhadores e o dos autônomos, a participação dos Rendimentos do Trabalho na Renda Nacional caiu de 52% para 46%, entre 1990 e 1994, elevou-se 10%, entre 1994 e 1995 (56%) – período de implementação do Plano Real –, e voltou a cair sistematicamente, até o ano de 2004, quando correspondia a cerca de 50% da Renda Nacional. Entre 2004 e 2014, verificamos uma nova trajetória, ocorrendo a elevação da participação do rendimento do trabalho na renda do país, que, sob impacto da política de valorização do salário mínimo, passou de 50%, em 2004, para 52%, em 2014 – 48% correspondentes a lucros e aluguéis –, pouco acima dos 51% – 49% correspondentes a lucros e aluguéis – verificado em 2003, após dois mandatos de FHC (51%).

A consideração dos rendimentos dos autônomos como parte do rendimento do trabalho pode levar à superestimação destes últimos. Nas condições demarcadas, a parcela dos salários variou de 45%, em 1990, para 40%, em 1994, subindo para 42%, em 1995, e, partir de então, estabeleceu-se uma trajetória de queda até 2004, quando voltou a corresponder a, aproximadamente, 40% da Renda Nacional, tal como em 1994. De 2004 a 2014, verificamos uma trajetória ascendente com variação dos rendimentos do trabalho de, aproximadamente, 40%, em 2004, para 43% da Renda Nacional, em 2014 – 57% correspondendo a lucros e aluguéis –, acima dos 39% observados em 2003 ao fim dos governos FHC – 61% correspondentes a lucros e aluguéis (PEREIRA, 2017). Assim, quando se considera o rendimento dos autônomos como parte da renda dos assalariados, o esforço distributivo observado entre 2003-2014 foi capaz de elevar a parcela dos salários na RN em míseros 2%, ao passo que, desconsiderados os autônomos, houve a elevação ainda miserável de 3%.

Por fim, ao observarmos a relação entre os salários reais (SR) e a produtividade do trabalho na década de 1990 e nos anos 2000, percebemos dois movimentos distintos. Entre 1990 e 2000, exceto no ano de 1999, ocorreu um forte aumento da produtividade do trabalho, ao passo que, entre 2000 e 2006, a produtividade se estabiliza, voltando a crescer no período 2006-2013. Enquanto isso, após uma forte queda do SR, entre 1990 e 1991, o valor do SR foi retomado em 1993, verificando-se, entre 1993 e 2003, uma estabilidade dos salários com tendência decrescente, verificando-se, a partir de então, um forte aumento dos salários reais até 2013 (PEREIRA, 2017).

Assim, observamos que, de um lado, entre 1993 e 2003, dada a estabilidade com tendência decrescente do SR, o aumento da produtividade do trabalho no período contribuiu sobremaneira para a diminuição da parcela dos salários na RN. Por outro lado, no período posterior, a forte tendência de alta do SR entre 2003 e 2013 constituiu-se como grande responsável pela elevação da parcela dos rendimentos do trabalho na RN no período. Como sinalizado na primeira seção, apesar de pequena, a melhoria da participação dos trabalhadores na RN ocorreu baseada em aumentos acima da inflação e na incorporação de parte dos ganhos de produtividade no período, opondo uma barreira à ampliação da lucratividade do capital, acentuada a partir de 2009 pela crise. No capitalismo, o aumento da produtividade não visa encher os bolsos dos trabalhadores, mas, sim, gerar superlucros para aquele que inova (MANDEL, 1982).

A análise dos indicadores acima revela que, ao fim da política de valorização do salário mínimo real verificada ao longo dos governos PT, a superexploração da força de trabalho – por meio da apropriação pelo capital do fundo de consumo dos trabalhadores – permanece vigente como fundamento da acumulação capitalista no Brasil nessas primeiras duas décadas do século XXI. Assim, sob o MLP, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros ainda enfrenta grandes dificuldades para sobreviver contando com apenas um quarto da renda que seria necessária para a manutenção e reprodução de sua força de trabalho em condições consideradas normais no ano de 2019.

## A ANTESSALA DO GOLPE DE 2016

O aprofundamento, em 2010-2011, da desaceleração da economia e do comércio mundiais e a “política monetária agressiva” dos EUA – *quantitative easing* – teve como efeito sobre o Brasil: 1) a absorção pelo mercado interno de parte do excesso da oferta mundial de bens e serviços decorrente da diminuição da demanda nos países capitalistas centrais; 2) dada a desvalorização das moedas dos países centrais, houve a valorização do câmbio com base no grande “influxo de capitais especulativos em busca de elevada taxa de juros em contratos tipo *carry-trade* e pelo novo aumento dos preços das *commodities*” (MARQUETTI, 2016, p. 11). Enquanto o Real se valorizava, parte significativa dos países buscava diminuir o valor de suas moedas em busca de ampliar sua competitividade.

Como assinalamos anteriormente, a política distributiva iniciada com Lula teve, como uma de suas bases, o aumento da utilização da capacidade instalada. No entanto, em 2011, sob Dilma, ficou evidente que o uso da capacidade instalada chegava ao seu limite e a manutenção da média de crescimento do PIB de 4%, observada entre 2003 e 2010, passava a ser condicionada, cada vez mais, pela ampliação do investimento. Desse modo, na “visão do governo seria necessária uma política de redução dos custos de produção e de aumento da produtividade das empresas” (MARQUETTI, 2016, p. 11). Tratava-se de estimular os capitalistas individuais a investir e, com isso, elevar a acumulação de capital e os níveis de emprego na economia brasileira. Como destaca Singer (2018), isso não passou de um “ensaio desenvolvimentista”.

Para tanto, foi implementada uma “Nova Matriz Econômica” pautada em uma política de desvalorização cambial, juros baixos, expansão das concessões e ampliação dos gastos com infraestrutura por meio do PAC, com destaque especial para os investimentos da Petrobras na exploração do pré-sal (MARQUETTI, 2016). A partir do segundo semestre de 2011, houve uma “forte ampliação das desonerações fiscais e a concessão de subsídios” ao empresariado – as desonerações somavam, em 2011, R\$ 3,6 bilhões, passando a somar, em 2014, R\$ 100,6 bilhões. Os bancos públicos passaram a ser utilizados para forçar a baixa do *spread* bancário e da taxa de juros para o tomador final. Procuraram-se reduzir os custos das empresas recorrendo à “revisão das concessões de energia elétrica; às desonerações da folha de pagamentos; e à oferta de juros subsidiados através do BNDES para o investimento em máquinas, equipamentos e construção residencial” (MARQUETTI, 2016, p. 12-13).

A pressão inflacionária gerada pelo movimento destacado passou a ser combatida não apenas por meio da administração da taxa de juros, mas também por meio de “medidas de restrição ao crédito e pelo contingenciamento das despesas públicas não vinculadas constitucionalmente às receitas, como os gastos de custeio e os investimentos” (MARQUETTI, 2016, p. 12-13), o que significou o aumento da importância da política fiscal frente aos juros no que diz respeito ao controle da inflação.

A diminuição da taxa SELIC – remuneração dos títulos da dívida pública – de 12,5%, em agosto de 2011, para 7,5%, em outubro de 2012, desafiou o capital financeiro. Nesse sentido, as empresas, que já viam sua taxa de lucro combatida desde 2009, tiveram um novo revés, ao verem a parte de seu capital investida na dívida pública ter sua rentabilidade comprimida pela política de juros baixos do governo Dilma. Conformavam-se, nesse momento, em conjunto com a queda da taxa de lucros, as determinantes fundamentais do golpe, ocorrendo o rompimento das bases da conciliação de classes representada pelo lulismo.

Segundo Marquetti (2016, p. 14), apesar da forte tendência de queda da taxa de acumulação entre 2011 (5%) e 2015 (menos de 2%), a Nova Matriz foi capaz de manter a taxa de investimento da economia brasileira acima de 20% ao ano no período 2011-2014. A “demanda de trabalho continuou a expandir” e a taxa de desemprego atingiu o menor patamar da história, com 4,8%, em 2014. Ocorreu a continuidade da valorização do salário médio real e a “produtividade média expandiu a taxas reduzidas entre 2011 e 2014”. No conjunto, as políticas adotadas fracassaram “em seu propósito mais amplo que era manter a taxa anual de crescimento da economia brasileira em 4%”. Como vimos, o pico de crescimento no período foi de 3%, em 2013, tendo a média de Dilma sido de 0,42%. As expectativas do governo com relação à elevação dos investimentos e do crescimento econômico embalados pela nova matriz não se concretizaram, visto que “frente à queda da lucratividade, a expansão dos investimentos privados foi reduzida e resultou em elevado custo fiscal. As isenções fiscais foram absorvidas pelas empresas na forma de lucro” (MARQUETTI, 2016, p. 17).

Após o fracasso do suposto ensaio desenvolvimentista, a partir do início do segundo mandato de Dilma, a presidenta deu as costas para os 54 milhões de votos obtidos nas eleições de 2014, ao nomear Levy para o Ministério da Fazenda e iniciar uma política de ajuste fiscal por meio da retirada de “benefícios” aos trabalhadores, retirando investimentos de políticas de emprego e renda. Já no final de 2014, logo após a reeleição, Dilma altera as regras do seguro-desemprego, do sistema de pagamento do PIS e do pagamento de pensão por morte e auxílio-doença. De acordo com a nova lei, as regras para o acesso ao seguro desemprego, nossa única política passiva de emprego, determinam maior tempo de trabalho com carteira assinada. No bojo das mudanças, foram alterados também os critérios para o abono salarial, exigindo comprovação de vínculo empregatício de, pelo menos, 180 dias remunerados e, em plena atividade, além de, no mínimo, cinco anos de cadastro no PIS ou no PASEP, para os trabalhadores que recebem até dois salários-mínimos. No caso das pensões, o governo alterou as regras estipulando um limite para pagamento das pensões aos viúvos e viúvas, baseado na expectativa de vida do cônjuge. Já no início de 2015, o governo comemorava a economia de 18 bilhões de reais com essas mudanças (OLIVEIRA, 2017).

A justificativa para tais mudanças é a geração do superávit primário, claramente com vistas a reconquistar a confiança do capital financeiro perdida em 2011 – o golpe demonstra a ausência de êxito em tal movimento. Portanto, a política social brasileira continua sendo o mecanismo de barganha para garantir o processo de acumulação de capital em curso no país. Dessa forma, atende a dois senhores, pois transfere renda mínima aos pobres – cada vez com maior dificuldade – ao passo que irriga o grande capital financeiro nacional e internacional por meio do pagamento de juros elevados (MARQUES; MENDES, 2007). Nesse sentido, podemos afirmar que o estado de bem-estar no Brasil dos governos PT é falacioso, pois não alterou a distribuição da renda entre o capital e o trabalho, tampouco reduziu a enorme desigualdade social existente (GONÇALVES, 2011).

Por fim, também avançou a retirada dos custos sociais do trabalho das empresas com a flexibilização e a precarização dos contratos e relações trabalhistas. A política social permaneceu com seus traços históricos de fragmentação, focalização e residualidade. Não houve a reversão da desigualdade social no país. Mesmo com o Bolsa-Família, essa situação não se alterou, pois o programa recebera investimentos de 18 bilhões em 2012, beneficiando cerca de 50 milhões de pessoas, atestando a existência de ¼ da população vivendo em situação de pobreza (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014). Enquanto a queda da taxa de lucro, a partir de 2009, e o confronto com o capital financeiro – batalha do *spread* em 2011-2012 – levaram à ruptura da burguesia industrial e financeira brasileira com o projeto de conciliação de classes lulista, o descontentamento dos setores médios com o governo, particularmente no que tange à corrupção e qualidade dos serviços públicos expresso nas ruas em 2013 (junho) e 2014 (manifestações contra a Copa), e o ajuste fiscal promovido por Dilma a partir de 2015, selaram a ruptura à direita com o projeto lulista de conciliação pelo lado dos setores médios e da classe trabalhadora. Assim, nos meses imediatamente anteriores ao golpe, o governo Dilma e o lulismo haviam perdido todas as suas bases de sustentação social, abrindo caminho para a eleição em 2018 – após o interlúdio Temer – do projeto liberal ortodoxo da direita brasileira expresso de maneira tortuosa no governo do presidente reacionário Jair Bolsonaro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos destacar, a análise da pauta de exportação/importação brasileira, assim como dos dados referentes ao desenvolvimento do setor industrial, evidencia que, sob o MLP, ocorreu a regressão do Brasil para a condição de exportador de *commodities* e importador de tecnologia na divisão internacional do trabalho. Como consequência, teve lugar o aprofundamento da vulnerabilidade externa estrutural da economia.

A observação dos fundamentos do processo sugere a ocorrência no período de um processo de recolonização econômica sob a hegemonia do setor financeiro-exportador que reatualizou

as estruturas da dependência, conformando-se, para usar a expressão de Gonçalves (2012), um nacional-desenvolvimentismo às avessas, no qual os objetivos econômico-sociais atingidos – dentre eles, a desindustrialização relativa – encontram-se no polo oposto daqueles perseguidos pelo desenvolvimentismo clássico cepalino.

No entanto, a conjuntura econômica favorável para os países exportadores de *commodities*, manifesta nos anos 2000, permitiu a redução da vulnerabilidade externa conjuntural do país (GONÇALVES, 2013). Nesse marco, durante os governos do PT, a política macroeconômica neoliberal foi flexibilizada – expansão do crédito e do investimento do Estado – permitindo a “ampliação dos gastos com a política social focalizada (Bolsa-Família) e a adoção de uma política de aumento real do salário-mínimo” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 37-38).

No que diz respeito aos rendimentos da classe trabalhadora – salários – a análise empreendida permite afirmar que a política de valorização do salário-mínimo real adotada pelo PT não foi capaz de eliminar a superexploração da força de trabalho como um dos elementos constitutivos do processo de acumulação capitalista no Brasil. Nesse início de século XXI, o capital, em sua busca incessante pelo lucro, segue se apropriando do fundo de consumo dos trabalhadores para atender às suas necessidades.

Assim, sob o MLP, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros ainda enfrenta grandes dificuldades para sobreviver, contando com apenas um quarto da renda que seria necessária para a manutenção e reprodução de sua força de trabalho em condições consideradas normais no período analisado. Persistiu a retirada dos custos sociais do trabalho das empresas com a flexibilização e a precarização dos contratos e relações trabalhistas. A política social manteve seus traços históricos de fragmentação, focalização e residualidade. O Programa Bolsa-Família, combinado aos aumentos reais do salário-mínimo, foi pouco efetivo na diminuição do alto nível da desigualdade social constituído historicamente na sociedade brasileira.

Por fim, o desenvolvimento da crise econômica no Brasil, manifesto na queda da taxa de lucro no país a partir de 2009 e no fracasso das medidas anticíclicas adotadas por Dilma em 2011-2012 – “nova matriz econômica” –, levaram à ruptura da burguesia industrial e financeira brasileira com o projeto de conciliação de classes lulista. O descontentamento dos setores médios com o governo, particularmente no que tange à corrupção e qualidade dos serviços públicos expresso nas ruas em 2013 (junho) e 2014 (manifestações contra a Copa), como o ajuste fiscal promovido por Dilma, a partir de 2015, contribuíram para diminuir ainda mais o apoio ao projeto lulista de conciliação, agora pelo lado dos setores médios e da classe trabalhadora. Assim, nos meses imediatamente anteriores ao golpe, o governo Dilma e o lulismo haviam perdido todas as suas bases de sustentação social, abrindo caminho para a eleição, em 2018 – após o interlúdio Temer –, do projeto liberal ortodoxo da direita brasileira expresso de maneira tortuosa no governo do presidente reacionário Jair Bolsonaro.

## REFERÊNCIAS

- ABBC. *Endividamento das famílias*. 2018. Disponível em: <http://www.abbc.org.br/images/content/Endividamento%20das%20Fam%C3%ADlias%20-%20Mar%C3%A7o%202018.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (Org.) *10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, FLACSO, 2013.
- BANCO MUNDIAL. System of National Accounts . 2019. Disponível em: <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/themes/economy.html>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- BRENNER, R. *The economics of global turbulence*. London: Verso, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo desenvolvimentismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 de setembro de 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP/IE-UNICAMP, 2002.
- CHAGAS, P.; CARVALHO, C.; MARQUESAN, F. Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 22, n. 73, p. 269-289, abr./jun., 2015.
- CHASIN, J. *A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.
- DIEESE. *Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos: salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em: [www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html](http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html). Acesso em: 24 jun. 2019.
- DIEESE. Política de valorização do salário-mínimo: valor para 2016 é fixado em 880,00. *Nota técnica*. n.153, jan., 2016.
- FIESP. *Panorama da indústria de transformação brasileira*. 18ª ed. São Paulo: Depto. de Economia, Competitividade e Tecnologia - FIESP/CIESP, 2019.

FILGUEIRAS, L. Modelo liberal periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, R. *Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores*. 2013. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/r\\_goncalves\\_balanco\\_critico\\_12\\_05\\_2013.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/r_goncalves_balanco_critico_12_05_2013.pdf). Acesso em: 30 jun. 2018.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia*, São Paulo, nº 31, p. 5-30, fevereiro, 2012.

GONÇALVES, R. *Redução da desigualdade da renda no Governo Lula: Análise comparativa*. 2011. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/reducao\\_da\\_desigualdade\\_da\\_renda\\_governo\\_lula\\_analise\\_comparativa\\_reinaldo\\_goncalves\\_20\\_junho.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/reducao_da_desigualdade_da_renda_governo_lula_analise_comparativa_reinaldo_goncalves_20_junho.pdf). Acesso em: 30 jun. 2018.

GLYN, A.; SUTCLIFFE, R. *British capitalism, workers and the profits squeeze*. London: Penguin, 1972.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IBGE. *Sistema de contas nacionais*. 2019.

MARQUES, R. M. MENDES, A. N. Servindo a dois senhores. As políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 15-23, jan.-jun., 2017.

MARQUETTI, A. et al. *Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira*. 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/312191358\\_Lucratividade\\_e\\_Distribuicao\\_A\\_Origem\\_Economica\\_da\\_Crise\\_Politica\\_Brasileira](https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira). Acesso em: 25 jan. 2020.

MARX, K. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MERCADANTE, A. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

OLIVEIRA, E. A. *A política de emprego na Itália e no Brasil: a precarização protegida e a precarização desprotegida*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

ONU. *State of commodity dependence*. New York: UNCTAD, 2019.

PIRES, M. *A evolução dos investimentos públicos: 1947-2017*. 2018. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/posts/evolucao-dos-investimentos-publicos-1947-2017>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PRADO, E. Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 37, n. 3 (148), p. 478-503, jul./set., 2017.

PEREIRA, D. *Distribuição funcional da renda no Brasil (1955-2014)*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

POCHMANN, M. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

ROMERO, D.; ANDREASSY, É; GODEIRO, N. *Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT*. São Paulo: ILAESE, 2014.

SINGER, A. *O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SIQUEIRA, L. S. Programa Bolsa-Família: uma inovação conservadora? *In: Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 177-195, jan./jun., 2013.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TRUFFI, R. A conta chegou... para os pobres. *Carta Capital*, São Paulo, 12 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/934/a-conta-chegou-para-os-pobres>. Acesso em: 20 set.2018.

# POLÍTICAS SOCIAIS E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

## INTRODUÇÃO

Objetivou-se, neste artigo, problematizar, de forma introdutória, as relações entre as políticas sociais e a reprodução da força de trabalho na atualidade brasileira. Para tanto, com base em elementos teóricos e em indicadores sociais, buscou-se apresentar algumas análises e questionamentos que envolvem a relação entre esses elementos. A questão central que norteou a construção do texto constituiu-se pelo questionamento da necessidade que o capital tem, na atualidade, de subsidiar a reprodução da força de trabalho a partir da mediação das políticas sociais.

Inicialmente, expôs-se um breve panorama das condições de trabalho no Brasil, retratadas principalmente a partir de dados e indicadores estatísticos. As bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) serviram de suporte para a exposição de tendências desses fenômenos.

Em seguida, por meio de incursão teórica, foram apresentadas algumas categorias que serviram de base para a investigação. Para subsidiar uma análise teórica das tendências históricas das condições de trabalho no modo de produção capitalista, foram utilizadas categorias, tais como o “exército industrial de reserva” e os estratos que integram a “superpopulação relativa” (MARX, 2010).

Na terceira parte deste artigo, encontra-se a conexão das análises desenvolvidas sobre as condições de trabalho no Brasil com as tendências contemporâneas das políticas sociais. Os dados que indicam a redução dos recursos destinados às políticas sociais, grande parte devido a processos de desonerações do capital, serviram de base para a análise dos limites e das funcionalidades que esses instrumentos têm perante a reprodução da força de trabalho na atualidade.

Ao fim, constam algumas considerações finais sobre a relação entre políticas sociais e condições de trabalho no Brasil, enfocando as contradições dessa relação com o processo de acumulação capitalista.

Todavia, antes de prosseguir, é importante apresentar uma pequena informação conjuntural. No momento em que se realiza a revisão final deste artigo (27 de março de 2020), o contexto social e econômico mundial (e brasileiro) está passando por uma complicada situação, derivada da pandemia

do vírus Sars-Cov-2 (coronavírus). Quase meio milhão de pessoas apresentam sintomas e mais de 20 mil já morreram em decorrência da doença Covid-19.

Diante de um problema tão grave, governos de vários países, em conexão com organismos internacionais (como a Organização Mundial de Saúde - OMS, e até mesmo o Fundo Monetário Internacional - FMI), estão apresentando medidas contundentes tanto em relação à saúde como à economia. Naquele campo, a principal estratégia está sendo o distanciamento e o isolamento social como forma de mitigar a ampla multiplicação do contágio. Essas práticas, conseqüentemente, estão gerando impactos econômicos sérios e vários governos anunciaram um significativo investimento social para subsidiar as pessoas e as empresas afetadas.

Alguns exemplos de valores disponibilizados indicam a complexidade da situação: o governo da Inglaterra está empenhando cerca de 17% do seu PIB, o da Alemanha, cerca de 12% e o dos EUA, mais de 6% (CUCOLO, 2020; SCHREIBER, 2020). Contudo, mesmo que exista a probabilidade de ampliação desses montantes disponibilizados, medidas como estas são apresentadas como excepcionalidades, sendo as políticas de austeridade financeira retomadas o mais breve possível (CHAMBERS, 2020).

Não obstante, o caso brasileiro é bem mais problemático. O presidente Jair Bolsonaro se posiciona de forma contundente e panfletária contra as duas medidas indicadas anteriormente, sendo amplamente contrário ao isolamento social das pessoas, assim como à disponibilização de recursos financeiros para subsidiar a economia. No primeiro momento, o presidente e o seu ministro da economia (Paulo Guedes) apresentaram uma Medida Provisória (MP) que permitiria, dentre outras coisas, cortar os salários dos trabalhadores (AZEVEDO, 2020).

Tendo uma reação contrária ampla e imediata, o corte dos salários foi retirado de pauta e se sugeriu uma ajuda mensal de R\$ 200 a trabalhadores autônomos e informais durante os três meses supostamente relativos à crise (TEMOTÉO, MILITÃO, 2020). Como as pressões políticas continuam grandes, foi aprovado, na Câmara dos Deputados, um auxílio mensal de R\$ 600 a trabalhadores informais e de baixa renda, válido por três meses (MAZIEIRO, 2020).

Esse é o momento atual e as várias determinações derivadas desse contexto incidem diretamente sobre os objetos de análise deste artigo: as políticas sociais e as condições de trabalho no Brasil. Tal fato requer, pois, uma investigação futura que problematize as próprias tendências e os dados examinados aqui neste artigo. De toda forma, a análise apresentada nas próximas páginas se mantém como registro histórico.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

Tomando como referência de análise os dados sobre a região metropolitana de São Paulo, realizada a partir de pesquisas do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), pode-se apreender uma delicada tendência social. Com relação ao número

de desempregados nessa localidade, esse número variou de cerca de 1.192.000 pessoas, em 2012, para, aproximadamente, 2.002.000 pessoas, em 2017 (DIEESE, 2020). Dessa forma, o crescimento quantitativo de desempregados é, para essa temporalidade de cinco anos, da ordem de 68%.

Ressalta-se que, para uma indicação maior acerca dessa estatística, precisa-se levar em consideração, também, o crescimento da população em idade ativa para trabalhar. Em 2012, a população ativa da região metropolitana de São Paulo era estimada em 17.245.000 pessoas, passando, em 2017, a ser dimensionada em 17.907.000 pessoas (DIEESE, 2020). Contudo, os cálculos demonstram que o índice desse crescimento, de quase 4%, é pouco significativo diante da taxa de crescimento de desempregos, anteriormente indicada.

De toda forma, fazendo o cruzamento dos dados entre a quantidade de desempregados e da população ativa, o indicativo se mantém em destaque. Em 2012, o cálculo da taxa de desemprego resultava em cerca de 6,9%, tendo, em 2017, esse número saltado para, aproximadamente, 11,3%. Portanto, entre esses 5 anos, a taxa de desemprego da região metropolitana de São Paulo praticamente dobrou.

A partir de uma classificação desses dados com base na posição da ocupação<sup>1</sup>, podem ser visualizadas algumas características peculiares sobre o crescimento do desemprego nessa região. O que mais chama atenção nos cálculos realizados é que, apesar da tendência de ampliação do desemprego, uma posição de ocupação expressou uma tendência inversa, tendo o seu quantitativo ampliado.

Diferentemente das outras posições de ocupação, que se demarcaram pelo desemprego, o número de trabalhadores autônomos foi ampliado em, aproximadamente, 4,3%. Contudo, ressalta-se que essa tendência se manifesta de forma mais recente, visto que, até 2016, o número de trabalhadores autônomos vinha tendencialmente diminuindo. A tendência se inverteu de 2016 para o ano seguinte, demarcando um crescimento de, aproximadamente, 7,3%. Aventa-se que tal fato foi resultante, principalmente, de determinações políticas e jurídicas, especialmente substancializadas na implementação da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, que ficou conhecida como a “lei da terceirização”.

Com relação às outras posições na ocupação, ocorreram também outros dois significativos destaques. O primeiro diz respeito aos trabalhadores sem carteira assinada e o segundo é referente aos trabalhadores domésticos. Enquanto as outras posições variaram entre 5% e 7%, esses dois casos citados foram bem mais expressivos.

A taxa de diminuição do número de trabalhadores ocupados foi de, aproximadamente, 6,4%. Por seu turno, a quantidade de trabalhadores assalariados caiu em torno de 7,2%, tendo havido uma queda de 6,4%, no setor público, e de 7,3%, no setor privado. Entretanto, dentro do setor privado, quando se comparam os números referentes a trabalhadores com e sem carteira assinada, ocorre uma importante variação.

<sup>1</sup> Com relação ao tipo de posição de ocupação, os dados do DIEESE (2020) são classificados em cinco grupos principais: ocupados, assalariados, autônomos, empregados domésticos e outros. O grupo de assalariados encontra-se dividido em dois subgrupos: setor privado e setor público. E o setor privado, por sua vez, encontra-se dividido entre posições com carteira assinada e posições sem carteira assinada.

Se, entre 2012 e 2017, a taxa de diminuição dos trabalhadores com carteira assinada foi de, aproximadamente, 5%, em relação aos trabalhadores sem carteira assinada esse índice foi de mais de 20%. Ainda que, no último ano de análise (de 2016 para 2017), tenha ocorrido um aumento do número de trabalhadores sem carteira assinada, esse dado chama atenção. A queda da quantidade de trabalhadores contratados para realizar atividades sem carteira assinada foi cerca de quatro vezes maior do que a diminuição do número de trabalhadores empregados com carteira assinada.

Por que o número de postos de trabalho sem carteira assinada diminuiu bem mais do que os com carteira assinada? Provavelmente, duas indicações são mais importantes nessa análise. O primeiro é a relação desse dado com aquele destacado anteriormente, sobre o crescimento do número de trabalhadores autônomos. Cogita-se que uma parcela dos trabalhadores sem carteira assinada tenha se transformado em trabalhadores autônomos, transitando, pois, para esse grupo de classificação. É bem provável que a promulgação da chamada “lei de terceirizações”, em 2017, tenha fomentado bases jurídicas e econômicas que ampliaram a demanda desse tipo de trabalho.

Quando comparadas com a totalidade das posições de ocupação, as movimentações históricas desses dois tipos de trabalho representam tendências inversas. Perante a totalidade das posições de ocupação, entre os anos de 2012 e 2017, a porcentagem de trabalhadores sem carteira assinada teve uma diminuição de 4,75% para 4,05%. No que concerne aos trabalhadores autônomos, os cálculos da mesma série demarcaram um crescimento de 7,90% para 8,80%. Ou seja, além da quantidade de trabalhadores autônomos ter aumentado nesses anos, essa posição de ocupação também se tornou mais representativa no universo dos tipos de trabalho.

Outra importante indicação dessa maior diminuição da quantidade de trabalhadores sem carteira assinada em relação aos trabalhadores com carteira assinada é a tendência de rebaixamento da renda dos trabalhadores. Ainda segundo essa base de dados, observa-se uma gradativa diminuição do rendimento médio mensal, tanto de pessoas classificadas como ocupadas, como de trabalhadores assalariados. Se, em 2012, a renda média de uma pessoa ocupada era de R\$ 2.330,00 e se um trabalhador assalariado recebia, em média, R\$ 2.352,00, em 2017, esses dados baixaram para R\$ 2.033,00 e R\$ 2.089,00, respectivamente (DIEESE, 2020). Assim, calcula-se que, entre 2012 e 2017, ocorreu uma queda de quase 13% da renda das pessoas ocupadas e de mais de 11% no rendimento dos trabalhadores assalariados.

Não obstante, ressalta-se que esses dados não expressam a totalidade da diminuição do poder de compra desses trabalhadores, visto que desconsideram o acúmulo dos índices inflacionários. Entre 2012 e 2017, as taxas de inflação oscilaram na média anual de 6%, sendo elevada para 10,67%, em 2015, e diminuída para 2,95%, em 2017 (IBGE, 2020a). A simples soma dessas taxas anuais de inflação no período citado, que resulta em mais de 38%, indica o tamanho da queda do poder de compra dessas pessoas. E, quando se soma essa perda do poder de compra à diminuição da renda apontada anteriormente, isso representa, portanto, uma clara tendência de rebaixamento do preço da força de trabalho.

O segundo destaque com relação às posições na ocupação refere-se aos trabalhadores domésticos. Também no caso desse tipo de ocupação, a diminuição da quantidade de trabalhadores foi bem mais elevada que a média geral. Entre 2012 e 2017, na região metropolitana de São Paulo, ocorreu uma queda de cerca de 14,4% na quantidade de trabalhadores domésticos. A termo de comparação, conforme indicado anteriormente, esse dado representa quase o triplo da diminuição de postos de trabalho com carteira assinada.

Nesse caso, duas indicações podem ser destacadas. A primeira é a publicação, em primeiro de junho de 2015, da Lei Complementar nº 150, que dispõe sobre o trabalho doméstico. Com esse fato, ocorreu, ainda que de forma precoce, a instituição jurídica de direitos trabalhistas e a explicitação de relações contratuais formais, demarcando sanções legais para casos de infração. Mesmo que a exigência contratual não tenha sido de grande amplitude diante da significativa ocorrência de condições precárias de trabalho que pautam essa posição de ocupação no Brasil, a exigência da lei representou um crescimento nos custos para a contratação desse trabalhador.

Ao serem comparadas com outros países, as condições do atual trabalho doméstico (e a sua própria existência) ainda expressam uma grande defasagem nos direitos trabalhistas brasileiros. Contudo, na realidade brasileira, tal fato foi tratado, pela maioria dos empregadores, tão somente como uma ampliação nos custos para a contratação desse tipo de trabalhador, o que levou, pois, a processos demissionários, conforme tendência apresentada para os anos de 2012 a 2017, tendo, como marco histórico, o ano de promulgação da lei citada<sup>2</sup>.

Da mesma forma, uma parcela significativa desses empregadores se enquadra na chamada “classe média”. Ainda que esse termo aporte uma imprecisão categorial que, a depender da metodologia, anuncia variações econômicas mais ou menos extensas<sup>3</sup>, aventa-se uma tendência, no período referido, de decréscimo do poder aquisitivo desse agrupamento. Com menos recursos disponíveis e com mais custos derivados da regulamentação trabalhista, os empregadores de trabalho doméstico realizaram demissões.

No nosso enfoque, tais fatos também incidem na análise da reprodução da força de trabalho. O trabalho doméstico, pela sua função e localização econômicas, não se caracteriza pela produção de mercadorias. Tal fato o exclui diretamente da condição de trabalho produtivo. Sua função volta-se, geralmente, à produção de valores de uso a serem consumidos pelo empregador e por sua família. Assim, esse tipo de trabalho se encontra na órbita da reprodução econômica.

Todavia, ainda que tal condição não pareça ser majoritária, não se anula a possibilidade de que o empregador do trabalho doméstico seja, ao mesmo tempo, um trabalhador que esteja

<sup>2</sup> A análise desses dados serve mais como tendência do que como impacto pontual. Isso porque se estima que o número de trabalhadores domésticos cresceu de 2015 (606.000) para 2016 (619.000), diminuindo, no ano seguinte, para 584.000 (DIEESE, 2020).

<sup>3</sup> Um exemplo desse debate que, contudo, delimita-se pela órbita da renda e não atenta para a localização produtiva, encontra-se em Kamakura; Mazzon (2016). A diferença de parâmetros utilizados para o enquadramento de rendimento do primeiro estrato da classe média (dos “extremamente pobres”) serve de exemplo da imprecisão dessa categoria. Enquanto o governo utiliza, como limite máximo de renda mensal, o valor per capita de R\$ 81,00 e familiar de R\$ 324,00, os autores citados anteriormente utilizam apenas o valor familiar de R\$ 854,00.

vendendo a sua própria força de trabalho. Nesse caso, a ambivalência na análise econômica decorre do fato de que a força de trabalho do trabalhador doméstico é utilizada para produzir valores de uso relativos à reprodução da força de trabalho do seu empregador e da sua família.

A análise dos dados apresentados sobre a realidade temporal dos trabalhadores da região metropolitana de São Paulo indica um panorama de maior desemprego, aumento do número de trabalhadores autônomos e de diminuição do preço da força de trabalho. Por seu turno, esses dados se coadunam com a realidade histórica brasileira recente, anunciando um panorama de recrudescimento da precarização do trabalho. Quando comparados com indicadores nacionais, os dados anteriormente citados expressam particularidades de uma mesma realidade econômica e social.

Tal fato pode ser comprovado, por exemplo, a partir de dados apresentados pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao realizar as pesquisas sobre desemprego, esse instituto costuma utilizar o indicador de taxa de desocupação. Contudo, é importante destacar que, para se enquadrar como desocupado e, portanto, aparecer na estatística de desempregado, o trabalhador não só precisa estar sem trabalho no momento da pesquisa, mas também precisa manifestar a sua condição apta ao trabalho a partir da procura de emprego nos 30 dias anteriores à realização da pesquisa. Em outras palavras, se o trabalhador não buscou emprego nesse período, ele não aparece nessas estatísticas como desempregado.

Segundo dados do IBGE (2020b), a taxa de desemprego das pessoas em idade de trabalhar no Brasil (entre 15 e 64 anos) subiu de 9,5%, no início de 2016, para 12,5%, no início de 2019. Esse dado representa mais de 14 milhões de pessoas no Brasil que buscaram emprego nos últimos 30 dias e não encontraram. Todavia, ainda que se observe o considerável crescimento das taxas de desemprego nesse período analisado, ressalta-se a presença de oscilações pontuais. Dentro da temporalidade citada, o ápice do desemprego ocorreu no início de 2017, com uma taxa de 13,60%. A partir de então, tem-se uma variação para baixo desse índice até o último quartil de 2018, com 11,70%, e, depois, uma retomada da tendência de crescimento, chegando a 12,5% no início de 2019.

De toda forma, mesmo com essas significativas taxas de desemprego, o claro limite desse indicador (que se delimita tão somente pelas pessoas desocupadas que afirmaram ter buscado emprego recentemente e não encontram) escamoteia um quadro ainda mais grave da realidade das condições de trabalho no Brasil. A partir do agrupamento desse índice com dois outros indicadores, pode-se ter uma imagem mais próxima da realidade do desemprego no Brasil. É preciso conectar a taxa de desemprego com as taxas de trabalhadores subocupados e da força de trabalho potencial.

Subocupado refere-se ao trabalhador que trabalha menos de 40 horas por semana e que tem disponibilidade e interesse em trabalhar mais. Já a força de trabalho potencial remete aos trabalhadores que têm interesse e disponibilidade em trabalhar, mas que não buscaram trabalho no período de pesquisa. Além disso, nesse indicador, também se encontram casos de pessoas que não estavam disponíveis para trabalhar no momento da realização da pesquisa.

São esses três indicadores (desempregados, subocupados e força de trabalho potencial) que formam a chamada “subutilização da força de trabalho”. Esse índice aponta diretamente para o grau de desperdício de força de trabalho. Pessoas que poderiam participar diretamente da produção social de riquezas, mas que, pelas contradições econômicas, se encontram alijadas ou subaproveitadas dessa possibilidade.

Estimava-se que, no início de 2016, a quantidade de subutilização da força de trabalho absoluta no Brasil era de 18,8 milhões de pessoas e que, em 2019, esse número tenha aumentado para 28,4 milhões de pessoas (IBGE, 2020b). Mesmo sendo uma curta temporalidade, essa variação representou um aumento de quase 25%, o que significa uma em cada quatro pessoas<sup>4</sup>. Além disso, ao ser comparado com os índices de desemprego, esse dado também fica mais relevante. No início de 2019, a quantidade da subutilização da força de trabalho era praticamente o dobro da quantidade de pessoas desempregadas no Brasil.

Igualmente problemática e diretamente relacionada com essa realidade apresentada, é a situação da informalidade do trabalho no Brasil. A histórica tendência de crescimento do trabalho informal no Brasil teve um novo recorde na metade de 2019, alcançando mais de 39 milhões de pessoas trabalhando na informalidade (IBGE, 2020b). A realidade brasileira indica que o contingente da classe trabalhadora que se encontra na informalidade é proximamente 18% maior do que o de trabalhadores com carteira assinada.

Esse quadro econômico aponta para uma tendência crescente de precarização das condições de trabalho e de subutilização da força de trabalho no Brasil. Entretanto, nesse horizonte vislumbrado pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro, não se encontra apenas o recrudescimento de formas mais precárias de subsunção do trabalho ao capital. Nesse norte, situa-se também o dilema acerca da própria importância geral que a força de trabalho tem para o capital e, conseqüentemente, da prioridade estatal que é dada para subsidiar a reprodução dos integrantes dessa classe social.

## EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA E SUPERPOPLAÇÃO RELATIVA

É fato que, desde períodos históricos longínquos, o modo de produção capitalista se desenvolve a partir de tendências como as apontadas anteriormente. As análises desses processos são seculares e indicam uma longa processualidade. Baseado em dados de países capitalistas centrais (como a Inglaterra), do início da segunda metade do século XIX, Marx (2010, p. 607) indicou a chamada “lei geral da acumulação capitalista” como fator importante das investigações sobre as condições de trabalho. Dentre outras coisas, essa tendência se expressava pelos impactos derivados da centralização e da concentração de capitais.

<sup>4</sup> Mesmo quando se consideram as taxas de crescimento da população brasileira que, em 2016, foram de 0,8% e que se encontram em tendência regressiva (WORLD BANK, 2020), o crescimento da subutilização da força de trabalho no Brasil mantém-se em grande relevo.

De imediato, é importante ressaltar que o movimento gradativo dessa centralização econômica, a que o autor se refere, diferencia-se daqueles que ocorreram nos umbrais do capitalismo. Na fase econômica analisada por Marx, pressupõe-se tanto a propriedade de capitais como o processo ampliado de acumulação, relativos ao incremento da concentração econômica.

Todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção, com um respectivo comando sobre um exército de operários maior ou menor. Toda acumulação se torna instrumento de nova acumulação. Com o crescimento da massa de riqueza, que funciona como capital, a acumulação amplia a concentração desta riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, assim, alarga a base da produção em larga escala e os métodos específicos de produção capitalista (MARX, 2010, p. 620).

O destaque é importante para salientar que, a partir da fase madura do capitalismo, a tendência econômica de acumulação econômica não se limitou mais a uma redistribuição de capitais entre seus proprietários. Trata-se de um processo que, ao se consubstanciar por novas determinações econômicas, aponta movimentos contraditórios importantes:

Essa divisão do capital social total em muitos capitais individuais ou a repulsão de suas frações de uma para outra, é contraditada por sua atração. Esta última não significa a simples concentração dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, que é idêntica à acumulação. É concentração já formada de capitais, destruição de sua independência individual, expropriação do capitalista pelo capitalista, transformação de muitos pequenos em poucos grandes capitais. Neste sentido, esse processo difere do antigo, que apenas pressupõe uma mudança na distribuição de capital que já está nas mãos e funcionando; seu campo de ação não é, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social, pelos limites absolutos de acumulação. O capital cresce em um só lugar para uma enorme massa em uma única mão, porque em outro lugar foi perdido por muitos. Isso é propriamente a centralização, diferente da acumulação e concentração (MARX, 2010, p. 620).

Nesse movimento econômico, as determinações históricas que envolvem o modo de produção capitalista apontam tanto para a impossibilidade de controle sobre o capital como para a tendência de extrapolação da acumulação para as fronteiras da produção absoluta de riqueza. Tem-se, pois, um modo de produção que opera como um autômato e que se direciona gradativamente para processos de especulação financeira. Dentre outras contradições, esses movimentos se manifestam por meio de “defeitos estruturais de controle no sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 94).

Os impactos produzidos por esse processo se fazem presentes de diversas formas, explicitando, inclusive, aquilo que se costuma chamar de “questão social” (WELLEN, 2019, p. 25). No que se refere especificamente à nossa análise, destaca-se a constituição do chamado “Exército Industrial de Reserva” e da chamada “Superpopulação Relativa” (MARX, 2010). Esses fenômenos, resultados diretos da acumulação capitalista, representam um contingente de pessoas que excede às necessidades diretas do capital:

é a própria acumulação capitalista que constantemente produz, e produz na proporção direta de sua própria energia e extensão, uma população relativamente redundante de trabalhadores, ou seja, uma população em maior extensão do que o suficiente para as necessidades médias de autoexpansão de capital e, portanto, uma população excedente (MARX, 2010, p. 624).

O incremento da centralização do capital se relaciona com o exponencial processo de acumulação. A busca pela ampliação das taxas de lucros pressupõe a ampliação da produtividade e a diminuição dos custos de produção. Sob esse vórtice, Marx (MARX, 2010, p.64) apresentou a tendência de os capitais aumentarem a sua composição orgânica, demarcada pela gradativa ampliação do capital constante sobre o capital variável. Em síntese, para potencializar a produtividade das empresas, investe-se bem mais em meios de produção (máquinas, equipamentos e outras formas de tecnologias) do que em força de trabalho.

Com o aumento da composição orgânica do capital, algumas tendências principais se expressaram e, de forma mais imediata, esse processo repercutiu em impactos negativos sobre a força de trabalho. Mais capacidade produtiva implica menos tempo socialmente necessário para produzir as mercadorias e, no horizonte do capital, isso resultou em diminuição de postos de trabalho nos espaços de produção. Em consequência, ampliou-se o exército industrial de reserva, um contingente de trabalhadores que se encontra desempregado, mas disponível ao capital.

O exército industrial de reserva, ainda que seja um resultado desse processo, também operou historicamente para o capital como um subterfúgio econômico. Isso ocorre de diversas maneiras, desde servindo para rebaixar o preço da força de trabalho (salários dos trabalhadores), até para permitir oscilações periódicas de planejamento e de capacidade produtiva. Seria como se a classe trabalhadora tivesse um contingente permanente de suplentes, disponíveis e na expectativa de serem contratados e explorados pelo capital.

Todavia, quanto mais se amplia a acumulação capitalista, mais uma parcela significativa dessa força de trabalho suplente se encontra cada vez mais distante da possibilidade de ter um emprego. Para expressar melhor as determinações presentes nesse contingente de pessoas, integrantes da chamada “superpopulação relativa”, Marx (2010) propôs uma importante classificação: líquida, latente e estagnada.

A primeira forma, a superpopulação relativa líquida, se relaciona com a necessidade histórica do capital em repor, no tocante aos aspectos geracionais, a força de trabalho utilizada. Trabalhadores mais jovens tornam-se disponíveis, substituindo os de idades mais avançadas. Quanto mais as novas gerações precocemente operaram gradativamente como força de trabalho disponível, mais os trabalhadores mais velhos são repostos ou até descartados.

A segunda forma, chamada de latente, refere-se aos processos geográficos de transição da força de trabalho. Especialmente quando ocorrem os fenômenos de êxodo rural, parte da força de trabalho que estava presente nas produções agrícolas migra para as cidades, tornando-se disponível para os capitais localizados nos espaços urbanos. Amplia-se, conseqüentemente, o

exército industrial de reserva e, dessa forma, as condições de trabalho ficam piores. Não apenas o trabalhador imigrante se encontra em precárias condições de trabalho, como a sua oferta de força de trabalho suscita ao capital tentar generalizar essas condições.

A terceira forma de superpopulação relativa é a estagnada. Essa categoria se refere ao conjunto de trabalhadores urbanos que foi descartado por alguns capitalistas e que se encontra em condições instáveis de vida. Possuem uma “ocupação completamente irregular” e “sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora; e isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital” (MARX, 2010, p. 637).

Não obstante, Marx (1867, p. 630) aponta para um estrato social em que as contradições do desenvolvimento capitalista são ainda mais severas, o chamado “Lumpemproletariado” (*Lumpenproletariat*):

Finalmente, o menor sedimento da superpopulação relativa habita na esfera do pauperismo. Excluindo vagabundos, criminosos, prostitutas, em uma palavra, as classes ‘perigosas’<sup>5</sup>, essa camada da sociedade consiste em três categorias. Primeiro, aquelas pessoas capazes de trabalhar. Basta olhar superficialmente para as estatísticas do pauperismo inglês para descobrir que a quantidade de indigentes aumenta a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças pobres. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e são, em tempos de grande prosperidade, como 1860, rapidamente e em grande número, matriculados no exército ativo de trabalhadores. Terceiro, os desmoralizados, esfarrapados e os que estão incapacitados de trabalhar, principalmente pessoas que sucumbem à incapacidade de adaptação devido à divisão do trabalho; pessoas que passaram da idade normal do trabalhador; as vítimas da indústria, cujo número aumenta com o aumento de máquinas perigosas, de minas, trabalhos químicos, etc.; os mutilados, doentes, as viúvas etc. O pauperismo é o hospital do exército ativo do trabalho e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na superpopulação relativa, a sua necessidade na deles; juntamente com a superpopulação, o pauperismo forma uma condição da produção capitalista e do desenvolvimento capitalista da riqueza (MARX, 2010, p. 637-638).

Desde a sua época, o dilema de Marx não se relacionava com a existência ou não desses estratos da superpopulação relativa, mas, sim, com as tendências da sua ampliação. No que concerne ao foco econômico nuclear do capitalismo, a questão que se coloca é sobre a relação que essa parcela da superpopulação relativa tem com o processo de acumulação. De um lado, sob o ponto de vista especificamente monetário, trata-se de um segmento de mercado que se encontra distanciado do próprio mercado, pois ausente de condições financeiras estáveis para adquirir mercadorias. Mas, por outro lado, o exército industrial de reserva opera tanto como um importante redutor dos custos da força de trabalho como permite alterações no planejamento produtivo que dependam da oferta momentânea de força de trabalho.

Decerto, tais indicações remetem diretamente às lutas de classes, sejam às conquistas alcançadas pela classe trabalhadora, assim como aos retrocessos impostos pelos capitalistas. De fato, a

<sup>5</sup> Ressalta-se que, no lugar das palavras “classes ‘perigosas’”, conforme consta na tradução inglesa utilizada de *O Capital*, na primeira edição alemã desta obra se encontra o termo citado anteriormente (*Lumpenproletariat*).

explicitação de disputas políticas e econômicas antagonizadas pelos representantes dessas duas classes já estava presente antes da análise de Marx e mesmo em pensadores burgueses, como é o caso de Adam Smith. Como afirmou o pensador escocês, no embate político entre capitalistas e trabalhadores, o controle sobre as principais funções do Estado faz uma grande diferença (SMITH, 1977).

As medidas estatais, por seu turno, foram historicamente essenciais para impedir que as contradições desse modo de produção terminassem inviabilizando a manutenção do capitalismo. Nesse sentido, a supremacia do mercado, marca ideológica e política do liberalismo, seria impossível sem a atuação bastante interventiva do Estado. Como se pode observar nas recorrentes crises econômicas, quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais se requer uma intervenção mais drástica do Estado.

No que concerne ao nosso foco de análise, a questão central se refere à forma como o Estado tem se relacionado com alguns efeitos específicos das contradições do desenvolvimento capitalista, especificamente sobre a força de trabalho. Em termos mais diretos, questiona-se qual a função exercida pelo Estado em relação ao crescente contingente de superpopulação relativa produzida pelo desenvolvimento do capitalismo. O Estado deve prover subsídios econômicos que auxiliem na reprodução da força de trabalho e que permite uma mínima aquisição de mercadorias por parte dessa população ou isso deixa de ser uma prioridade estatal nas fases atuais do evoluir capitalista<sup>6</sup>?

## POLÍTICAS SOCIAIS E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

As formas de atuação do Estado podem ser analisadas das formas mais distintas, especialmente sobre a explicitação ou não do seu conteúdo opressor. Ainda que a simples indicação de que essa entidade opere como uma opressão de classe represente uma afirmação abstrata, não se pode negar a comprovação histórica desse fato. Um imenso mosaico de exemplos históricos pode ser elencado para tal digressão. Contudo, mais complexa é a demonstração da atuação econômica do Estado como interventor no processo de acumulação capitalista.

Ainda que, especialmente nas últimas décadas, vários casos bastante conhecidos de transferências voluptuosas de riquezas do Estado para empresas (especialmente de capital financeiro) tenha tomado espaço na mídia, esses exemplos são poucos diante da histórica função econômica estatal de suporte ao mercado capitalista. Para exemplificar essa atuação, pode-se destacar a relevância das políticas sociais para o desenvolvimento do capitalismo. E, para precisar o horizonte da nossa análise, pode-se problematizar qual a relação das políticas sociais com a reprodução da força de trabalho.

As políticas apresentam formas e funções diferentes, que remetem tanto ao contexto histórico e temporal em que operam, como às conexões internacionais lastreadas pelo imperialismo e pela divisão internacional do trabalho. Por causa disso, não é prudente falar em políticas sociais de forma abstrata, desprovida das suas localizações históricas e geográficas. Se as políticas sociais de

<sup>6</sup> A relação entre o Estado moderno e a forma mercadoria é muito complexa para ser tratada aqui. Essa dinâmica não envolve somente os aspectos econômicos e monetários (de compra e venda de mercadorias, por exemplo), mas se consubstancia em diversas esferas sociais, inclusive na contraditória vigência da democracia burguesa. Sobre esse ponto, indicam-se as elucidativas análises de Paschukanis (1980).

países centrais se diferenciam daquelas existentes em países periféricos, o mesmo vale em relação às fases históricas de desenvolvimento do capitalismo.

Por outro lado, a análise das variações dessas formas apresentadas não inviabiliza a necessidade de uma reflexão mais profunda e sistemática sobre os elementos centrais do seu conteúdo. Mesmo que possuam uma “múltipla causalidade” e apresentem uma “múltipla funcionalidade”, as análises sobre as políticas sociais não podem desconsiderar a sua relação direta com a estrutura da sociedade capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2001, p. 40).

Conforme afirma Yazbek (2006, p. 39), as políticas sociais atuam nas relações entre Estado e mercado, expressando “o papel de regulador e fiador dessas relações, intervindo tanto na viabilização do processo acumulativo como na reposição das classes subalternas”. É justamente naquele sentido (de viabilização do processo acumulativo) que, no entendimento de Faleiros (2000, p. 75), algumas políticas sociais, como as de assistência, atuam: “as políticas de transferência de dinheiro e de ‘distribuição de renda’ objetivam dinamizar a própria capacidade ociosa do capital”.

A “viabilização do processo acumulativo” realizado pelo Estado ocorre, muitas vezes, pela relação com a reprodução da força de trabalho. Dessa forma, vale ressaltar que, sem desconsiderar que as políticas sociais produzem impactos variados nas chamadas “classes subalternas”, a indicação da terminologia “força de trabalho” apresenta uma precisão econômica maior. Essa consideração nos parece importante, especialmente pelo enfoque aqui adotado, de reflexão sobre os processos de acumulação capitalista.

Segundo Faleiros (2000, p. 73), “a população-alvo das políticas sociais não são os indivíduos isolados, mas a força de trabalho atual ou potencial, segundo a *correlação de forças sociais* e o desenvolvimento do Estado democrático de direito” (itálicos originais). A importância da reprodução da força de trabalho na relação entre o Estado e o processo de acumulação capitalista é, pois, um indicativo importante das políticas sociais. Para tanto, os governos implementam medidas que produzem impactos diretos na força de trabalho e que resultam diretamente em alterações condições de vida dos trabalhadores:

O trabalhador não tem controle sobre a parte do salário bruto que ele nunca vê, e não pode, portanto, ser considerado parte da troca entre capital e trabalho – a troca da mercadoria, força de trabalho, pelo salário. O custo final das despesas estatais é, portanto, exclusivo do capital. É verdade que mudanças no nível de tributação pessoal dos trabalhadores terão efeitos imediatos sobre o nível dos salários líquidos e podem até se tornar um parâmetro de negociação na luta por salários. Os governos, em nome do capital, podem efetuar, através de aumentos de impostos, uma redução imediata no preço da força de trabalho e um aumento na taxa de exploração, mas isso só pode levar a uma redução no valor da força de trabalho se a classe trabalhadora for incapaz de restaurar o preço ao nível do valor estabelecido da força de trabalho através da luta salarial. Os governos podem usar uma receita extra para fornecer valores de uso que foram anteriormente consumidos, na forma de mercadoria, pelo trabalhador, como parte das necessidades da vida. Nesse caso, o pacote geral de valores de uso que formam o padrão de vida dos trabalhadores pode permanecer inalterado, enquanto o valor real da força de trabalho ainda é reduzido. Sob

certas condições, portanto, os governos podem, através de ajustes de tributação, reduzir ou aumentar o valor da força de trabalho e, também, o que não é necessariamente a mesma coisa, o padrão de vida socialmente aceito pelos trabalhadores (GINSBURG, 1981, p. 26).

As políticas sociais e, em especial aquelas relativas à assistência social, operam como formas de prover recursos financeiros que serão necessários para a aquisição de mercadorias destinadas à sobrevivência das pessoas. Nesse sentido, no foco prioritário dessas políticas sociais, localizam-se as pessoas com menos recursos monetários. Tal fato aponta, conseqüentemente, para a insuficiência de renda (ou até mesmo para a sua total ausência) das pessoas atendidas.

Como se trata de uma sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, a forma de aquisição dessas mercadorias passa pelo mercado. Estando desprovido de meios de produção que permitam produzir o que se necessita para sobreviver, o mercado capitalista funciona como a mediação necessária dessa dinâmica. Para poder adquirir as mercadorias, é preciso, pois, se inserir numa relação de troca e, como toda relação de troca pressupõe compra e venda, é necessário que se tenha algo para vender.

Todas as pessoas aptas à produção de mercadorias possuem, ao menos, uma valiosa mercadoria para se vender: a força de trabalho. E é unicamente por meio da realização da força de trabalho que se produzem as mercadorias que são ofertadas no mercado<sup>7</sup>. A força de trabalho é um ingrediente indispensável para a produção capitalista e, para que ela seja realizada (trabalho), o seu portador precisa ter condições físicas e mentais.

Contudo, conforme visto anteriormente, ao passo que o capital necessita da força de trabalho para produzir e acumular riquezas, esse processo produz impactos negativos aos vendedores dessa mercadoria. As indicações de Marx (2010) sobre a “lei geral da acumulação capitalista” e sobre os impactos dessa dinâmica nos setores da superpopulação relativa são bastante elucidativas. Ao passo que necessita de força de trabalho, o capital apresenta, principalmente em países periféricos e na fase atual do capitalismo, tendências degradantes das condições de trabalho.

Por isso que, ao seguir a linha de investigação que relaciona o processo de acumulação capitalista com a reprodução da força de trabalho, apresenta-se uma questão central: de que forma essa dinâmica se relaciona com os grupos mais pauperizados da superpopulação relativa? É de interesse do capital, de forma sistemática, a disponibilização de valores econômicos para a reprodução social desse contingente de pessoas? Se, conforme afirma Faleiros (2000, p. 74), “a força de trabalho supérflua é um excedente de população que não valoriza e que não é valorizada”, qual a funcionalidade econômica desse movimento para a acumulação capitalista<sup>8</sup>?

<sup>7</sup> É importante ressaltar a necessidade da diferenciação entre as categorias trabalho e força de trabalho para a análise da produção e da acumulação capitalista. Nesse sentido, se, por um lado, elucida-se que Marx foi o primeiro a sistematizar as diferenças entre essas categorias, salienta-se que tal distinção ocorreu tão somente a partir das suas análises do final dos anos de 1850 (WELLEN, 2020).

<sup>8</sup> O autor citado apresenta algumas reflexões sobre essa dinâmica que, entretanto, não aprofundam suficientemente a sua análise econômica: “Essa monetarização da força de trabalho pela assistência, vinculada a um discurso de valorização do homem, não representa senão uma pseudovalidação social da existência de reserva. É necessário que, mesmo estigmatizado pela recepção da ajuda, o indivíduo se sinta validado socialmente por uma política que não o valoriza” (FALEIROS, 2000, p. 74).

Essa questão se torna ainda mais relevante, quando se comparam os dados apresentados anteriormente sobre as condições de trabalho no Brasil com algumas tendências recentes das políticas sociais neste país. No cerne da questão, encontra-se, portanto, a atual relevância de se refletir sobre a relação entre as políticas sociais e a reprodução da força de trabalho. E o caso brasileiro se expressa de forma bastante delicada, pois às tendências sobre a precarização e a subutilização da força de trabalho no Brasil, apresentadas no primeiro tópico, soma-se a diminuição orçamentária de recursos destinados às políticas sociais.

Os dados apresentados por Salvador (2017) sobre o histórico dos orçamentos das políticas sociais de assistência no Brasil são expressivos. Se, em 2012, essa política social retinha, aproximadamente, 75 milhões de reais, em 2016, esse valor passou para cerca de 85 milhões e meio de reais. Os cálculos apontam para um crescimento de 13,69%. Tal índice poderia, à primeira vista, parecer positivo. Contudo, isso fica desmistificado, quando se compara esse dado com a simples soma das taxas anuais de inflação dessa série histórica, que foi de mais de 35%. Ou seja, entre 2012 e 2016, a inflação foi quase três vezes maior do que o aumento do orçamento das políticas sociais de assistência no Brasil.

Além disso, é importante ressaltar que, desde 2003, os recursos destinados à política de assistência social no Brasil se destinam basicamente ao pagamento de dois benefícios: “o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da assistência social e a transferência de renda com condicionalidades no âmbito do Programa Bolsa-Família (PBF)” (SALVADOR, 2017, p. 436). O pagamento do BPC representa uma renda básica para pessoas portadoras de deficiências e idosos que não possuam condições físicas e mentais de participação social plena. Além disso, a sua concessão é limitada às pessoas que possuem uma renda familiar mensal de até  $\frac{1}{4}$  de salário-mínimo por pessoa (BRASIL, 2020).

Já com relação ao Programa Bolsa-Família, ainda que se possam estabelecer vínculos entre essa política de assistência social e a reprodução da força de trabalho, essas relações são bastante fragmentadas. Alguns estudos, como o de Pereira (2010), apontam para a funcionalidade desse programa na reprodução da força de trabalho excedente, especialmente de setores mais precarizados da superpopulação relativa. Nesse sentido, ainda que a partir de estratos marcados pela pauperização absoluta, esse programa subsidiaria o chamado exército industrial de reserva.

Não obstante, a complexidade desta investigação recebe novas determinações quando se visualiza a tendência de diminuição dos investimentos nas políticas sociais no Brasil. Tal dinâmica resulta de uma gradativa desoneração de impostos em favor dos interesses do capital. Isso porque,

enquanto as desonerações de impostos cresceram 25,42%, os gastos tributários advindos das contribuições sociais (COFINS, PIS, CSLL e contribuições previdenciárias) que financiam a seguridade social tiveram uma evolução de 71,68% em termos reais. Portanto, as renúncias tributárias concedidas pelo governo federal em favor do capital, nos últimos anos, retiraram recursos das fontes orçamentárias que financiam as políticas de previdência social, assistência social, saúde e seguro-desemprego (SALVADOR, 2017, p. 440).

Quando se comparam as condições de trabalho com as políticas sociais no Brasil, visualizam-se, portanto, duas tendências opostas. De um lado, a ampliação da precarização e da subutilização da força de trabalho, levando um grande contingente de pessoas a integrar as camadas mais pauperizadas da superpopulação relativa. De outro lado, ocorre uma crescente diminuição dos recursos destinados às políticas sociais. Sob o enfoque econômico da dinâmica de acumulação capitalista, a possibilidade e a necessidade que o capital tem na manutenção dessa força de trabalho tornam-se cada vez mais contraditórias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal dinâmica incita um questionamento que vá além da necessária problematização da funcionalidade das políticas sociais para com o processo de acumulação capitalista. Atualmente, ainda permanece importante a desmistificação de fenômenos como o “*mito da assistência*”, que se refere ao “trato efetivo da Assistência Social como alternativa corretora da ‘questão social’” (NETTO, 2010, p. 11, grifo do autor). Contudo, faz-se necessário um questionamento mais profundo acerca das reais possibilidades e necessidades que o capital tem nesse contingente de força de trabalho precarizado e subutilizado.

É óbvio que tais políticas sociais são estabelecidas a partir de interesses políticos e ideológicos. É também evidente que esses interesses perpassam posições e lutas de classes, muitas vezes realizadas em polos antagônicos. A dialética desses processos apresenta políticas sociais, ao mesmo tempo, como formas de dominação e como manifestações de conquistas sociais. Essas características são imanentes aos instrumentos estatais de uma sociedade dominada pelo modo de produção capitalista.

Todavia, o escopo dessas intervenções estatais se limita pela necessidade e pela possibilidade da acumulação capitalista. Conforme afirmação anterior, o trabalho é o único elemento que produz valor e que permite estabelecer a dinâmica de acumulação econômica. Dessa forma, o capital historicamente apresentou a necessidade de subsídios estatais para custear a reprodução da força de trabalho. E, tal qual uma relação entre oferta e demanda, quanto menos essas mercadorias estiveram disponíveis, maiores foram os seus preços. No sentido inverso, quanto mais força de trabalho excedente existir, menos necessário será, para o capital, o subsídio à sua reprodução.

Em momentos históricos de crises, o Estado cumpriu com a tarefa de subsidiar a reprodução da força de trabalho. Assim, tanto por meio do incremento ao consumo, como pela diminuição dos custos pagos pelo capital para a reprodução da força de trabalho, incentivou-se a acumulação capitalista. Entretanto, diante de uma situação de extrema de precarização e de pauperização da força de trabalho, questiona-se a validade dessa medida para a finalidade capitalista almejada.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. Coronavírus: medida do governo permitirá corte de salário de trabalhadores. *In: Correio Brasiliense*. 18/03/2020. Disponível em: [correiobrasiliense.com.br](http://correiobrasiliense.com.br). Acesso em: 27 mar. 2020.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. *Carta de serviço ao usuário*. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/bpc>. Acesso em: 12 mar. 2020.

CHAMBERS, M. Germany to return to austerity after coronavirus crisis – minister. *In: Reuters*, march 24, 2020. Disponível em: [reuters.com](http://reuters.com). Acesso em: 27 mar. 2020.

CUCOLLO, E. Recurso federal para combate à coronavírus soma 2% do PIB; na Europa chega a 17%. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de março de 2020. Disponível em: [folha.uol.com.br](http://folha.uol.com.br). Acesso em: 27 mar. 2020.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Resultados Anuais até 2017 - síntese metropolitana*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/anualSINTMET.html>. Acesso em: 06 mar. 2020.

FALEIROS, V. de P. *A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GINSBURG, N. *Class, capital and social policy, critical texts in social work and the welfare state*. London and Basingstoke: Macmillan Press, 1981.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 07 mar. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 mar. 2020.

KAMAKURA, W. A.; MAZZON, A. *Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2016.

MARX, K. Capital: a Critique of Political Economy. vol. I, book. I, The process of production of capital. *In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected Works*. V. 35 (Karl Marx – Capital Volume I). London: Lawrence & Wishart, 2010.

MAZIEIRO, G. Câmara aprova auxílio de R\$ 600 a trabalhadores durante crise da Covid-19. *UOL Economia*, São Paulo, 26 de março de 2020. Disponível em: [economia.uol.com.br](http://economia.uol.com.br). Acesso em: 27 mar. 2020.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, J. P. Prefácio. In: MOTA, A. E. et. al. (org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PASHUKANIS, E. B. The general theory of law and marxism. In: PASHUKANIS, E. B. *Selected writings on marxism and law*. London: Academic Press, 1980.

PEREIRA, M. S. S. *Bolsa Família e reprodução da força de trabalho no Brasil: implicações socioeconômicas e políticas*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

SALVADOR, E. da S. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017.

SCHREIBER, M. Medidas econômicas de Bolsonaro contra o coronavírus são inferiores às de outros países, aponta FGV. In: *BBC News Brasil*, Brasília, 24 de março de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52024928>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SMITH, A. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

TEMÓTEO, A.; MILITÃO, E. Guedes afirma que governo vai pagar R\$ 200 para trabalhador informal. In: *UOL Economia*, São Paulo, 18 de março de 2020. Disponível em: [economia.uol.com.br](http://economia.uol.com.br). Acesso em: 27 mar. 2020.

WELLEN, H. Karl Marx e a economia política: da rejeição moral à assimilação crítica. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 137, p. 35-53, jan./abr. 2020.

WELLEN, H. Igualdade abstrata e desigualdade econômica: da equivalência da circulação à não equivalência da produção. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E. R.; LIMA, R. de L. de. (org.) *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2019.

WORLD BANK. *World development indicators*. Disponível em: <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>. Acesso em: 08 mar.2020.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

# TRABALHO E SOFRIMENTO MENTAL: UMA REVISÃO CRÍTICA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO NO CAPITALISMO

MARCELA MENDES SALES  
MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE

## INTRODUÇÃO

O trabalho, na forma capitalista, ao longo de seu desenvolvimento, resultou em mudanças nos padrões de adoecimento dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que eliminou doenças, aumentando a expectativa de vida, produziu outras, principalmente as ligadas à organização da produção (LAURELL, 1982). O presente artigo pretende expor a produção teórica acerca da questão do sofrimento mental do trabalhador, utilizando os autores de referência paradigmática sobre o tema, Christophe Dejours e Louis Le Guillant, que tratam desse objeto a partir de uma análise crítica e tendo como eixo central de estudo as relações de trabalho submetidas ao modo de produção capitalista.

Embora existam vários estudos sobre o tema, nas mais diversas áreas, como na Psicologia, na Sociologia, na Enfermagem, na Medicina do Trabalho entre outras, há poucas análises e estudos acerca desse objeto no interior do Serviço Social. É com o intuito de expor essa questão a essa área de conhecimento e à categoria profissional como um todo, bem como ampliar esse debate, que se propõe este artigo, como uma contribuição, principalmente por se tratar de um tema relevante na atual conjuntura, em que o sofrimento mental tem crescido, como uma das expressões acirradas da questão social na atual ordem do capital.

Assim, em tempos de lutas contra as atrocidades do capital é fundamental ter clareza sobre os fundamentos teórico-metodológicos desse fenômeno e, particularmente, do conhecimento sobre os autores de referência paradigmática, no pensamento social crítico, que discutem os determinantes sociais do processo de sofrimento mental a partir da crítica à organização do trabalho capitalista.

Os estudos sobre o sofrimento mental relacionado ao trabalho vinculam-se à história da luta do movimento operário pela saúde no ambiente de trabalho e fora dele. Luta esta que envolve os trabalhadores, os patrões e o Estado burguês. Dejours (1987), ao descrever esse processo, divide-o em três períodos. O primeiro, que se inicia no século XIX, está marcado por um grande pauperismo, quando se lutava, principalmente, pela sobrevivência. Os trabalhadores estavam submetidos às condições de trabalho, de moradia e de alimentação precárias, resultando em altas taxas de mortalidade e de morbidade. A vida dos miseráveis era vista pela classe dominante como doença contagiosa. Engels (2008) descreve, com maestria, que “mais desmoralizante que a miséria é, para os operários, a insegurança de sua vida, a necessidade de viver cada dia com um salário, sem saber o que lhe acontecerá na manhã seguinte – em suma, aquilo que faz deles *proletários*” (ENGELS, 2008, p. 155, grifo do autor).

É nesse período, portanto, que se desenvolve o modelo higienista de saúde, que visava preservar a saúde da elite e não a da classe operária. Esse modelo buscava disciplinar a classe trabalhadora através da moral, da higiene e das assim chamadas ciências morais e políticas (DEJOURS, 1987). Emerge nesse contexto a teoria da degenerescência de Morel, que, segundo Le Guillant, afastou “a doença de suas causas sociais, sem ter eliminado o vínculo aparente. Por sua vez, na opinião de Magnan e de Dupré, a sociedade estava isenta de qualquer responsabilidade: tudo se explica pelas predisposições, pelas constituições” (LE GUILLANT, 2006, p. 31). O autor complementa, afirmando que “a condição mais vital, o acontecimento mais dramático são reduzidos ao papel de causa ‘ocasional’, cuja função contingente é praticamente eliminada e sem que lhe seja atribuído qualquer valor a não ser que se insira, de alguma forma, na trama dos encadeamentos inconscientes” (LE GUILLANT, 2006, p. 37).

A burguesia se comportava da mesma forma, ao tratar a origem da miséria nas grandes cidades, como relatou Engels:

A miséria, a insegurança, o excesso de trabalho e o seu caráter forçado destroem o corpo e o espírito do operário, todos, inclusive eles mesmo, seriam obrigados a concluir: Então, tratemos de dar aos pobres a propriedade, asseguremos-lhes a existência, promulguemos leis contra o trabalho excessivo – mas é exatamente isso o que a burguesia não pode admitir. Não pode admitir que a indústria, da qual tira seus lucros, gerou as grandes cidades; e, por isso, aceita a ideia de que as grandes cidades se desenvolveram por si mesmas e que as pessoas se instalaram nelas por livre vontade, ideia que lhe permite atribuir todos os males a essa causa aparentemente inevitável. Na realidade, as grandes cidades apenas se limitam a desenvolver mais rápida e completamente um mal já existente em germe (ENGELS, 2008, p. 159).

Esse incômodo causado pela miséria em que viviam os trabalhadores levou a burguesia e o Estado a elaborarem práticas e teorias que se tornaram um verdadeiro arsenal de controle social. Surgem, assim, os estudos dos chamados alienistas, tendo como expoentes os médicos Philippe Pinel, Jean Étienne Esquirol, dentre outros, que desenvolveram o que passou a ser conhecido como

Psiquiatria (AMARANTE, 2007). Esse período também esteve marcado por constantes lutas dos trabalhadores pelo direito de viver e pela “construção do instrumento necessário à sua conquista: a liberdade de organização” (DEJOURS, 1987, p. 17).

O segundo período, de acordo com Dejours (1987), compreende da primeira guerra mundial a 1968, marcado pela luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, como o maio de 1968, na França, e as greves operárias que ocorreram em vários países no mesmo período. Entre suas pautas estavam as reivindicações por um ambiente de trabalho menos nocivo à saúde, em um movimento de resposta às novas performances produtivas exigidas pela implementação do método taylorista. Segundo Dejours (1987), a saúde do corpo físico era prioritária e esse período “caracteriza-se pela revelação do corpo como ponto de impacto da exploração” (DEJOURS, 1987, p. 21). Os sindicatos se tornaram propulsores dessas lutas pela saúde. Entretanto, Dejours (1987) aponta que esse movimento não abarcava de forma profunda os aspectos relacionados à saúde mental dos operários no ambiente de trabalho. A fadiga nervosa e as consequências relacionadas à saúde mental dos trabalhadores não eram incorporadas pela Medicina da época, como nos afirma Le Guillant (2006).

Nada é mais fácil do que atribuir sempre a loucura a uma predisposição natural, à constituição particular e oculta do indivíduo, além de afirmar que se este homem tivesse tido uma outra natureza, sem esta predisposição para tornar-se louco, o acidente, a doença fortuita à qual é atribuída sua loucura e que nem sempre produz tal efeito, teria ocorrido em sua vida, como atinge tantas outras, sem transtornar seu cérebro e tirar-lhe a razão. Com certeza absoluta ninguém poderá comprovar o contrário. A comodidade deste procedimento fez tal sucesso que, atualmente, entre nossos médicos, tornou-se moda eliminar, tanto quanto possível, todas as outras causas por serem raras e insuficientes, atribuindo a loucura a uma predisposição oculta nas profundezas da constituição individual (LE GUILLANT, 2006, p. 38).

É dessa forma, contudo, que a classe trabalhadora passa da luta pela sobrevivência à luta pela saúde, na medida em que “a luta pela sobrevivência condenava a duração excessiva do trabalho. A luta pela saúde do corpo conduzia à denúncia das condições de trabalho” (DEJOURS, 1987, p. 25). Portanto, é somente após 1968 que a questão da saúde mental relacionada ao trabalho se torna relevante nas críticas à organização do trabalho. O capital e seus métodos organizacionais criaram um ambiente de dominação que suprimiu a atividade livre do trabalhador.

Por fim, a terceira fase do movimento pela saúde do trabalhador, que “diz respeito à localização do processo de anulação de um comportamento livre, operação mais difícil do que a observação direta de um comportamento abertamente patológico ou desadaptado” (DEJOURS, 1987, p. 26).

Cabe ressaltar que os estudos sobre a saúde mental relacionada ao trabalho ganham proeminência após a segunda guerra mundial, mais especificamente após os anos de 1960, na mudança para o modelo toyotista de produção. Apresentaremos alguns dos principais teóricos que impulsionaram a discussão mais aprofundada sobre a saúde mental e trabalho nesse período. Aqui

se destacam os estudos de Louis Le Guillant, no campo da Psicopatologia do Trabalho e Christophe Dejours, no campo da Psicodinâmica do Trabalho.

## O CAMPO DA PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO

A Psicopatologia é um campo de conhecimento em que se estuda a evolução de quadros de tipos distintos de sofrimento mental. A associação dos estudos da Psicopatologia às relações de trabalho se inicia no final do século XIX, tendo como um de seus precursores o filósofo Karl Jaspers, como também se destacam os teóricos fundadores desse campo, tais como Krestschmer e Bleuler (SELIGMANN-SILVA, 2011). Esse campo, comum da Psicologia e da Psiquiatria, repercute em um período de fortes modificações no modo de produção capitalista, quando mulheres, doentes, idosos e doentes mentais precisavam estar aptos ao trabalho.

Na França, as grandes mudanças ocorridas após a segunda guerra mundial impactaram a Psiquiatria, seu saber e seu modelo assistencial manicomial até então vigente, após muitos pacientes internados em hospitais psiquiátricos terem sido liberados “por falta de condições de sobrevivência nesses estabelecimentos. Para surpresa dos psiquiatras, no final da Guerra, esses doentes mentais considerados ‘pacientes crônicos’, mostravam-se aptos a retornar à vida familiar e social, assim como a realizar alguma tarefa produtiva” (NASSIF, 2005, p. 81).

É nesse contexto que os psiquiatras observaram que muitos desses pacientes conseguiram se recuperar e retornar à vida em sociedade. Assim, o trabalho e as relações cotidianas fora do modelo asilar-manicomial passaram a ser incluídos no tratamento, tendo em vista evoluir o quadro clínico dos pacientes internados. Essa experiência possibilitou desenvolver a Ergoterapia, que “estabeleceu uma nova forma de abordar o doente mental e permitiu reconhecer o trabalho pelo seu valor de integração social, oferecendo-nos grande contribuição para os estudos na área de saúde mental no trabalho” (NASSIF, 2005, p. 81). Nessa nova trajetória da clínica e do modelo assistencial psiquiátricos, Paul Sivadon foi um dos principais expoentes no campo da Ergoterapia, tendo dedicado à sua atenção à Psiquiatria Social e aos estudos sobre os problemas da adaptação do indivíduo no trabalho. A Ergoterapia pode ser definida como

um método psicoterápico que emprega o trabalho, a ocupação educativa, na cura das doenças e [Sivadon] analisa o trabalho como fonte de crescimento e evolução do indivíduo considerando as perversões existentes na organização das atividades de trabalho, as quais podem gerar pressões e conflitos que possibilitam o surgimento das patologias psíquicas (SIVADON; ZOILA, 1998 *apud* NASSIF, 2005, p. 81).

São, então, criados, na França, nos hospitais psiquiátricos, os Centros de Tratamento e Readaptação Social (CTRS), tendo os psiquiatras Paul Sivadon e Louis Le Guillant como precursores dessa nova clínica.

Em 1946, Henry Ey, Jacques Lacan, S. Follin e Lucien Bonnafé participaram de um importante colóquio na França levando ao evento contribuições importantes para os estudos acerca da Psicopatologia do Trabalho (NASSIF, 2005). Henry Ey defendeu a teoria da existência de uma hierarquia estrutural, associando a moral ao psiquismo. A loucura, segundo ele, está ligada a “aspectos orgânicos, infecciosos, endocrinológicos ou traumáticos” (NASSIF, 2005, p. 83).

Lacan, por sua vez, defendeu a tese sobre a causalidade psíquica, contrapondo a teoria organicista de Ey. Para Lacan, a estrutura psíquica dos sujeitos se apresenta no pensamento, é uma questão do ser, parte de sua constituição. Assim, não é possível ser compreendida como “defeito de adaptação à vida” (NASSIF, 2005). Follin e Bonnafé também se opuseram à teoria de Ey, introduzindo o materialismo dialético em suas análises. Para eles, a Psiquiatria deve considerar o meio e a história trazida por cada indivíduo, portanto, a realidade concreta deve ser incorporada pelos psiquiatras nos estudos sobre a psicopatia, “entendendo ser a sua causa, ao mesmo tempo psíquica, social e orgânica” (NASSIF, 2005, p. 83).

## AS CONTRIBUIÇÕES DE LE GUILLANT À PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO E A SUA CRÍTICA À REALIDADE SOCIAL CAPITALISTA

O psiquiatra Louis Le Guillant<sup>1</sup> recorre às teorias formuladas por Follin e Bonafé, seguidas de teóricos marxistas como Georges Politzer<sup>2</sup>. Com base nesses teóricos, Le Guillant desenvolveu as suas pesquisas sobre a Psicopatologia, sendo incisivo na sua crítica à Psiquiatria higienista e se opondo à Psicologia clássica.

Le Guillant se destacou no âmbito da Psicopatologia do Trabalho com “suas observações sobre o papel do trabalho na reestruturação psíquica e reintegração social dos pacientes psiquiátricos hospitalizados” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 45). Sobre os estudos do autor, há, para o português, apenas uma coletânea de textos intitulada *Escritos de Louis Le Guillant*, organizada por Maria Elizabeth Antunes Lima (1998). Nesta, é possível encontrar os fundamentos teóricos e os principais trabalhos do autor, como as pesquisas realizadas com as telefonistas, na década de 1950, e a sua investigação sobre as condições das empregadas domésticas em Paris. Também se encontra nessa edição um rico prefácio escrito por Yves Clot, corroborando com a trajetória teórica e de pesquisas de Le Guillant, enfatizando a sua contribuição para o desenvolvimento da Psicopatologia do Trabalho.

Le Guillant contrapõe-se à Psicologia positivista, segundo Clot (2006), por ser popular entre os industriais. Portanto, para Le Guillant, “a psicologia do trabalho não deve ser paralisada por um objetivismo hábil e prudente, nem se perder nas areias movediças da erudição” (CLOT, 2006, p. 14).

<sup>1</sup> Louis Le Guillant nasceu em 1900, na França, na cidade de Lorient. Seu pai era comerciante de tecidos e sua mãe, professora primária. Cursou Medicina, em 1918, e, após 1926, iniciou sua carreira em hospitais psiquiátricos. Foi casado e teve dois filhos. Faleceu em 1968, deixando um vasto legado de estudos sobre a Psicopatologia do Trabalho.

<sup>2</sup> Trata-se de um filósofo marxista francês, crítico da Filosofia Espiritualista e da Psicologia Idealista. Em sua tese, desenvolveu a Psicologia Concreta, uma vertente de pensamento que busca, na realidade social dos sujeitos, compreender os dramas vivenciados por eles.

Seus estudos apontam que o adoecimento no trabalho é mais amplo do que as doenças profissionais específicas, cujas causas residem na intensificação do trabalho, na medida em que sua atenção está na expansão do trabalho taylorizado, comum à sua época.

Dessa forma, na psicopatologia do trabalho, em vez de estabelecer um quadro clínico ou a nosologia dos distúrbios seja dos radiotelegrafistas, das empregadas domésticas, das telefonistas, dos mecanografistas ou, ainda, dos maquinistas de trem, trata-se sobretudo de promover uma nova clínica a partir de cada situação concreta, passível de ser transformada. Esta posição é original e deixa-o bastante afastado das preocupações de profilaxia social que congregam outros psiquiatras, tais como P. Sivadon e C. Veil, em torno da *Ligue d'Hygiène Mentale* [Liga da Higiene Mental] (CLOT, 2006, p. 15).

Clot destaca que a abordagem de Le Guillant se contrapõe à Psicanálise, por conter uma “sociogenética da doença mental” (CLOT, 2006, p. 15), dando maior atenção à dimensão social ao tratar os fenômenos psíquicos. Dessa forma, as condições de trabalho impostas na sociedade são analisadas e incorporadas em suas pesquisas, realizando uma crítica fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético.

Le Guillant, ao identificar as causas do sofrimento mental, utiliza o conceito de fatos psicológicos, oriundo da Psicologia concreta. Os fatos psicológicos ou sentido do drama são observados e analisados a partir dos relatos do sujeito.

Ele, então, identifica fatos psicológicos que impactam o psiquismo, como a realidade material do indivíduo, a realidade da sociedade e o impacto dos grandes acontecimentos, como a guerra e as modificações de vida impostas aos sujeitos. Diferentes realidades resultarão em diferentes formas de se manifestar o sofrimento mental. Assim descreve o autor:

A enorme diferença da taxa de psicopatas verificada, por exemplo, entre o Estado de Nova York e uma República soviética qualquer, assume sob este ponto de vista uma significação particularmente eloquente (...) Aliás é possível apresentar diferentes interpretações destes fatos, sem deixar de subsistir o dado central de minha ideia: em estruturas sociais diferentes, observa-se um número diferente de distúrbios psíquicos – assim como uma variação bastante interessante quanto às proporções habituais das diferentes psicoses e até mesmo, à sua sintomatologia (LE GUILLANT, 2006, p. 24).

O ponto de vista teórico do autor está em relacionar o tratamento das *doenças mentais*<sup>3</sup> a uma questão não apenas individual e subjetiva, mas sim com o conhecimento da realidade social concreta e a possibilidade de sua transformação. Sendo assim, o autor se contrapõe “à simples ‘absorção’ dos distúrbios ou à reeducação e a proteção de um indivíduo fundamentalmente

<sup>3</sup> Embora os autores estudados utilizem termos como saúde mental, distúrbios mentais e outros, optamos pelo termo sofrimento mental por compreendermos que esse termo condiz com nosso esforço em abordar os impactos do modo de produção capitalista não apenas na saúde, mas também no que está relacionado aos sentimentos e sensações ligados ao desconforto e mal-estar gerados por essa sociedade. Os termos, saúde mental, doença mental ou distúrbio mental são próprios da clínica psiquiátrica, na qual se ancora a visão dominante da Medicina, seu modelo biomédico, ao qual tentaremos nos contrapor ao longo do nosso estudo.

‘inadaptado’, ‘imaturo’ ou portador de uma ‘anomalia específica da personalidade’” (LE GUILLANT, 2006, p. 26).

A crítica às condições de vida e de trabalho são frequentes em sua obra. Em suas pesquisas e propostas de tratamentos, o autor, a partir da abordagem centrada em como a realidade se apresenta e não com uma perspectiva mecanicista dos aspectos sociais, sobressalta os motivos pelos quais os trabalhadores adoecem, seja em sintomas físicos ou psíquicos. Isso porque a Medicina até então vigente desconsiderava as causas, observando a aparência dos sintomas e atribuindo-lhes a alguma predisposição do sujeito.

O autor, ao se referir à realidade, não a restringe somente aos aspectos da economia e das relações de produção, mas considera as diferentes formas de pensar, ideologias e costumes presentes no cotidiano. Segundo Le Guilant,

as situações reais vivenciadas por nossos pacientes – essencialmente, as divisões e as contradições existentes na sociedade – é que se encontram na origem dos conflitos observados neles; ora, cada um de nós está empenhado em sublinhar o papel patogênico de tais conflitos. Portanto, deve ser possível descobrir sua origem – e, às vezes, sua solução (LE GUILLANT, 2006, p. 42).

É rico em sua obra o cuidado em abordar as causas sociais, tendo em vista não apenas os grandes acontecimentos, mas também o conjunto das transformações, que se acumulam e desencadeiam esses eventos. O movimento das transformações sociais pode até parecer lento ou imperceptível, mas que interfere vigorosamente na história. Em suma, o autor, assim, propõe que a sua teoria consiste em analisar

o processo histórico, as contradições que ele suscita incessantemente entre as estruturas sociais, as formas de vida e as ideologias tanto do passado, quanto do futuro, tudo isso está na origem dos conflitos não só individuais, mas também no seio da coletividade. Os conflitos individuais encontrados no próprio âmago das manifestações psicopatológicas são apenas a expressão, a concentração em determinado indivíduo, a forma dramática e pessoal dos conflitos pelos quais as contradições exprimem-se na sociedade (LE GUILLANT, 2006, p. 48).

Em seus estudos, observa-se que sua atenção está voltada para o “drama humano”. Para Le Guilant (2006), a Psicologia, em conjunto com a ciência, deve incorporá-lo como objeto de suas análises. O autor pesquisou diversas categorias de trabalho em profundidade, tal era seu interesse pela situação a que os trabalhadores estão expostos, que transitou da análise mais geral do processo de trabalho às condições mais subjetivas, como no estudo sobre a condição das empregadas domésticas, em que observou que havia muitas mulheres entre seus pacientes que trabalhavam como domésticas apresentando distúrbios mentais variados, internadas ou não em instituições asilar-manicomial.

Esse fato, portanto, levou Le Guilant a estudar o tema sobre as condições de vida de 248 pacientes internadas. Buscou informações em variadas fontes, em uma abordagem pluridimensional, como, por exemplo, em um grupo de 306 empregadas domésticas que frequentavam um Centro de

Reciclagem Profissional, em vários sindicatos, incluindo dos empregadores e em uma vasta pesquisa bibliográfica sobre o tema, que resultou no artigo intitulado *Incidências psicopatológicas da condição de empregada doméstica*.

Cabe salientar que, sobre a metodologia do estudo, o autor afirma que “o procedimento de nossa pesquisa passou, incessantemente, de uma perspectiva para outra: por um lado, os dados estatísticos remetiam-nos para casos particulares e, por outro, os dados coletados nas entrevistas ou exames reenviavam-nos para verificações estatísticas” (LE GUILANT, 2006, p. 245).

Ao observar as condições de vida e de trabalho das empregadas domésticas, concluiu que os sintomas psicopatológicos apresentados por essas trabalhadoras estavam diretamente ligados a essas condições. Tal ambiente de trabalho ilustra, de forma bastante clara, a relação dominação *versus* servidão da condição humana. A dominação é compreendida pelo autor como “situações submetidas a um peso de tal modo considerável que se torna impossível subtrair-se inteiramente à sua pressão; aliás, sua influência transparece, quase sempre, através da trama complexa e, muitas vezes, mal delineada ou indecifrável de uma existência” (LE GUILANT, 2006, p. 243).

O autor argumenta sobre a necessidade de se compreenderem as vivências concretas dos pacientes para superar as explicações limitadas e superficiais das doenças. Essa concepção das doenças costuma ser rejeitada pela Medicina, negando a trajetória, as relações sociais e econômicas em que os pacientes estão inseridos.

Dessa forma, Le Guilant afirma que “a plena apreensão do caráter patogênico de seu trabalho só será possível, parece-me, ao ser estabelecida a relação das condições de tal atividade com toda a história da paciente, com suas maneiras de julgar e comportar-se, e com a representação do mundo, forjadas por esta história” (LE GUILLANT, 2006, p. 348). Assim, Le Guilant foi capaz de desenvolver um profundo estudo sobre a saúde mental relacionada ao trabalho, enriquecendo as pesquisas do campo da Psicopatologia.

## **DEJOURS E OS FUNDAMENTOS DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO: A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E A SAÚDE MENTAL RELACIONADA AO TRABALHO (SMRT)**

Na França, na segunda metade do século XX, foi desenvolvida, pelo psiquiatra Christophe Dejours, a Psicodinâmica do Trabalho, um retorno da Psicanálise aos estudos da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho - SMRT (LIMA, 1998). Durante a disseminação da reestruturação produtiva, Dejours (1987) debruçou-se sobre os “mecanismos psicológicos de defesa socialmente articulados” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 64). Trata-se, portanto, de estratégias defensivas das pressões do trabalho, que, de acordo com Seligmann-Silva (2011), diz respeito “à exploração dessas defesas e do próprio sofrimento pelos que determinam a organização do trabalho é uma das vertentes mais fecundas das colocações de Dejours para a SMRT” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 64).

Em sua obra mais famosa, *A loucura do trabalho*, pode-se identificar os principais traços de sua análise sobre a Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT). O autor discorre sobre as ideologias defensivas elaboradas pelos trabalhadores em resposta à organização do trabalho, que é constituída pelo sistema hierárquico, divisão de trabalho, tipo de tarefa, como ela é executada e as relações de poder. Esses elementos são impostos aos trabalhadores e podem desencadear sofrimento mental.

Assim, “a questão fundamental aqui colocada diz respeito à localização do processo de anulação de um comportamento livre, operação mais difícil do que a observação direta de um comportamento abertamente patológico ou desadaptado” (DEJOURS, 1987, p. 26). Livre no sentido de criador, transformador da realidade em conformidade com os desejos do sujeito, mais uma orientação do que um estado.

O autor constrói a sua análise tomando como exemplo o adoecimento entre o subproletariado, camada mais precária entre os trabalhadores. Entre estes, é observada a vergonha em relação ao corpo adoecido e à percepção de que adoecer é sinônimo de não trabalhar, formando a ideologia da vergonha, que “consiste em manter à distância o risco de afastamento do corpo ao trabalho e, conseqüentemente, à miséria, à subalimentação e à morte” (DEJOURS, 1987, p. 34). No caso de fracasso individual, restam o alcoolismo, os atos desesperados de violência e o sofrimento. O autor enfatiza que “este sistema funciona porque é coletivamente elaborado e alimentado. Tal é a positividade da ideologia da vergonha” (DEJOURS, 1987, p. 35).

A partir desse exemplo, Dejours (1987) elencará as características do que denominou como ideologias defensivas. O objetivo destas, segundo o autor, é encobrir uma ansiedade grave, sendo elaborada coletivamente pelos trabalhadores a partir de uma determinada organização do trabalho, ou seja, em cada tipo de organização do trabalho haverá ideologias defensivas diferentes. Elas servem como mecanismos para lidar com os riscos efetivos do trabalho, não através da sua prevenção, mas, sim, no modo de encará-los. O autor afirma que

a ideologia defensiva tem sempre um caráter vital, fundamental, necessário. Tão inevitável quanto a própria realidade, a ideologia defensiva torna-se obrigatória. Ela substitui os mecanismos de defesa individuais. Ela os torna impotentes. Esta observação é de uma grande importância clínica na medida em que é a partir dela que se pode compreender porque um indivíduo isolado de seu grupo social se encontra brutalmente desprovido de defesas face à realidade a que ele é confrontado. A participação na ideologia defensiva coletiva exige que os mecanismos de defesa ajam em surdina, mecanismos estes que só teriam razão de ser frente a conflitos de ordem mental, os quais só podem aparecer quando um domínio mínimo da realidade perigosa está assegurado (DEJOURS, 1987, p. 35-36).

A ideologia defensiva, segundo o autor, é resultado da abrupta mudança do modo de trabalho trazida pelo taylorismo, pela Organização Científica do Trabalho (OCT). A OCT eliminou o domínio do operário sobre seu trabalho, dividindo-o. Para a Psicopatologia, o desenvolvimento da OCT exerce violência ainda mais abrupta no âmbito do funcionamento mental dos trabalhadores

que nos aspectos físicos que poderiam causar o ambiente de trabalho, como também apontou Louis Le Guillant.

Dessa forma, a ideologia defensiva, mesmo sendo ela uniforme entre os trabalhadores, não pode ser traduzida, entre aqueles trabalhadores submetidos ao processo produtivo taylorizado, como uma defesa coletiva, pois “o fracionamento da coletividade operária, o sofrimento que a organização do trabalho engendra exige respostas defensivas fortemente personalizadas. Não há mais lugar praticamente para as defesas coletivas” (DEJOURS, 1987, p. 140). A insatisfação, o medo, a desarmonia com o conteúdo do trabalho e a estrutura da personalidade podem gerar o sofrimento mental. Segundo Dejours,

Não são tanto as exigências mentais ou psíquicas do trabalho que fazem surgir o sofrimento (se bem que este fator seja evidentemente importante quanto à impossibilidade de toda a evolução em direção ao seu alívio). A certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento (DEJOURS, 1987, p. 52).

As estratégias de defesa possuem, portanto, um caráter eminentemente ambíguo, pois se, por um lado, são uma forma de se resistir às imposições da organização do trabalho, por outro, elas cumprem um papel de manutenção atual do processo de trabalho. Isso se dá porque as estratégias defensivas fazem com que os trabalhadores se adaptem às formas de dominação, funcionando como uma anestesia para a dor. Dessa forma, eles acabam suportando condições cada vez mais precárias, mas sem se voltarem para as causas que levam a essa degradação. Como afirma o autor, “quando uma defesa funciona, as pessoas toleram restrições que não deveriam tolerar, seja por razões morais e políticas ou por razões psicológicas” (DEJOURS, 2001, p. 162).

Assim, um ambiente de trabalho hostil e ameaçador afeta o funcionamento mental e o equilíbrio psicoafetivo. Segundo Dejours (1987), este está relacionado a uma série de fatores, entre eles, situam-se: a) os colegas de trabalho, em função da concorrência, da vigília de um trabalhador em relação ao trabalho do outro, a relação com a chefia e hierarquia da empresa. A raiva e a ansiedade derivada do trabalho também se desdobram nas relações fora do ambiente de trabalho; b) a “desorganização do funcionamento mental”, aquele “sentimento de esclerose mental, de paralisia da imaginação, de regressão intelectual. De certo modo, de despersonalização” (DEJOURS, 1987, p. 77); c) a “ansiedade relativa à degradação do organismo”, o medo causado pelo risco de se acidentar, que poderá colocar o corpo em perigo, como queimaduras, fraturas, ferimentos, cortes e até a morte, doenças causadas pelo tipo de atividade, risco de morbidade etc.; d) a ansiedade gerada pela “disciplina da fome” que faz o trabalhador se submeter a todos os riscos e ameaças em seu trabalho. Os medos do desemprego e de sentir fome geram, com afirma Dejours (1987), de “ansiedade da morte”.

O autor ainda sublinha que “é de natureza mental a ansiedade resultante das ameaças à integridade física. A ansiedade é a seqüela psíquica do risco que a nocividade das condições de trabalho impõe ao corpo” (DEJOURS, 1987, p. 78). A organização do trabalho interfere também na vida fora do trabalho, produz um comportamento condicionado, importante para manter a ideologia

da produção. Portanto, para Dejours (1987), o sofrimento mental é um elemento da submissão do corpo à organização do trabalho, sendo, assim, a violência do poder.

O eixo central dessa violência do poder baseia-se no estado permanente de poder ser controlado. Não se pode imaginar uma disciplina mais eficaz ou perfeita que a existente, pelo fato de se poder ser controlado a qualquer momento, sem mesmo saber em que momento esse controle é exercido. De certo modo, é a construção artificial de um autocontrole. Pois ter medo de ser vigiado é vigiar-se a si mesmo. O medo e a ansiedade são os meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos. No primeiro plano, aparece a ansiedade: agir conforme as ordens recebidas, obedecer e proteger-se da ansiedade originada pelo risco de ser pego em erro (DEJOURS, 1987, p. 100).

A organização do trabalho produz, dessa forma, de um lado, a angústia provocada pela repressão e de outro, uma tensão e irritação nervosa, provocando maior agilidade e aumento de produtividade. O sofrimento psíquico, longe de ser um epifenômeno, é o próprio instrumento para obtenção do trabalho. O medo, a ansiedade e a angústia são efeitos psíquicos necessários, que compõem a estrutura da organização do sistema de produção.

O medo partilhado cria uma verdadeira solidariedade na eficiência. O risco diz respeito a todo mundo, a ameaça não poupa ninguém, e nesse caso é impensável "deixar o barco afundar" (como numa linha de montagem), ou desejar uma deterioração do instrumento de trabalho. Quanto melhor estiver o processo de produção, mais tranquilos estarão. O risco cria, espontaneamente, a iniciativa, favorece a multiplicidade de tarefas e permite a economia de uma formação verdadeira, que a direção, aliás, não poderia dar (DEJOURS, 1987, p. 128).

Dejours (1987) questiona a exploração do medo e o uso da dominação sobre o trabalhador na esfera do sofrimento, em como esse método influencia a saúde do trabalhador, já que a descompensação psiconeurótica do trabalhador é vista como queda de produtividade. A resposta a essa queda é dada pela empresa através da exclusão do trabalhador, utilizando técnicas de seleção, visando garantir um padrão físico e psicológico nas contratações. Para o autor, assim como apontou Le Guillant, "basta diminuir a pressão organizacional para fazer desaparecer toda manifestação do sofrimento" (DEJOURS, 1987, p. 120).

Para o trabalhador em sofrimento, em desequilíbrio mental e ou com baixa produtividade, restam sempre saídas individuais como largar o emprego, trocar de posto ou mudar de empresa. Também, o trabalhador poderá escolher o absenteísmo, permanecer em sofrimento, desanimado, cansado, em processo de descompensação psiconeurótica e, ainda assim, não abandonar seu trabalho. Somente a doença é vista como um problema para a produção capitalista, o sofrimento mental e a fadiga não são encarados como uma consequência do trabalho desempenhado.

Dessa forma, Dejours (1987) debruça-se, portanto, sobre as causas e as consequências do sofrimento causado pela organização do trabalho. Porém, para o autor, não existe uma psicose do trabalho, as descompensações neuróticas, psicóticas e até das personalidades que se constroem ao

longo da vida são geradas antes mesmo da entrada no trabalho, o qual pode ser o gatilho para que tais descompensações se manifestem. Assim,

Deve-se levar em consideração três componentes da relação homem – organização do trabalho: a fadiga, que faz com que o aparelho mental perca sua versatilidade; o sistema frustração agressividade reativa, que deixa sem saída uma parte importante da energia pulsional; a organização do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e às sublimações. O defeito crônico de uma vida mental sem saída mantido pela organização do trabalho tem provavelmente um efeito que favorece as descompensações psiconeuróticas (DEJOURS, 1987, p. 122).

Contudo, quanto mais rígida for a gestão organizacional, mais sofrimento e descompensações psiconeuróticas irão surgir no ambiente de trabalho. Dejours (1987) afirma que, provavelmente, “uma parte não negligenciável da morbidade somática observada entre os trabalhadores tenha sua origem numa organização do trabalho inadequada” (DEJOURS, 1987, p. 128) e quanto mais precárias e subalternas forem as condições de trabalho, mais rígida será a organização do trabalho, logo maiores serão os impactos na estrutura psíquica do trabalhador.

A submissão e a dominação exercida pela organização do trabalho sob a estrutura psíquica e ideológica do trabalhador são obstaculizadas pela personalidade do sujeito. Construir uma nova personalidade, baseada no que a organização do trabalho estipula como adequada à produção é parte primordial para a conformação do modelo organizacional, tendo como elemento-chave de todo esse processo a alienação,

que passa pelas ideologias defensivas, de modo que o trabalhador acaba por confundir com seus desejos próprios a injunção organizacional que substituiu seu livre arbítrio. Vencido pela vontade contida na organização do trabalho, ele acaba por usar todos os seus esforços para tolerar esse enxerto contra sua natureza, ao invés de fazer triunfar sua própria vontade. Instalado o circuito, é a fadiga que assegura sua perenidade, espécie de chave, necessária para fechar o cadeado do círculo vicioso (DEJOURS, 1987, p. 137).

Dejours (1987), ao tratar o aspecto da fadiga e da insatisfação com o trabalho, descreve que estas surgem a partir da repressão ao funcionamento espontâneo do corpo, não se tratando de um desgaste físico, muscular ou de um órgão determinado. A fadiga, portanto, pode estar relacionada também à inatividade, na medida em que “os operários não reivindicam o direito à ociosidade permanente. A maioria das pessoas, a exemplo das crianças, não tem prazer nenhum com a inatividade duradoura” (DEJOURS, 1987, p. 129).

Entretanto, segundo o autor, é possível haver trabalhos compatíveis ao aparelho mental do trabalhador, podendo, inclusive, promover a saúde. Para Dejours, “uma boa adequação entre a organização do trabalho e a estrutura mental do operário é possível; isso impõe, em cada caso, um ponto de vista detalhado, apoiado por uma análise precisa da psicodinâmica da relação homem – trabalho” (DEJOURS, 1987, p. 134).

Apesar de Dejours realizar uma importante pesquisa sobre a saúde mental relacionada ao trabalho, discordamos de suas conclusões relacionadas aos fatores determinantes do sofrimento mental. Em uma linha diferente dos autores da Psicopatologia do Trabalho, na Psicodinâmica, portanto, o trabalho pode ser um elemento desencadeante de sofrimento mental, não como elemento fundamental, mas parte de um conjunto de fatores traumáticos absorvidos pelo sujeito ao longo de sua vida. Sobre esse elemento do campo da PDT, Lima (1998) afirma que, “em suma, Dejours não admite que o trabalho seria causador de doenças mentais, podendo no máximo desencadeá-las e, ainda assim, sob certas circunstâncias bastante específicas” (LIMA, 1998, p. 14).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos destacar o tema saúde e sofrimento mental relacionado ao trabalho, tendo como fundamento a crítica ao modo de produção capitalista. A saúde está diretamente relacionada com a forma como se vive, tendo as relações de trabalho como eixo central para se compreenderem os fatores que levam ao adoecimento (LAURELL, 1982). Nossa intenção partiu da constatação de que o capital exerce importante influência no modo de adoecer nessa sociedade, gerando consequências danosas aos trabalhadores. Sob o capitalismo, a saúde possui um discurso reduzido a fatores isolados e dissociados da vida em sociedade. As causas do adoecimento são estreitadas a análises pontuais, reduzidas ao mero acaso.

Le Guillant (2006) abriu o caminho para os pesquisadores que viam no trabalho capitalista uma fonte de sofrimento mental. Infelizmente, esse autor é pouco conhecido no Brasil, tendo poucas das suas obras traduzidas para o português. Entre os autores estudados, encontramos, em Le Guillant, uma análise coerente e profunda sobre a saúde mental na sociedade capitalista fundada em uma forte crítica a esse modo de produção.

Entre as vertentes de estudos críticos sobre saúde e sofrimento mental relacionado ao trabalho, destaca-se a *Psicodinâmica do Trabalho*, elaborada pelo psiquiatra francês Christophe Dejours. Embora o autor seja referência paradigmática nesse campo de análise, compreendemos que sua crítica é parcial, limitando-se ao ambiente de trabalho, sem levar, em devida consideração, a relação social da produção capitalista.

Dejours (1993; 2006) desenvolve uma profunda observação sobre o local de trabalho e as relações de trabalho estabelecidas. Sua crítica aos métodos organizacionais não rompe com as relações capitalistas de produção. Seu foco está mais nas consequências da organização da produção na saúde mental dos trabalhadores do que nos fundamentos da exploração dos trabalhadores. O autor deixa margem para uma interpretação de que é possível, no interior do capitalismo, uma organização do trabalho que seja benéfica para os trabalhadores em geral. Desse modo, ignora as análises críticas sobre o desenvolvimento do capitalismo, sendo necessário, para manter os lucros do capital, subordinar e explorar os trabalhadores.

Para aqueles que queiram desenvolver estudos no campo saúde e sofrimento mental apontamos a necessidade em conhecer os fundamentos do modo de produção capitalista para situar de forma coerente esse tema. Em tempos de retrocessos, é mister retornar aos fundamentos do capitalismo para reforçar e formular teorias e lutas contra as atrocidades desse modo de produção.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

CLOT, Y. Prefácio à edição brasileira. In: LIMA, M. E. A (org). *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Oboré, 1987.

DEJOURS, C. O medo e a precarização do Trabalho. *Revista IHU online*. São Leopoldo, 22 de maio de 2006a, Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao181.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

DEJOURS, C. *La banalización de la injusticia social*. Buenos Aires: Topia Editorial, 2006b.

DEJOURS, C. Um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal. *Revista Público*, Lisboa, Portugal, 1 de fevereiro de 2010. Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/02/01/sociedade/noticia/um-suicidio-no-trabalho-e-uma-mensagem-brutal-1420732>. Acesso em: 02 fev. 2019.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora da Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

LE GUILLANT, L. Introdução a uma psicopatologia social. In: LIMA, M. E. A (Org). *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.

LAURELL, A La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latinoamericana de la Salud*, México, 2, p. 7-25, 1982.

LIMA, M. E. A (org.). *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.

NASSIF, L. Origens e desenvolvimento da Psicopatologia do Trabalho na França (século XX). *Memorandum - Memória e História em Psicologia*, Belo Horizonte, 8, p. 79-87, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6764>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SELIGMANN-SILVA, E. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.

## **PARTE II**

# **QUESTÃO SOCIAL E SUJEITOS SOCIAIS**

# ORDEM MUNDIAL MODERNA, TERRITÓRIO E CAMPO DE EXTERMÍNIO

ELIZETE MARIA MENEGAT  
TATIANA DAHMER PEREIRA

## INTRODUÇÃO:

A globalização atual surge vinculada ao novo ordenamento mundial identificado a partir do final dos anos de 1980 e associado ao colapso da União Soviética (URSS). Com o colapso desta, tem fim a dominação mundial pelo sistema bipolar das grandes potências, projetando os Estados Unidos (EUA) como potência única (KURZ, 2007). Coincide, também, com a decolagem definitiva da terceira revolução industrial com as novíssimas tecnologias de comunicação, informação e controle e sua rápida disseminação pelo planeta, cujos principais avanços são produtos originados de guerras de ordenamento geopolítico no início do século XXI.

Este ensaio<sup>1</sup>, portanto, apresenta uma análise sobre como o (des)ordenamento mundial político e territorial atual expressa os limites dessa sociabilidade, em um contexto de agudização de suas contradições originadas pela própria incapacidade de geração de valor a partir do desenvolvimento dessa lógica de acumulação. Esse colapso, de múltiplas facetas, decorre justamente de algo estruturante da dinamização do capital: a busca incessante pela produção de valor e os mecanismos que impulsionam essa dinamização. O colapso, referenciando-nos na leitura de Menegat (2019), advém do excesso de desenvolvimento e não por sua ausência.

Para tanto, o fio condutor da argumentação considera os nexos entre a constituição dessa sociedade sob o jugo do valor e da produção de mercadorias e seus impactos nos desenhos de conformação territorial a partir do belicismo (como um permanente recurso mediador das relações sociais) – ou seja, como, a partir da destruição, do domínio e da subjugação, a sociedade moderna, desde a sua origem, reproduz relações conturbadas, no meio e através das quais, de alguma forma, flui a valorização do capital.

Essa perspectiva nos ajuda a compreender o porquê das aparentes contradições e cisões quanto à materialidade dessa forma social: da mesma forma que se acentuam curvas de urbanização em todo mundo, expandem-se megafavelas e campos de refugiados, principalmente, na Ásia e na África.

<sup>1</sup> Resultado de pesquisa de pós-doutoramento realizada em convênio entre dois programas de pós-graduação em Serviço Social de universidades públicas brasileiras na região Sudeste do Brasil.

As revoluções tecnológicas intensificam o trabalho e, portanto, descartam trabalho vivo que se acumula como massa de população sobrando. O aprofundamento de mecanismos de regulação democrática e do aparato legal de ordenamento e protocolo quanto às ações estatais, especialmente, após a segunda guerra mundial, avança formalmente, em detrimento de um mundo que banaliza o extermínio como algo corriqueiro em seus quatro cantos.

Nesse sentido, investimos em recuperar inicialmente elementos originários da formação da ordem mundial moderna, passando pelas controversas contribuições de Carl Schmitt (1888-1895), para avançarmos na compreensão de como ao final do século XIX, no período conhecido como a “grande depressão”, este sistema começou a apresentar, pela primeira vez, os sinais do seu limite interno. Nos limites desse estudo, procuramos compreender o modelo de concentração e extermínio dos supérfluos ao sistema de produção de mercadorias que foi criado pelas guerras de expansão imperialista na passagem do século XIX ao XX.

## FUNDAMENTOS DA ORDEM MUNDIAL MODERNA

Carl Schmitt, conhecido jurista alemão que esteve engajado na causa nacional-socialista, é desses pensadores conservadores cuja obra escrita é um “valioso instrumento para a compreensão das estruturas políticas e jurídicas de nossa época”, como afirmou Ferreira (2013, p. 1). O realismo político de Schmitt trouxe à luz contribuições de valor inestimável ao entendimento de faces ocultas da violência constitutiva do Estado moderno. Agambem extraiu da obra schmittiana importantes contribuições para a análise crítica das relações entre soberania, estado de exceção e campo de extermínio. Conforme Agambem (2007), o campo de concentração é o “novo *nómos* da Terra”<sup>2</sup>.

“*Nómos* da Terra”, expressão criada por Schmitt, diz respeito ao novo modelo de ordenamento jurídico e espacial que, a partir do século XVI, os europeus começaram a impor ao mundo. Na sua obra intitulada justamente *O nómos da Terra*, Schmitt sugere que o século XVI abriu uma época de guerras entre os Estados europeus pela expansão territorial. Conforme Schmitt, o Estado territorial nacional e o moderno sistema interestatal eurocêntrico formaram-se juntos, a partir do século XVI, quando se iniciou o processo violento de disputas pela anexação das terras do Novo Mundo aberto pelas grandes navegações. O sistema de relações interestatais pressupõe o Estado. “O Estado soberano não é apenas o novo conceito de ordem [*Ordnungsbegriff*] em geral (...) ele é acima de tudo o novo conceito de ordem espacial [*Raumordnungsbegriff*]” (SCHIMITT, citado por FERREIRA, 2008, p. 334).

Segundo o autor, o processo de descoberta e de apropriação, pelos Estados europeus, das novas terras, provocou uma verdadeira “revolução espacial” no mundo. Essa nova ordem mundial,

<sup>2</sup> “*Nómos* é o poder que opera ‘com mão mais forte’ a união paradoxal destes dois opostos” [refere-se aos princípios opostos de violência e justiça] “segundo a definição aristotélica, a ‘conjunção de opostos’, o fragmento contém verdadeiramente um enigma” (AGAMBEM, 2010, p. 37). Essa aparente antítese se coloca como algo importante na cultura política ocidental, para o autor, na conformação da contradição (e produção de violência) entre estado de natureza e soberania, o que justificaria a aceitação cultural da violência do soberano.

que se originou a partir do século XVI, Schmitt denominou “*nómos da Terra*”. A origem do *nómos* moderno, para Schmitt (2014), estaria estreitamente associada à apropriação das terras do Novo Mundo e à sua anexação ao sistema eurocêntrico de Estados que, então, estava se formando. O significado de *nómos* aparece no autor estreitamente vinculado à forma propriamente espacial da base do sistema sobre a qual se ergueu a ordem jurídica do mundo moderno:

Toda a ordenação fundamental é uma ordenação espacial (...). Desse modo, no seu núcleo essencial, a verdadeira e autêntica ordenação fundamental reside em determinados limites e delimitações espaciais, em determinadas medidas e em uma determinada distribuição da terra. No começo de cada grande época, está, portanto, uma grande apropriação de terra. Em particular, toda mudança e deslocamento da imagem da Terra está associada a mudanças de política e a uma nova repartição da Terra, a uma nova apropriação da Terra (SCHIMITT *apud* FERREIRA, 2008, p. 335).

Nos séculos XVI e XVII, as tecnologias de representação cartográfica, intensivamente desenvolvidas pelos interesses vinculados às grandes navegações, tornavam possível a percepção mais ou menos realista da forma da Terra por inteiro. Através de um método de abstração em escala apreensível pelo olho humano, os mapas reproduziam, pela primeira vez na história da humanidade, a totalidade do espaço geográfico real. Os mapas *mundi* forneciam uma representação espacial realista do mundo. Esse esforço de abstração resultava do conhecimento geográfico desenvolvido com o firme objetivo de realizar a apropriação dos territórios não europeus. Tal esforço de mapeamento, com grande exatidão, dos contornos continentais e marítimos do globo terrestre, servia de base para traçar as estratégias de repartição da Terra, não através de acordos, mas, antes, através da medição da força bélica dentre as potências ocidentais. A Geografia e a engenharia militar tornaram-se disciplinas essenciais para viabilizar o roubo de terras no Novo Mundo.

O cenário das violentas e intermináveis guerras entre os competitivos Estados europeus pela apropriação desses imensos territórios não europeus era o pano de fundo da constituição do moderno sistema mundial de produção de mercadorias. Entre os séculos XVI e XIX, o novo padrão eurocêntrico de ordem geral, nacional e internacional fez colapsar, definitivamente, não apenas o anterior ordenamento territorial medieval no qual se inscrevia o ocidente cristão, mas, também, esse novo padrão iniciava o processo de destruição total das formas de apropriação territorial dos povos nativos do Novo Mundo. Com base em tecnologias modernas de guerra como os canhões, implantava-se um novo sistema homogêneo de apropriação da Terra vinculado a um “novo padrão de poder” com vocação para a dominação mundial (QUIJANO, 2005).

Apesar das guerras incessantes que travaram entre si, os Estados soberanos europeus mantiveram unidade, desde o princípio, em torno de uma suposta superioridade racial e da conseqüente visão de que as terras do Novo Mundo deveriam ser repartidas entre os europeus (FERREIRA, 2008). O imenso território do continente que veio ser a América, onde viviam em torno de 80 milhões de indígenas no início do século XVI, foi considerado *Terra Nullius*, isto é, terra de ninguém e, por isso, terra livre para a apropriação.

O moderno ordenamento mundial constituiu-se durante a primeira fase de expansão do sistema capitalista, isto é, durante a época da acumulação primitiva do capital. Com a constituição indissociavelmente ligada do sistema de produção de mais-valia e do sistema privado de apropriação da terra, dos seus recursos e produtos, o mundo começou a ser disputado como um grande reservatório de bens destinados ao moinho de geração de valor. A acumulação primitiva do capital já havia começado na Europa, no final do século XIV, quando Marx começou a observar os processos violentos de apropriação privada das terras comunais remanescentes do ordenamento medieval e a consequente emergência de grandes contingentes da população que perdia totalmente seus meios de viver.

Por volta dessa mesma época, no século XIV, os europeus já desenvolviam, com escravos africanos, a lucrativa produção de açúcar nas Ilhas Canárias. A produção de açúcar e o tráfico de escravos podem ser contados entre os primeiros empreendimentos capitalistas modernos (FRANCO, 1978). O moderno sistema de valorização do capital já comandava a expansão dos negócios econômicos do ocidente cristão antes mesmo do descobrimento da futura América. Contudo, é somente com o processo de anexação dos territórios americanos, dos seus recursos, produtos e populações que, de fato, veio se constituir um modo sistêmico de acumulação de capital, eurocêntrico, com base na propriedade privada e no trabalho produtor de mais valia (QUIJANO, 2005). Visto como um todo, o sistema mundial de produção de mercadorias articulou, na sua gênese, a forma moderna de trabalho assalariado, no centro, com as formas pretéritas de trabalho comandado, tais como a escravidão e a servidão, na periferia, com o mesmo e único objetivo: a produção de valor e sua apropriação por um novo padrão eurocêntrico de poder constituído pelo sistema interestatal e os Estados territoriais nacionais; o centro, a semiperiferia e a periferia; a cidade e o campo; a propriedade pública, a propriedade privada e o campo de concentração e extermínio (MENEGAT, 2003). A lei do valor é a lei da gravidade do moderno sistema eurocêntrico de produção de mercadorias. A lei do valor, imposta sob o signo permanente da violência, fundamentou e deu forma ao “*nómos* moderno” – a ordem mundial moderna. Contudo, esse *nómos* que ganhou forma no século XVI, começou sua trajetória de declínio no final do século XIX, estendendo-se até o final das duas grandes guerras (SCHIMITT, 2014; KURZ, 2019).

Além das guerras contra inimigos externos tendo em vista a competição pela expansão territorial, havia, durante a fase da acumulação primitiva, as guerras permanentes contra os povos originários cujos territórios eram cobiçados para a extração de minérios e para a produção de *commodities* tropicais, como algodão, açúcar, tabaco e café. A produção dessas mercadorias, com o único sentido de produzir lucros, demandou a destruição, em escala sem precedentes, de milhões de espécies de vida. Os três últimos produtos, que consumiram o trabalho escravizado de milhões de africanos e grandes quantidades de solo que pertenciam aos indígenas, não podem sequer ser considerados alimentos, mas drogas, na forma como passaram a ser apropriados e difundidos pela indústria alimentícia moderna e sua perversa relação com o incremento da produtividade, impactos no organismo e associação com morbidades e adicção que geram.

O racismo, a expropriação e a escravidão colonial foram justificados com argumentos religiosos cristãos, a partir da discriminação hierárquica construída do europeu em relação ao “outro” (MBEMBE, 2016). O roubo das terras pelo colonizador era precedido pelo aniquilamento das aldeias, o massacre dos indígenas, a escravização dos sobreviventes ou a sua subordinação aos sistemas de servidão, incluindo a sua concentração nas conhecidas “missões”. É sempre bom lembrar que veio das religiões cristãs o atestado de que os negros e os índios eram herdeiros da bíblica “maldição de Cam”. Todos os povos não brancos foram, na modernidade, identificados pelos europeus como os malditos filhos de Cam. O Padre João de Sousa Ferreira, da Ordem de São Pedro, que esteve envolvido com as missões na região norte brasileira no final do século XVII, chegou a afirmar: “Não há lei divina nem humana que proíba a posse de escravos” e acrescentou: “[também os índios brasileiros]] são da descendência da “maldição de Cam” (HEMMING, 2007, p. 102).

Sobre a cartografia do que veio ser o Brasil, o Estado português traçou o novo padrão de apropriação do território. Onde havia centenas de povos originários com formas de viver definidas por sistemas coletivos de apropriação da terra e de uso dos recursos, ordenou-se um sistema de apropriação territorial em capitânias hereditárias, que foram repartidas em sesmarias e que, em 1889, com a constituição do Estado brasileiro republicano, foram definitivamente repartidas pelo regime de propriedade pública e privada<sup>3</sup>. Tais metamorfoses da ordem interna de apropriação da terra e dos seus recursos transformaram, gradativamente, a totalidade da superfície territorial, não só a brasileira, mas a planetária. Em cada momento, o movimento de mudanças na base espacial obedeceu, exclusivamente, às exigências de modernização do sistema mundial de produção de mercadorias, cujo único objetivo é a produção de lucro.

Pode-se dizer que as guerras de independência nas Américas e a formação dos Estados-nacionais, com a respectiva adoção de constituições republicanas que se seguiu, não produziram rupturas fundamentais, mas, pelo contrário, fizeram parte das exigências de modernização reivindicadas pela necessidade de expansão do sistema mundial de produção de mercadorias. O caminho, apontado pelos EUA, em 1776, encerrou-se, nas Américas, em torno da virada do século XIX, quando acontecem os últimos movimentos daquilo que foi denominado de “independência nacional”.

As repúblicas nacionais assumiram, nas Américas, a tarefa fundamental de atualizar o regime de apropriação das terras, universalizando o sistema binário de propriedade público-privada como o único ordenamento legalmente reconhecido. Com isso, o Estado tornava-se proprietário das últimas reservas de terras comunais dos nativos. Esse movimento na ordem de apropriação territorial produziu as “reservas de indígenas” que, pode-se dizer, foram precursoras dos campos de concentração.

A seguir, buscamos compreender aspectos da grande crise capitalista que impulsionou o último movimento de expansão colonial do sistema, no final do século XIX. Associados a esse movimento surgem os campos de concentração.

<sup>3</sup> A Lei de terras - Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas do império, tem em seu primeiro artigo o estabelecimento da propriedade fundiária como uma questão mercantil ao anunciar que “Art. 1º - Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Esse estatuto começou a ser definitivamente aplicado a partir de 1889.

## CRISE DA ORDEM MUNDIAL E EMERGÊNCIA DO CAMPO NA VIRADA DO SÉCULO XIX

Entre meados e fins do século XIX, as regiões do mundo integrado ou sob influência do capitalismo foram sacudidas pelas crises de 1848, de 1857, de 1866 que, por fim, culminaram na “grande depressão” no intervalo de 1871-96. Essa primeira grande crise alcançava, de algum modo, a base total do sistema capitalista mundial e não apenas alguns Estados nacionais isolados. Ao incidir sobre o sistema de produção de mercadorias como um todo, a primeira “grande depressão” mostrava a profunda e inextricável interdependência das relações entre o centro, as semiperiferias e as periferias do sistema (WALLERSTEIN, 1988). Na mecânica divisão internacional do trabalho, os europeus submeteram o uso dos seus territórios ao desenvolvimento produtivo das suas economias nacionais, com ênfase na produção urbano-industrial, na produção agrícola intensiva e no desenvolvimento de novas tecnologias. Colonizados pelos capitais que se originaram no centro europeu, os extensos territórios das periferias e semiperiferias foram, até o final do XIX, destinados quase exclusivamente à atividade agrícola extensiva e à mineração, ambas voltadas ao mercado europeu.

Em torno de 1780, o moderno sistema de produção de mercadorias havia revolucionado as formas de extração de mais-valia através da introdução da maquinaria industrial. A esse movimento de profunda modernização econômica, correspondeu o movimento de modernização política que constituiu o Estado-nação. Contudo, na segunda metade do XIX, o arranjo político, econômico e espacial, que impulsionou a primeira revolução industrial à sua forma de gestão, alcançava seu limite. A máquina estatal esgotava sua capacidade de gestão dos efeitos provocados pela superprodução de mercadorias, pela superconcentração territorial de capitais e pelo crescimento de pobres e miseráveis que se concentravam em *ghettos* e *slums* nas principais cidades da Europa e dos EUA. Entre os efeitos perversos gerados pela modernização industrial do sistema, podemos acrescentar, ainda, a produção de níveis alarmantes de poluição, nas cidades, pelos resíduos da combustão do carvão utilizado como principal fonte de energia para a movimentação das máquinas.

As saídas para o enfrentamento da primeira grande crise do sistema, como sabemos, combinaram, basicamente, um novo movimento de colonização, conhecido como Imperialismo; um novo impulso no desenvolvimento das forças produtivas que culminou na segunda revolução industrial; a introdução de uma forma inovadora de organização do trabalho, que ficou conhecida como fordismo e a expansão do mercado através da criação de novos ramos da produção vinculados à indústria automobilística, petrolífera e de produção de energia elétrica.

Ainda como importante medida para o enfrentamento da “grande depressão”, os Estados-nação europeus buscaram livrar-se da pressão social internamente exercida pelo enorme contingente de desempregados que formavam a horda dos excedentes da força de trabalho do campo e da cidade. Esses supranumerários, supérfluos do processo produtivo que já não tinham, no solo europeu, sequer funcionalidade como exército industrial de reserva, foram embarcados em navios lotados para as Américas.

Ao provocar a ruína de pequenas e médias unidades econômicas, que acabavam sendo incorporadas pelos grandes grupos, a crise estimulou, ainda mais, a concentração de capitais nas mãos dos monopólios, especialmente aqueles vinculados ao sistema financeiro, ferroviário, imobiliário e aos setores de mineração e da grande produção agrícola. Esses monopólios necessitavam não apenas continuar vendendo produtos industrializados para o mercado mundial, mas expandir, em território estrangeiro, a propriedade de terras, plantações, edifícios, fábricas, bancos, infraestruturas etc. O reacionário Carl Siger resumiu bem uma dada visão sobre a funcionalidade do colonialismo: “(...) as colônias, até certo ponto, podem servir de válvula de segurança da sociedade moderna. Se esta fosse a única, já seria uma imensa utilidade” (SIGER, 1907, p. 60). A fim de não colapsar, o sistema de valorização do capital necessitava colonizar uma nova base territorial. Esse mesmo autor esclarecia os meios que justificavam os fins: “Sem força [violência] não há colonização” (SIGER, 1907, p. 62).

Ao contrário do que ocorre na atualidade, o sistema capitalista ainda podia, naquele final de século, projetar saídas pela via da apropriação violenta de vastas regiões do território da África e da Ásia consideradas “*Terra Nullius*”. A nova espiral do progresso e da modernização capitalista ampliava territorialmente o seu raio de aniquilação da vida no planeta. Era, entretanto, a última fronteira do planeta com terras férteis, milhões de toneladas de matérias primas e densas populações para serem ordenadas na órbita da produção de valor. “A grande maioria das terras mundiais está ocupada. A *res nullius*, a essa hora, não é mais do que um fóssil jurídico. A concorrência, portanto, torna-se feroz entre as nações” (SIGER, 1907, p. 62).

Na segunda metade do século XIX, com a “conquista do oeste” americano e a “partilha da África”, o *nómos* da Terra constituído no século XVI chegava ao limite e começava, irreversivelmente, o seu declínio<sup>4</sup>. Esse fator não pode ser negligenciado nas análises sobre as origens do campo de concentração e extermínio.

A mais importante das medidas tomadas para a ocupação das “terras livres” foi a “Partilha da África”, realizada em Berlim, entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885. O objetivo da Conferência de Berlim, textualmente expresso em ata, era “regulamentar a liberdade do comércio nas bacias do Congo e do Níger, assim como novas ocupações de territórios sobre a costa ocidental da África”<sup>5</sup>. Ao final, com base no mapa da África, foram demarcados os territórios que, por acordo, passariam a pertencer aos Estados europeus. Aos horrores inomináveis produzidos nas periferias coloniais durante a implantação da ordem mundial capitalista, no período da acumulação primitiva, seguiram-se os horrores da última de expansão territorial imperialista. Depois da partilha da África, ocorreram, como era de se esperar, as novas ondas de genocídio juntamente com as primeiras experiências paradigmáticas do campo de concentração e de extermínio.

<sup>4</sup> As guerras mundiais da primeira metade do século XX impõem “uma nova ordem mundial” que não cabe discutir nos limites deste trabalho.

<sup>5</sup> Ata da conferência de Berlim. Disponível em: [https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf\\_berlim.pdf](https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf). Acesso em: 21 nov. 2019.

## RAÍZES COLONIAIS DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO E EXTERMÍNIO

Os campos de concentração e de extermínio que, depois da II Guerra Mundial, ficaram conhecidos como artefatos nazistas, foram criados e inaugurados, ainda na passagem do século XIX ao século XX, na periferia colonial do sistema, por espanhóis, belgas, ingleses, alemães e outros do mundo ocidental. Agambem (2007) lembra duas experiências pioneiras de extermínio de massas humanas em campos de concentração. Uma ocorreu em Cuba, entre 1895-1898, e a outra foi na África do Sul, entre 1899-1903.

Esses campos foram idealizados no final do XIX para encerrar sobreviventes dos holocaustos coloniais em pequenas áreas cercadas, em geral, por arame farpado e fortemente vigiadas por uma força militar. Mas, antes de tudo, o que essa forma de extermínio em massas apresentava de novo era o uso de uma racionalidade friamente desenvolvida no âmbito do Estado por políticos, militares, cientistas e intelectuais de universidades. As principais ideias alcançavam difusão através dos meios de formação da opinião pública, como jornais, revistas, livros. Através da grande imprensa, quase sempre subordinada aos interesses do grande capital, as democracias ocidentais criavam formas de legitimação da violência colonial.

Em defesa da violência, podiam-se ouvir sentenças tais como: “Os países novos constituem um vasto campo aberto às atividades individuais [privadas] violentas que, nas metrópoles, colidiriam com certos preconceitos, com uma concepção ajuizada e regrada da vida, e que, nas colônias, podem desenvolver-se mais livremente e, por conseguinte, afirmar melhor o seu valor” (SIGER, 1907, p. 64). A emergência do campo de concentração é uma entre tantas formas que foram imaginadas pela mente ocidental para aniquilar as populações não brancas das colônias.

Em Cuba, durante a Segunda Guerra de Independência, em 1895, a ordem para a construção de campos de extermínio, que partiu do Estado espanhol, foi executada pelo general Valeriano Weyler, então Capitão Geral da Colônia. Weyler encontrava uma aplicação inédita para o arame farpado: o cercamento de áreas com o objetivo de confinar os camponeses das zonas rebeladas que abasteciam, com alimentos, os guerrilheiros independentistas. O mesmo decreto com o qual Weyler ordenava a concentração dos camponeses, fundamentalmente mulheres e crianças, também proibia que recebessem qualquer provisão de alimentos. Há estimativas de que 400 mil camponeses tenham sido confinados nos campos de Weyler e que 150 mil tenham morrido de fome e doenças, cerca de 10% da população total que, então, habitava a Ilha de Cuba.

Outra experiência de produção dessa mesma espécie de atrocidades, nessa época, ocorreu na África do Sul durante a Guerra Anglo-Bôer (1899-1902). Nessa guerra, os ingleses disputaram parcelas do território sul-africano colonizado pelos Bôer – descendentes de holandeses. Em 34 campos de extermínio, em 3 anos, morreram 48.000 pessoas: 28.000 bôeres e 20.000 indivíduos da etnia zulus. Entre os dados meticulosamente registrados sobre como viviam e morriam as vítimas nesses campos, constam nos arquivos dos ingleses que, entre julho de 1901 e fevereiro de 1902, a taxa média mensal de mortalidade por fome e doenças era de 247 indivíduos por 1000 (MAGUIRE, 2014).

O holocausto do Congo merece ser comentado mesmo que não tenha reproduzido experiências reconhecidas de campos de concentração. A região onde hoje é o Estado Democrático do Congo foi colonizada pelo Rei Leopoldo II, da Bélgica. Entre 1885 e 1908, o rei belga ordenou o extermínio de mais de 10 milhões de habitantes, exclusivamente com o objetivo de transformar em lucro recursos naturais e trabalho escravizado dos congolese. No meio da densa floresta tropical, linhas ferroviárias eram abertas e modernos barcos a vapor singravam os meandros do Rio Congo. Os veículos de última geração rasgavam impiedosamente a superfície territorial para dar velocidade ao transporte do roubo e da pilhagem de metais, marfim e borracha destinados ao “livre comércio” europeu. A “ordem” interna para a realização das atividades econômicas era assegurada por uma força militar – a *Force Publique* – instituída pelo rei belga, que circulava pelo território com moderno armamento e, também, com chicotes feitos de couro de rinoceronte. Entre inúmeras crueldades praticadas, essa força militar ficou conhecida por queimar aldeias, estuprar, esmagar as frequentes manifestações de resistência, bem como obrigar os congolese ao trabalho de coleta da borracha que era uma *commodity* com elevado valor comercial, nessa época, em que engatinhava a indústria automobilística. Milhares de africanos do Congo foram obrigados a cumprir cotas de produtividade na coleta do precioso látex. Aqueles que não alcançavam as metas impostas tinham as mãos decepadas pela *Force Publique*. Joseph Conrad (2008, p. 64), na obra *Coração das trevas*, resumiu o rol de atrocidades que testemunhou no Congo, com a conhecida exclamação: “O horror! O horror!”

Entre 1904-1908, o rol de horrores na África foi cometido pelo Estado alemão durante a guerra de ocupação do território onde é hoje a Namíbia, então habitada pelas etnias *hereros* e *names*. Estima-se que neste que foi considerado o primeiro genocídio do século XX, foram exterminados, durante 4 anos, cerca de 75 mil *hereros*, 80% da sua população, e 10 mil *names*, 50% da sua população. A ordem de extermínio foi dada pelo general Lothar von Trotha, conhecido pela sua frieza e crueldade. Parte dos sobreviventes, na maioria mulheres, velhos e crianças, foi orientada a seguir em direção ao deserto de Ohmeke, onde morreram de fome ou pela água dos poços envenenados pelas tropas alemãs quando tentavam sair do cerco. Outros sobreviventes foram mantidos em cinco campos de concentração onde eram submetidos a trabalhos forçados em áreas cercadas por arame farpado e seguramente vigiados. Segundo estimativas, 14 mil pessoas morreram nesses campos de concentração. Seguindo o modelo sul-africano de racionalidade dessa máquina de extermínio, os alemães também mantinham um registro detalhado sobre as mortes dos prisioneiros. Entre as práticas cruéis, encontravam-se as experiências com os corpos das vítimas, para buscar provas genéticas da inferioridade racial dos negros e mestiços. Tais pesquisas foram descritas pelo médico Eugene Fisher que esteve na Namíbia, na época, para realizar esse tipo de estudo:

A Namíbia tornou-se espaço privilegiado para as pesquisas de campo de cientistas adeptos das doutrinas científicas que pressupunham a superioridade branca, interessados em estudar os meios para a preservação da integridade das raças superiores. Está bem demonstrado o alcance dos estudos em biologia feitos pelo médico e antropólogo alemão Eugen Fischer (1874-1967) sobre os povos mestiços, resultantes da miscigenação entre europeus e populações africanas, publicados em 1913 (MACEDO, 2015, p. 1).

Mais tarde, Fisher filiou-se ao Partido Nacional Socialista e foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas eugenistas desenvolvidas na Universidade de Berlim e teria tido, entre seus alunos, o médico Joseph Mengele (MACEDO, 2015, p. 1). O holocausto nazista, como afirmou Aimé Cesaire (1978), levou para o solo europeu as experiências de extermínio em massa que, há muito, vinham sendo praticadas nos territórios coloniais.

## IDEOLOGIA E TERRITÓRIO

É na virada do século XIX, no contexto da “partilha da África”, em que o mundo ocidental se prepara para a nova onda de expansão imperialista, que a categoria território começou a ser amplamente empregada. Seu uso foi disseminado, mais exatamente, a partir da criação da disciplina da geografia política por Friederich Ratzel (1844-1904). Com ele, a geografia positivista alemã definia território como uma categoria essencial para pensar os rumos da dominação ocidental e, particularmente, o lugar da Alemanha na ordem mundial. Pode-se dizer que a categoria território fundou a Geografia Política e a Geopolítica na virada do XIX.

A Geografia Política e mais um punhado de novas disciplinas, tais como a Antropologia, a Etnografia, a Sociologia, a Biologia e outras, despontavam justamente no quadro da primeira grande crise capitalista. Nesse período, ganhou vulto, no interior das Ciências Naturais e Humanas de orientação positivista, um conjunto articulado de ideias racistas destinadas a legitimar a forma violenta de ocupação dos territórios dos povos negros pela civilização branca ocidental. Entrava em cena a difusão de uma opinião pública informada por estudos disfarçados de ciência que teorizavam sobre a supremacia da raça branca e a inferioridade biológica e cultural da raça negra. A eugenia, teoria que defendia abertamente uma homogeneização das características físicas e genéticas da humanidade com base na raça branca, entusiasmava não só os alemães, mas intelectuais e políticos de todo mundo ocidental. Conhecidos eugenistas, tais como o americano Houston Chamberlain (1855-1927) e o alemão Eugen Fisher (1874-1967), foram adeptos fervorosos do francês Arthur de Gobineau (1816-1882) e do inglês Charles Darwin (1809-1882).

O darwinismo social, o racismo, a eugenia e o território foram essenciais para mobilizar, em toda a Europa, uma opinião pública favorável à partilha da África e à destruição violenta e imediata da fração de povos africanos que ocupavam as terras mais férteis ou que possuíam importantes jazidas minerais. Ratzel, por exemplo, desejava contribuir para que “a consciência de expansão do território seja o elemento principal da cultura geral de um povo. Cada cidadão deverá tomar consciência do caráter vital do território e da necessidade da sua expansão” (PESSANHA; MOURÃO, 2014, p. 222).

A repartição da África entre os europeus e a construção das justificativas para a destruição dos povos africanos e das suas formas particulares de viver não eram, portanto, assuntos exclusivos de estrategistas militares e estadistas ocidentais. Pelo contrário, eram assunto de livros, jornais e revistas de grande circulação. Até mesmo as atrocidades cometidas pelo General Von Trotha na Namíbia, por

exemplo, eram publicamente comentadas na Alemanha. Circulavam postais com imagens de dezenas de crânios de hereros assassinados pelo exército alemão sendo embalados antes de viajar para a Alemanha onde seriam destinados para pesquisas. Os postais chegavam a comentar que as mulheres hereros foram obrigadas a limpá-los com cacos de vidro (WIKIPEDIA, 2020).

Foi no contexto em que toda a Europa discutia a necessidade de um novo movimento necessariamente violento de expansão pela via da colonização da África que, em 1897, Ratzel, publicou a obra *Geografia política*, cujo tema central são as relações entre Estado e território e, portanto, espaço e poder. Segundo o autor, a defesa dos limites territoriais e a sua expansão constituem a própria razão de ser do Estado: “Toda a vida do Estado tem suas raízes na terra” (RATZEL, 2008, p. 100). Para o geógrafo alemão, o solo é sempre anterior ao Estado e, por isso, pré-condição da sua existência (PESSANHA; MOURÃO, 2014).

Ratzel, que, à sua época, percebeu as tendências de decadência do Estado nacional, afirmou que a expansão era sua única alternativa. Para ele, a expansão política “determina o renascimento dos povos que, depois de uma guerra feliz, se enriquecem de novos territórios, prêmio de sua vitória” (RATZEL, 2008, p. 99). E ainda: “O progresso do Estado é ininteligível se não estiver relacionado com o progresso do domínio político” (RATZEL, 2008, p. 94).

Adepto do darwinismo social, Ratzel considerava que a superioridade da civilização ocidental se sobreporia naturalmente sobre os povos primitivos e inferiores. A ocupação de um território é o começo do fim de um povo: “Um povo regride quando perde o território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram as fontes de sua vida. Mas, se o seu território se reduz, é, de uma maneira geral, o começo do fim” (RATZEL, 2008, p. 94).

Com base nas suas reflexões sobre as relações entre espaço e poder, esse geógrafo, que foi influenciado por Fichte, Humboldt, Conte e Darwin, ficou conhecido pela criação da teoria do “espaço vital” (*Lebensraum*):

O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. *Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade* (RATZEL *apud* MORAES, 1990, p. 23, grifos nossos).

A importância da teoria do *Lebensraum* de Ratzel viria a ser reconhecida, sobretudo depois da I Guerra Mundial, quando, com base na Geografia Política, é criado o campo da geopolítica. Segundo Korinman, “a obra *Politische Geographie* foi mesmo lida pelos geopolíticos alemães como se de um catecismo se tratasse (KORINMAN, 1990, p. 45 *apud* FERNANDES, 2011, p. 277).

As demandas pela expansão permanente do *Lebensraum*, tendo em vista a reprodução do sistema capitalista, criaram uma massa crescente de seres humanos que, definitivamente, não tem mais lugar no planeta. A ideia de comprimir espacialmente, em “áreas ruins”, os expropriados pelos processos de colonização, chegou a ser explicitada pelo geógrafo: “...Se o seu crescimento [do

Estado] está relacionado com a despossessão de outros Estados, ele captura vitoriosamente as boas áreas e os despossuídos permanecem nas áreas ruins” (RATZEL *apud* MORAES, 1990, p.186).

As guerras pela expansão do “espaço vital” criaram o seu “Outro”, o espaço de exceção: o campo de concentração. O campo de extermínio é coetâneo do *Lebensraum*. Como espaço de exceção, o campo é a fração do território do Estado-nacional, destinado para concentrar, tendo em vista o extermínio – no curto, médio ou longo prazo – , as populações indesejadas pelo sistema de produção de mercadorias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste estudo, pesquisar o surgimento dos campos de concentração e de extermínio, na virada do século XIX. Indagamos sobre a sua origem e estruturação no momento mesmo de constituição da ordem mundial moderna, quando o sistema de produção de mercadorias realizou sua primeira expansão pela via colonizadora do continente que veio ser a América. Aqui, observamos o modo violento de apropriação das novas terras e a velocidade com que começaram a ser esvaziados os seus recursos, produtos e populações pré-existentes por um sistema interestatal, eurocêntrico, constituído por unidades políticas baseadas no Estado territorial nacional. Na essência, os objetivos dessa máquina moderna de moer insumos foram, desde o princípio, exclusivamente, a produção de lucros.

Ao final do século XIX, no período conhecido como a “grande depressão”, esse sistema começou a apresentar, pela primeira vez, os sinais do seu limite lógico. As saídas para a crise apontaram o caminho da colonização violenta da África e de regiões da Ásia, última fronteira para a privatização do estoque de matérias primas e populações da Terra. Dessa vez, a nova rodada de extermínio das populações originárias e do roubo dos seus territórios seguiu o modelo criado pelos EUA para realizar a “conquista do oeste”, durante o século XIX.

A estratégia de extermínio dos remanescentes originários do território estadunidense incluiu o desenvolvimento de uma nova tecnologia de guerra que foi apropriada pelo exército nacional: uma arma de fogo especialmente criada para matar índios. “Índio bom é índio morto” afirmava um oficial do exército nacional americano. Estimativas apontam que o exército americano teria exterminado, no curto intervalo de uns 60 anos, em torno de 10 milhões de remanescentes dos povos originários. Outra inovação dos americanos foi a “reserva indígena” que consistia na concentração dos sobreviventes dos massacres em áreas cercadas, denominadas “*indian reservations*”, com solos pouco produtivos e poucos recursos para a sobrevivência. Os europeus utilizaram tais técnicas de extermínio durante o processo de colonização da África e apresentaram sua própria inovação: o campo de concentração com arame farpado fortemente vigiado por um sistema de controle burocrático que incluía trabalhos forçados e pesquisas científicas com os corpos das vítimas vivas e mortas.

O estudo procurou entender a emergência do campo no momento do último movimento da ordem mundial moderna. Essa última espiral do movimento da ordem mundial moderna iniciou-se no final do século XIX e encerrou-se definitivamente com a I e II guerras mundiais (estas não entraram neste roteiro de estudo). Depois das guerras, constituiu-se uma “nova ordem mundial”

com potencial ainda mais destrutivo do que a anterior. O modelo de concentração e extermínio dos supérfluos ao sistema de produção de mercadorias que foi criado por essas guerras tornou-se o paradigma biopolítico de todo o século XX e se impõe, de modo assustador, nas primeiras décadas do XXI.

Segundo Agambem (2007, p. 175, grifos do autor), “o campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra”. Essa hipótese diz respeito à tendência atual de fechamento total do espaço público em todo o mundo. Na era da globalização do mundo, o autor observa os sinais dessa tendência através da curva de crescimento contínuo e desmedido dos campos de concentração e de extermínio nesse início do século XXI. Os campos de refugiados são, para o autor, o melhor exemplo de confinamento permanente de gigantescos contingentes humanos para os quais o capitalismo já não pode mais oferecer qualquer perspectiva de sobrevivência fora do regime de exceção no interior desses cercamentos fortemente vigiados.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEM, G. *Homo sacer, o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1878.

CONRAD, J. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia de Bolso Editora, 2008.

EK, R. Giorgio Agambem and the specialities of the camp: an introduction. *Geografiska Annaler Series B Human Geography*, n. 88, v. 4, p. 363-386, december, 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/229610614\\_Giorgio\\_Agambem\\_and\\_the\\_spatialities\\_of\\_the\\_camp\\_An\\_introduction](https://www.researchgate.net/publication/229610614_Giorgio_Agambem_and_the_spatialities_of_the_camp_An_introduction). Acesso em: 12 set. 2018.

FERNANDES, M. O papel da geopolítica na posição da Alemanha na I e na II Guerra Mundial. *Nação e defesa*, n. 129, p. 263-287, 2011.

FERREIRA, B. O *nomos* e a lei: considerações sobre o realismo político em Carl Schmitt. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 118, p. 327-366, dez.2008.

FRANCO, M. S. Organização social do trabalho no período colonial. *Discurso*, n. 8, p. 1-45, 1978.

GENOCÍDIO DOS HERERÓS E NAMAQUAS. In: *WIKIPÉDIA*, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Genoc%C3%ADdio\\_dos\\_herer%C3%B3s\\_e\\_namaquas&oldid=58107736](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Genoc%C3%ADdio_dos_herer%C3%B3s_e_namaquas&oldid=58107736). Acesso em: 23 abr. 2020.

HEMMING, J. *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo; Edusp, 2007.

KURZ, R. *As guerras de ordenamento mundial: o fim da soberania e as metamorfoses do Imperialismo na era da globalização*. 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Desktop/Textos/Kurz\\_Ordenamento%20mundial/A\\_guerra\\_de\\_ordenamento\\_mundial\\_robert\\_kurz.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Desktop/Textos/Kurz_Ordenamento%20mundial/A_guerra_de_ordenamento_mundial_robert_kurz.pdf). Acesso em: 12 dez. 2019.

MACEDO, J. R. Namíbia, 1904: a semente do holocausto. *Jornal da Universidade*, Porto Alegre, UFRGS, junho de 2015.

MAGUIRE, P. P. F. O vermelho e o negro: raízes coloniais do universo concentracionário do General Franco. *Revista de arqueologia pública*, n.10, p. 91-106, dez. 2014.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N 1 Edições, 2016.

MENEGAT, E. *Limites do ocidente: um roteiro para o estudo da crise das formas e conteúdos urbanos*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR, UFRJ, 2003.

MENEGAT, M. *Estudo sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

MENEGAT, M. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofes*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.

MINCA, C. Geographies of the camp. *Political Geography*, n. 49, p. 74-83, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/10738641/Geographies\\_of\\_the\\_camp](https://www.academia.edu/10738641/Geographies_of_the_camp). Acesso em: 10 nov. 2019.

MORAES, A. *Ratzel: Geografia*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PESSANHA, S. E.; MOURÃO, P. F. C. A obra de Ratzel: uma análise crítica da lógica territorialista dos estados modernos. *Anais do I Congresso de brasileiro de geografia política e gestão do território*, Porto Alegre: Editora Letra 1, p. 217-228, 2014.

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. *Revista do departamento de Geografia*, n. 2, p. 93-101, 2011.

SCHIMITT, C. *O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europaem*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

SIGER, C. *Essai sur la colonisation*. Paris: Société du mercure du France, 1907.

WALLERSTEIN, I. The inventions of timespace realities: towards an understanding of our historical systems. *Geographical Association*, vol. 73, n. 4, p. 289-297, october 1988.

# DETERMINAÇÃO DA SAÚDE E EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: IMPACTOS PARA OS SUJEITOS SOCIAIS

LAURA MARCELINO LEAL  
MARINA MONTEIRO DE CASTRO E CASTRO

## INTRODUÇÃO

O presente artigo parte do entendimento de que a organização da sociedade em sua produção/reprodução material e social interfere diretamente na vida dos sujeitos e nas suas condições de saúde, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção impacta no processo saúde-doença dos sujeitos e da coletividade (LAURELL, 1983). Apresentando uma reflexão que aborda a saúde para além da sua interface com a política social, trata-a como mediação para o atendimento dos sujeitos, mas não como finalidade última e única.

Compreendemos que o processo saúde-doença das sociedades tem vinculação direta com as desigualdades postas na sociedade capitalista e projetadas no conjunto denominado de expressões da “questão social”. Na sociedade brasileira, essas desigualdades são marcadas por uma formação sócio-histórica determinada pela colonização, escravidão, patriarcado e por um capitalismo dependente que moldaram as relações sociais e que acirraram, dentre outros, a luta de classes, o racismo, as questões de gênero e sexualidade.

Nesse sentido, apresentamos uma reflexão sobre a determinação social do processo saúde-doença em sua relação com as expressões da “questão social” postas na sociedade brasileira e os impactos para os sujeitos sociais, partindo, especialmente, das contribuições da produção teórica do Serviço Social. Reforçamos aqui, nestas análises, o campo crítico do debate da “questão social”, utilizando como referência as elaborações de Netto (2001) e Iamamoto (2001), que têm como pressuposto a vinculação orgânica entre “questão social” e sociabilidade do capital e as desigualdades produzidas por essa organização societária.

Dessa forma, o debate está ancorado nas reflexões sobre a formação sócio-histórica brasileira e a relação com o debate da determinação social do processo saúde-doença e, para tal, partimos

de autores como Prado Júnior (2008) e Fernandes (2009). Dentre as contribuições do primeiro autor, destacamos “o sentido da colonização” brasileira que repercute em nossa dependência e, do segundo, ressaltamos o dualismo estrutural marcado pela combinação entre o arcaico e o moderno que se perpetua na sociabilidade do capital.

Além disso, para pensarmos essas determinações no cenário atual, recorreremos aos dados IPEA (2019; 2011) que evidenciam uma agudização das expressões da “questão social”, quando analisamos indicadores como sexo e raça.

Assim, este artigo tem a perspectiva de contribuir com o debate da determinação social do processo saúde-doença e de elucidar elementos que estão na base de fundamentação do trabalho do assistente social na área da saúde.

## A RELAÇÃO ENTRE O DEBATE DA DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E DA “QUESTÃO SOCIAL”: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Defendemos que uma perspectiva de análise crítica da relação entre determinação social da saúde e as expressões da “questão social” tem como chave teórica o debate das desigualdades postas na sociedade capitalista.

Essa desigualdade é fruto da contradição fundamental do modo de produção capitalista elencada por Marx (2001) e afirmada por Netto e Braz (2007), ou seja, trata da relação entre produção socializada e a apropriação privada: a produção é progressivamente aprofundada, inclusive em escala mundial, e a apropriação dos bens produzidos pelo conjunto dos trabalhadores se mantém de forma privada.

É baseado no processo de acumulação capitalista, que Netto (2001) sustenta, ancorado na análise marxiana, que a

lei geral de acumulação capitalista (...) revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo (NETTO, 2001, p. 45).

A contradição posta nas relações sociais capitalistas se expressa, no nível sociopolítico e histórico, como um processo específico da luta de classes. Dentre as elaborações fundamentais para a compreensão das classes sociais, temos as elaborações de Marx e Engels, no *O Capital*. Mattos (2009) faz uma síntese na medida em que esclarece:

No livro I, a relação de classe apareceu como relação de exploração antagônica entre o operário como produtor e o capitalista como capitalista industrial, na forma da divisão

entre trabalho necessário e trabalho excedente. Já no livro II, onde desenvolve o ciclo das metamorfoses do capital, “esse processo é uma sucessão de atos de compra e de venda. A relação de exploração aparece aqui entre o operário enquanto assalariado que vende a sua força de trabalho e o capitalista enquanto detentor do capital monetário”; (...) por fim, no livro III a questão da classe reaparece no quadro do estudo da reprodução global (MATTOS, 2009, p. 63).

Dessa forma, o autor indica que

a divisão que estabeleço se dá entre uma primeira dimensão da classe, a partir das relações de produção e das condições de vida, que determinam a experiência propriamente dita da classe; uma segunda, relacionada às ações e organizações coletivas da classe; e uma terceira dimensão relacionada à consciência de classe (MATTOS, 2009, p. 67).

Netto (2001) aponta que a emergência da “questão social” está relacionada com o fenômeno do pauperismo no século XVIII na Inglaterra. Com a onda industrializante do período, aumenta-se o contingente populacional e, conseqüentemente, o número daqueles que não tinham acesso a bens e serviços sociais, ficando despossuídos das condições materiais de vida. Para o autor, a partir do momento que a classe trabalhadora se inconforma com a situação vivida e se organiza com perspectiva de eversão da ordem burguesa, o pauperismo passa a se designar “questão social”. Portanto, a “designação desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos” (NETTO, 2001, p. 43).

É importante salientarmos que a análise de Iamamoto (2014, p. 155-156) também parte do entendimento de que “a ‘questão social’ é indissociável da sociabilidade capitalista e, particularmente, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital”. A autora enfatiza três aspectos fundamentais no que tange à “questão social”, a saber: a dimensão objetiva, que se relaciona com a dinâmica estrutural, a dimensão subjetiva, resultado da interação dos sujeitos na construção da história e a importância das lutas sociais<sup>1</sup> em evidenciar a “questão social” na esfera pública.

Dessa forma, a “questão social” é

indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais (IAMAMOTO 2001, p. 10).

Iamamoto acrescenta que o enfrentamento da “questão social” envolve uma luta pela cidadania, “expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

<sup>1</sup> Iamamoto (2001) refere que “historicamente a ‘questão social’ tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político” (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

A partir desse substrato estrutural que configura a “questão social”, Iamamoto (2014) destaca que, ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, novas determinações vão redimensionar a “questão social”, principalmente a partir do domínio do capital financeiro. A autora discute também as implicações para o mundo do trabalho, onde há “uma radicalização dos processos de exploração e expropriação” (IAMAMOTO, 2014, p. 107).

Netto (2011) assinala que o Estado tem papel central em propiciar as condições necessárias para o processo de acumulação capitalista. Esse cenário, ainda mais evidente nos tempos de crise do capital, reflete diretamente na “questão social”. Isso porque

a intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza (...) fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação entre capital/trabalho – o significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa (NETTO, 2011, p. 32).

Nesse sentido, há uma redução do Estado no que tange ao social devido à ofensiva do capital. Esse cenário traz impactos negativos para aqueles que vivem do trabalho, que se veem, cada vez mais, cerceados de condições dignas de vida.

Corroborando com Ianni (2004), sinalizamos a compreensão da “questão social” por um viés de totalidade, na medida em que inclui que “há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a ‘questão social’” (IANNI, 2004, p. 106). Assim, há uma vinculação estrutural que explica as desigualdades sociais, não podendo ser tomada apenas pela mediação do acesso a direitos sociais<sup>2</sup>.

Destacamos que, no trato com as expressões da “questão social”, o pensamento conservador irá influenciar na individualização e na psicologização dos “problemas sociais”. O pessoal e o individual serão tomados por esse pensamento (e reforçado pela lógica do capitalismo monopolista) como algo descolado das relações sociais capitalistas. Segundo Netto (2011), quando esses elementos são tomados como casuais na sociedade, são identificados como psíquicos.

A psicologização referendada por esse pensamento respaldará diferentes análises das expressões da “questão social” e seu trato via políticas sociais: os sujeitos serão responsabilizados pelo seu destino pessoal; os problemas sociais serão individualizados e reduzidos à questão psicológica; ao psicologizar os problemas sociais, a intervenção será sob as características pessoais dos indivíduos, incidindo, por exemplo, na elaboração de terapias de ajustamento (NETTO, 2011).

Ianni (2004) ressalta ainda duas explicações que “naturalizam” a “questão social”. Em suas palavras, “uma tende a transformar as manifestações da ‘questão social’ em problemas de assistência social (...). Outra explicação tende a transformar as manifestações da ‘questão social’ em problemas de violência, caos. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão” (IANNI, 2004, p. 112).

<sup>2</sup> Consideramos os direitos sociais importantes para reprodução dos trabalhadores, inclusive para o seu processo organizativo. Todavia, não podemos tomá-los como finalidade única e última, haja vista que as desigualdades na sociedade capitalista são estruturais.

É essencial, nesse contexto, fazermos uma reflexão macrossocial na medida em que vão ocorrer diversas modificações em virtude das crises estruturais do capital ao longo da história. Essas alterações vão se processar no mundo do trabalho, na organização dos trabalhadores, no Estado e no próprio capital. Na tentativa de se recuperar da crise, o capital se utilizará de uma série de mecanismos, como: a substituição de padrões de produção, modificações na intervenção do Estado, entre outros fatores. O objetivo central dessas modificações será recuperar as taxas de lucro através de uma intensificação da exploração de trabalho e da desregulamentação dos direitos sociais. Antunes (1999, p. 36) aponta que, na verdade, há uma “intervenção fenomênica na crise, na medida em que (...) tratava-se, para o capital, de reorganizar o ciclo reprodutivo preservando seus fundamentos essenciais”.

Nesse panorama, Pereira (2001) indica que, além do desemprego estrutural, outras questões elementares, de dimensões mundiais, vão se espalhando como “a ameaça bélica, a deterioração do meio ambiente, o aprofundamento da desigualdade social, a globalização da pobreza, o acirramento do racismo e das lutas étnicas e o desmonte dos direitos sociais” (PEREIRA, 2001, p. 53).

Quando tratamos das desigualdades sociais em saúde, consideramos válidos dois campos teóricos que nos iluminam na análise dessa realidade: o materialista que vai apontar que a quantia “de renda ou riqueza dos países, grupos sociais ou indivíduos é o principal determinante do estado de saúde”; ou seja, “a falta ou insuficiência dos recursos materiais para enfrentar de modo adequado os estressores ao longo da vida acaba por produzir a doença e diminuir a saúde” (BARATA, 2009, p. 16).

O outro campo trata da determinação social do processo saúde-doença:

Essa teoria analisa a constituição do próprio sistema capitalista de produção e suas formas particulares de expressão nas diferentes sociedades, dando maior ênfase aos mecanismos de acumulação do capital e à distribuição de poder, prestígio e bens materiais deles decorrentes. A posição de classe e a reprodução social passam a ser vistas como os principais determinantes do perfil da saúde e doença (BARATA, 2009, p. 18).

É necessário enfatizar que não coadunamos com a perspectiva denominada por Barata (2009) de psicossocial, que valoriza a desvantagem social como fonte de estresse e propulsora de doenças, sem levar em consideração o padrão de proteção social e o nível de riqueza material, ou a denominada de “ecossocial”, que entende como predominante o contexto nos quais os indivíduos vivem e trabalham.

A grande questão posta é o trato político da saúde e doença e a incorporação de que a organização e os processos da sociedade capitalista têm impactos decisivos na saúde da população. É fundamental salientarmos ainda que a análise do modo de produção capitalista pela perspectiva marxiana refuta o viés economicista, ou seja, de que o fator econômico determina os demais fatores. Netto (2011) sustenta essa análise, ao evidenciar que a categoria central em Marx é da totalidade, sendo essa categoria que nos auxilia no entendimento da realidade.

Engels realiza essa relação dialética, ao sinalizar no livro sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista e a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, que,

quando um indivíduo causa a outro um dano físico de tamanha gravidade que lhe causa a morte, chamamos esse ato de homicídio; se o autor sabe, de antemão, que o dano será mortal, sua ação se designa por assassinato. Quando a sociedade põe centenas de proletários numa situação tal que ficam necessariamente expostos à morte prematura, antinatural, morte tão violenta quanto a provocada por uma espada ou um projétil; quando ela priva milhares de indivíduos do necessário à existência, pondo-os numa situação em que lhes é *impossível* subsistir; quando ela os constrange, pela força da lei, a permanecer nesta situação até que a morte ( sua consequência inevitável) sobrevenha; quando ela sabe, e está farta de saber, que os indivíduos haverão de sucumbir nessa situação e, apesar disso, a mantém, então o que ela comete é assassinato (ENGELS, 2008, p. 136).

## DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA: DO QUE SE TRATA?

A questão posta neste item é essencial para pensarmos os fundamentos da categoria determinação social. Esta, muitas vezes, tem sido tratada como sinônimo de determinantes sociais, inclusive pelo Serviço Social.

Os determinantes sociais consideram as relações entre as condições de vida dos sujeitos e a sua situação de saúde, ou seja, há fatores que vão influenciar a saúde dos sujeitos. Nesse sentido, apresenta-se como um avanço em relação ao modelo biologicista. Entretanto, o debate atribui as condições de saúde da população estritamente às políticas sociais, no sentido de ineficiência, sem considerar o debate estrutural das condições de vida (MOREIRA, 2013). Dessa forma, essa perspectiva compreende que há diferenças sociais e não desigualdades sociais. Esse discurso tem um fundamento que corrobora com o capital, na medida em que não expressa os fundamentos das desigualdades e pauta-se numa perspectiva imediatista de leitura da realidade.

Por sua vez, a análise da determinação social está ancorada numa perspectiva que entende que “os mesmos processos que determinam a estruturação da sociedade são aqueles que geram as desigualdades sociais e produzem perfis epidemiológicos de saúde e doença” (BARATA, 2009, p. 23). Ou seja, no processo de produção/reprodução da sociedade em seu sistema contraditório de relações, os padrões de trabalho, consumo, a vida cotidiana, a organização coletiva e participação social, a política e a cultura, além da base econômica estrutural, determinarão os processos mantenedores de saúde ou produtores de doença, vinculados aos “padrões de saúde-doença das frações de classes sociais, constituindo assim os perfis epidemiológicos de classes” (BARATA, 2009, p. 23).

Barata (2009) afirma que é essa explicação teórica que rompe com a concepção linear de causalidade e abandona as cadeias explicativas de causa-efeito entre indicadores de desigualdades sociais e saúde. Assim, as desigualdades sociais em saúde não são analisadas como uma questão de

experiência individual, igualdade de oportunidades, desenvolvimento de capacidades ou medidas através de indicadores comportamentais.

É importante afirmar que a relação entre as desigualdades e as expressões da “questão social” e o processo saúde-doença tem por base a impossibilidade de certa parcela da população de acessar meios de realizar sua reprodução social de forma a ter suas necessidades físicas, emocionais e materiais atendidas de forma justa, o que incidirá em condições de vida e trabalho que propiciarão o adoecimento.

Esse processo tem por base a contradição entre “a socialização da produção e a apropriação privada”. Esse cenário impacta diretamente nas intervenções sobre as expressões da “questão social” e aqui, especialmente, nas respostas que serão dadas via política de saúde.

Essa perspectiva de análise evidencia ainda que não necessariamente o desenvolvimento das forças produtivas repercute em relações sociais de produção menos desiguais, tendo em vista que a lógica do modo de produção capitalista é expropriar a riqueza oriunda da força de trabalho. Esse cenário envolve um contexto de adensamento das expressões da “questão social” e, portanto, de processos que envolvem disputa em torno da concepção de determinação social do processo saúde-doença.

Na saúde, estudos sobre pobreza e adoecimento darão o “tom” desse debate. É nesse campo que autores como Siqueira- Batista e Scharamm (2005) e Cotta *et al* (2007) afirmam que desigualdade, pobreza e enfermidade constituem um típico movimento de retroalimentação.

Cotta *et al* (2007), por exemplo, apontam a associação entre pobreza e elementos promotores de sofrimento e opressão, tais como: doença, maiores índices de analfabetismo, violência, saneamento básico precário, maior dificuldade de acesso a serviços de saúde em todos os níveis de atenção, desemprego e alimentação de baixa qualidade. Siqueira-Batista e Scharamm, por sua vez, indicam a necessidade de inclusão “dos menos favorecidos” no sistema de saúde.

O que aqui chamamos atenção é que a base de fundamentação para esse debate é o pensamento de Amartya Senn. De acordo com Carvalho (2013), o autor parte de uma concepção de desigualdade que “não se atrela à tendência geral acumulação capitalista, ao contrário, vincula-se à ideia da ‘desigualdade de oportunidade’ e da ‘privação das necessidades básicas’” (CARVALHO, 2013, p. 92, grifos do autor). Destacamos ainda que foram os referenciais teóricos do autor que embasaram as políticas do Banco Mundial para os países periféricos, especialmente no que tange ao debate do “empoderamento”.

Ou seja, a concepção que apresentamos se distancia dessa noção e coaduna com Yazbek (2001), ao destacar a importância de analisarmos a pobreza como um fenômeno multidimensional: “pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, (...) como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade” (YAZBEK, 2001, p. 34) e que terão desdobramentos sob o processo saúde-doença dos sujeitos sociais.

Iamamoto nos alerta também que, nesse debate, é imprescindível a análise do fetichismo da era das finanças, uma vez que este tenta ocultar a criação da riqueza via força de trabalho, atribui a criação de valor à esfera dos mercados financeiros e contribui para a banalização do humano. “Obscurecer as relações sociais que se expressam nos componentes materiais da riqueza, autonomizando-os enquanto propriedade das coisas é cair na armadilha da mistificação, o que refrata hoje em muitas análises sobre o trabalho na sociedade burguesa” (IAMAMOTO, 2001, p. 12).

Esse cenário implica diversas repercussões para sociedade, na medida em que:

o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da “questão social” na era das finanças. Nessa perspectiva, a “*questão social*” é mais do que expressões de pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria –, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social (IAMAMOTO, 2014, p. 125).

Outra sinalização importante é a de que esses processos terão desdobramentos particulares em países como o Brasil, marcado pela sua trajetória sócio-histórica e a relação periférica com o monopólio internacional – que se desdobram em processos particulares de desigualdades e interferem no trato da “questão social” e na configuração das políticas sociais.

Nesse diálogo, Yazbek (2001, p. 33-34) situa a “questão social” relacionando-a com as transformações das relações de trabalho, a perda do padrão de proteção social dos trabalhadores, permeada pelo ataque às suas conquistas e ameaça aos direitos adquiridos. Para a autora: “É neste âmbito que situo a condição de pobreza, exclusão e subalternidade em que se encontra grande parte dos brasileiros, em um sistema de grande desigualdade”.

Concluimos, assim, que,

nas sociedades em que vivemos – vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista –, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a *exploração*, de que decorrem a *desigualdade* e a *pobreza*. No entanto, os *padrões* de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato incontestado dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas (NETTO, 2007, p. 142, grifos do autor).

## DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E A REALIDADE BRASILEIRA: IMPACTO PARA OS SUJEITOS SOCIAIS E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

O processo saúde-doença da população brasileira é marcado pela desigualdade social e suas expressões mais radicais de pobreza e miséria; sofre interferências diretas da grande concentração de renda e riqueza e da resistência ao qualquer pacto redistributivo; da configuração de um “mundo do trabalho” pautado pela informalidade, precarização e ausência de proteção e pelas condições de raça, gênero, etnia, classe social, dentre outros, que determinam, de forma ampliada, a desigualdade.

Barata (2009), por exemplo, nos indica que “transtornos mentais”, hipertensão arterial, baixo peso e prematuridade, doenças cardíacas, diabetes e obesidade, uso abusivo de álcool e drogas e tabagismo apresentam maior associação com a exposição a situações de discriminação e racismo.

Nesse movimento de se analisar a realidade brasileira a partir da perspectiva da determinação social do processo saúde-doença, é indispensável considerarmos a obra de Prado Júnior (2008), publicada em 1942, intitulada *Formação do Brasil Contemporâneo*. O autor destaca que o Brasil é um país dependente e essa condição traz impactos para as expressões da “questão social”, para as classes sociais e para o Estado. Nessa análise, Prado Júnior (2008) enfatiza a relevância de entender o sentido da colonização portuguesa – que esteve ancorada na exploração do território brasileiro para satisfazer aos interesses comerciais da Europa. Ou seja, o sentido da colonização é para fora – a dinâmica externa predomina em relação à interna.

Esse substrato embasa as teorias da dependência que demarcam a relação desigual entre o capitalismo originário e o capitalismo da periferia, evidenciando, inclusive, a dependência na relação com o Estado, haja vista que este terá um papel essencial na viabilização das condições necessárias para a acumulação de capitais.

Florestan Fernandes (2009) contribui, ao expor as contradições da formação da sociedade brasileira e os impactos para a vida social. Antunes (2009) realiza uma síntese dessas contradições no prefácio da obra do autor, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (FERNANDES, 2009), destacando que o Brasil, como

país maneiroso, cuja história se desenrola lentamente, sem rupturas e mudanças profundas, sempre equacionando seus dilemas pela via da conciliação *pelo alto*, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre de prontidão para o exercício da *contrarrevolução*, encontrou na *dependência* e no *subdesenvolvimento* a sua forma de *integração para fora* e *desintegração para dentro* (ANTUNES, 2009, p. 12, 2009, grifos do autor).

Fernandes (2009) expõe que esse processo repercute na constituição das classes sociais, na luta de classes, e também, nos rebatimentos da “questão social” e da configuração do Estado. Nesse contexto, indica que a subordinação externa e o anacronismo social são elementos que fomentam o dualismo estrutural. Essas circunstâncias estão relacionadas, dentre outros elementos, à questão da soberania, da carência de um projeto nacional, e também, ao fato de que a burguesia agrária se

metamorfoseou em burguesia industrial, ou seja, não tivemos rupturas, apenas tivemos algumas transformações em consonância com o modo de produção capitalista. O autor sinaliza, então, que esse processo se utiliza do dualismo estrutural, em que há uma combinação entre o arcaico e moderno.

Todos esses processos se relacionam dialeticamente e demonstram como o modo de produção capitalista se desenvolveu na sociedade brasileira, pela via da dependência, tardiamente e com implicações negativas para os sujeitos sociais, uma vez que essa fragilidade do país também repercute nas classes sociais, na configuração do Estado frente aos ditames internacionais e no adensamento das expressões da “questão social”. O que vemos historicamente é a busca incessante da burguesia nacional pelo aumento das taxas de lucro, o que incide diretamente no aumento das desigualdades sociais. Esta, somada à baixa capacidade resolutiva por parte do Estado e à captura do fundo público, incide diretamente nas condições de vida da população.

É com a marca dessa formação sócio-histórica que o processo saúde-doença irá se desenvolver no Brasil, com determinações marcadas pelo lugar ocupado pelas classes sociais em interface com raça e gênero, o acesso ao trabalho, a organização das lutas coletivas, entre outros.

O quadro nacional irá se particularizar, a partir dos anos 1980, com os rebatimentos da crise internacional do capital dos anos 1960/1970. Netto (2007, p. 148) destaca que a relação entre os países centrais e os periféricos está fundada na “assimetria da dinâmica econômica, constituiu-se historicamente como uma *relação de exploração*” e que, a partir dos anos 1980, a ofensiva do capital sobre os países periféricos tem uma caracterização mais específica a partir da imposição de “planos de ajuste” que estabeleceram um conjunto de regras e condicionalidades para apoio político e econômico que “revelou, em todas as latitudes, resultados catastróficos para as massas trabalhadoras e as classes subalternas” (NETTO, 2007, p. 150).

Com o intuito de dar visibilidade ao quadro nacional, destacamos os dados apresentados no Atlas da Violência de 2019 e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2011, na edição sobre *Retrato das desigualdades de gênero e raça*.

Dessa forma, evidenciam-se as desigualdades que assolam a sociedade brasileira, sendo ainda mais necessário o estudo acerca da nossa formação sócio-histórica. O fato de termos sido um país colonizado, escravocrata e de capitalismo dependente marcaram as nossas relações sociais, sendo as raízes que acirram a luta de classes, o racismo, as questões de gênero e sexualidade, por exemplo.

Quando articulamos raça e saúde, conforme Brasil (2011, p. 11-12):

É necessário identificar ou reconhecer os problemas de saúde que afetam mais fortemente a população negra, seja por determinação genética, como no caso da doença falciforme, da deficiência de glicose 6-fosfato desidrogenase entre outras; por aquisição em condições desfavoráveis e na vigência do racismo estrutural, da discriminação racial e do racismo institucional; ou por que em função dos contextos de vulnerabilidade aos quais estão submetidos negros e negras, apresentam-se com uma evolução agravada ou tratamento dificultado.

Podemos verificar, por exemplo, que os dados de mortalidade no Brasil têm relação direta com os índices de violência. No que tange à violência letal, com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade/Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2017, houve 65.602 homicídios no país (o maior índice histórico) (IPEA/FBSP/2019). O estudo evidencia que esses índices são maiores entre jovens de 15 a 19 anos, do sexo masculino, com índice de 59,1%. Quando se correlacionam os dados com a população negra, LGBTI e mulheres (nos casos de feminicídio), essa relação se torna mais expressiva.

No caso do feminicídio, o Atlas da Violência (2019, p. 35) “indica que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007”.

É fundamental relacionar esse marcador à situação das mulheres negras, haja vista que os dados mostram índices discrepantes que dão visibilidade às desigualdades presentes na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o Atlas da Violência de 2019<sup>3</sup> indica que,

enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve um crescimento de 4,5 % entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é 1,7% e entre as mulheres negras é de 60,5 %. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres nesse grupo (IPEA/FBSP, 2019, p. 39).

Outro elemento essencial na relação com a saúde é o trabalho. No Brasil, o trabalho esteve atravessado pelas marcas do escravismo, informalidade e pela fragmentação/cooptação da classe trabalhadora, que incide nas lutas e na organização em torno da defesa dos direitos.

Os índices de desemprego são fundamentais para observarmos o mercado de trabalho, na medida em que é essencial o “indicador *posição na ocupação*” que “permite identificar diferentes categorias de ocupação, sendo importante para uma análise que se volte para a qualidade dos postos de emprego ocupados por cada grupo” (IPEA, 2011, p. 28). Ou seja, quais são as inserções e condições de trabalho que são hegemônicas nos grupos populacionais. O que temos visto no cenário nacional é o aumento da informalidade, associado à quebra de direitos trabalhistas.

No Brasil, a taxa de desemprego em 2009 também foi maior no grupo de mulheres negras (12,5%), seguidas das mulheres brancas (9,2%), homens negros (6,6%) e homens brancos (5,3%) (IPEA, 2011).

Destacamos, neste artigo, o racismo estrutural na sociedade brasileira, a partir de uma perspectiva que evidencia as desigualdades sociais presentes no cotidiano, e a relação direta com o passado colonial, escravocrata e de capitalismo periférico. Almeida (2018, p. 15-16, grifo da autora) assinala que o “racismo é *sempre estrutural*, ou seja, é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. (...). O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as

<sup>3</sup> É fundamental destacar que o IPEA/FBSP (2019, p. 39) atribui às “negras” as somas de pretas e pardas e “não negras a soma de brancas, amarelas e indígenas”.

formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”. “De maneira límpida, a memória da escravidão está viva nas mazelas experimentadas pela população negra até os dias de hoje. As refrações da ‘questão social’ que incidem sobre esta população têm raízes na escravidão e foram reconfiguradas no trabalho livre” (ALMEIDA, 2014, p. 141-142, grifo da autora).

Almeida (2018), fazendo uma síntese no que concerne ao debate do racismo, assevera que:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. (...). Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre as mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2018, p. 38-39).

Conforme Almeida (2014, p. 134), o mito da democracia racial é um dos exemplos, que, em suas palavras, “encobriu os efeitos do racismo, retificando e criando a possibilidade da reprodução das desigualdades entre os grupos raciais no Brasil”. Esse processo repercute também nos profissionais e nos assistentes sociais, haja vista que ambos estão inseridos na sociabilidade do capital que faz questão de acirrar ainda mais as desigualdades.

Dessa forma, Eurico (2013, p. 307) ressalta que é necessário desvelar o trato do Serviço Social com o racismo institucional, uma vez que, em pesquisa realizada, foi registrada a existência de “práticas conservadoras, autoritárias e carregadas de estereótipos”. Neste trabalho, fazemos a defesa do desenvolvimento do trabalho profissional alinhado aos princípios do projeto ético-político profissional e da necessária defesa do exercício profissional sem qualquer forma de discriminação racial.

Na pesquisa em questão, a autora destaca que as assistentes sociais “entrevistadas apontam para um cerceamento da informação e do debate sobre qualquer temática, incluindo a questão racial” (EURICO, 2013, p. 302). Outro fator importante evidenciado se refere ao trabalho nas instituições. A pesquisa demonstrou que “a percepção dos assistentes sociais acerca da questão racial e dos mecanismos de reprodução do racismo no interior da sociedade brasileira ainda está bastante distorcida” (EURICO, 2013, p. 301).

No que tange aos assistentes sociais inseridos na área da saúde, foi visto que estes possuem uma “discussão mais abstrata sobre a reprodução de qualquer forma de discriminação racial, ainda que as pesquisas sobre as disparidades no acesso à saúde revelem um quadro de inclusão precária da população negra aos serviços nessa área” (EURICO, 2013, p. 303). Eurico (2013, p. 308) ressalta que “(...) o equacionamento da questão não se restringe às ações profissionais isoladamente”, ainda que esse debate seja essencial.

Por mais que o Serviço Social tenha avançado na compreensão acerca das expressões da “questão social”, do racismo, dentre outros elementos, é fundamental considerarmos que “qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve partir do princípio de que racismo é um tabu, pois os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa ideia de civilidade tem raízes profundas na história do

Brasil e pode ser verificada desde que foi abolida a escravidão” (GUIMARÃES, 1999 *apud* EURICO, 2013, p. 294).

Portanto, é fundamental que o (a) assistente social, tanto no cotidiano de trabalho quanto na academia, esteja atento para fazer as mediações que circunscrevem as expressões da “questão social”, sendo o racismo uma dessas refrações.

O cenário apresentado aponta para a agudização das expressões da “questão social” que tem relação orgânica com o modo de produção capitalista, sua configuração dependente, tardia e periférica e que encontra no Estado um ente que legitima e viabiliza as condições necessárias para o processo de acumulação e, também, de desigualdades. Estas afetam cada vez mais as classes subalternizadas, mulheres e negros que se veem em precárias condições de vida e de saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como sinalizado, partimos do pressuposto de que as desigualdades sociais são estruturais na sociabilidade do capital, que, historicamente, obtém contornos diferenciados e que não se trata apenas da configuração das políticas sociais. Conquanto essas políticas sejam importantes para atender às necessidades sociais da classe trabalhadora, não esgotam todas as necessidades, uma vez que estas estão relacionadas às desigualdades intrínsecas do modo de produção capitalista.

Portanto, o debate da determinação social do processo saúde-doença é imprescindível, por fazer a análise a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Assim, busca os fundamentos das desigualdades sociais e, por conseguinte, das expressões da “questão social”, que obtém contornos ainda mais dramáticos em sociedades como a brasileira, cuja formação sócio-histórica está marcada por processos de colonização, escravidão, dependência, inserção tardia e periférica, bem como uma fragilidade das classes sociais e do Estado em relação ao capitalismo originário.

Entendemos que, no Serviço Social, é primordial uma análise que busque os fundamentos da sociedade brasileira que impactam no processo saúde-doença da população. Para essa reflexão, é imprescindível considerar a colonização, a escravidão, a inserção periférica no modo de produção capitalista e as demais mediações desse processo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. da S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Em Pauta*. Rio de Janeiro, v.12, n. 34, p.131-154, 2014.

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARATA, R. B. *Como e porque as desigualdades fazem mal à saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho – ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. Prefácio. In: FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

BRASIL. *Racismo como determinante social da saúde*. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/racismo-como-determinante-social-de-saude>. Acesso em: 08 jan.19.

CARVALHO, I. A. *O fetiche do “empoderamento”*: do “conceito” ideológico ao projeto político-econômico. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

COTTA, R. M. M. *et al.* Pobreza, injustiça, e desigualdade social: repensando a formação de profissionais de saúde. *Revista brasileira de educação médica*. Brasília: v. 31, n.3, p. 278-286, 2007.

ENGELS, F. *A situação na classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr./jun., 2013.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

IAMAMOTO, M. V. A “questão social” no capitalismo. *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, ano III, n 3, p. 9-21, 2001.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche - capital financeiro, trabalho e “questão social”*. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, O. *A “questão social”*. Pensamento social no Brasil. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.

IPEA/FBSP. *Atlas da violência 2019*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – [et al.]. 4ª ed, 2011.

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, E. D. (org.) *Medicina social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983.

MARX, K. *O Capital* – crítica da economia política. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Vol. I. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MATTOS, M. B. *Reorganizando em meio ao refluxo: Ensaio de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Viejo de Leitura, 2009.

MOREIRA, M. C. *Determinação social na saúde: fundamento teórico-conceitual da reforma sanitária brasileira*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*. Brasília, ABEPSS, ano III, n. 3, p. 41-49, 2001.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e serviço social. *Em Pauta*. Rio de Janeiro, n. 19, p. 135-170, 2007.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política – uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, P. A. P. “Questão social”, serviço social e direitos de cidadania. *Temporalis*. Brasília, ABEPSS, ano III, n 3, p. 51-61, 2001.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

SIQUEIRA-BATISTA, R.; SCHRAMM, F.R. A saúde entre a iniquidade e a justiça: contribuições da igualdade complexa de Amartya Sen. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.129-42, 2005.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão: expressões da “questão social”. *Temporalis*. Brasília, ABEPSS, ano III, n 3, p. 33-40, 2001.

# FEMINISMOS E SOCIALISMOS: CUMPLICIDADES NECESSÁRIAS

JOÃO MANUEL CALHAU DE OLIVEIRA

## INTRODUÇÃO: OS TELHADOS DE VIDRO DO FEMINISMO LIBERAL

No meu trabalho enquanto pesquisador e professor de teoria feminista, assim como no meu trabalho político, envolvido com movimentos sociais e militante de um partido político em Portugal, o Bloco de Esquerda, pensar sobre a relação entre feminismos e socialismo é uma das questões que interliga essas várias posições que vou ocupando. Estou a usar aqui socialismo como um termo provisório e contestado. Este artigo parte de um texto que escrevi previamente, publicado em Portugal na obra *ABC do Socialismo*, organizado por Catarina Príncipe e João Mineiro (2019), camaradas e amigxs de longa data, que afirmam no capítulo que abre o livro:

O socialismo constrói-se, por isso, em oposição ao capitalismo, uma forma de organização económica que tem como pilar fundamental a dominação dos muitos pelos poucos, e às suas articulações como diferentes formas de opressão (...). O socialismo é também uma prática concreta sobre como atuamos no mundo que temos, para o conseguir transformar (PRÍNCIPE; MINEIRO, 2019, p. 12).

Essa definição, em primeiro lugar, negativa, ajuda-nos a definir um alvo de análise e de luta: a exploração capitalista e não o capital. Apesar da forma de circulação e acumulação do capital dentro da formação social capitalista serem determinantes sérios do sistema, o capital não é necessariamente mau nem explica o sistema de exploração capitalista. Antes, a exploração capitalista dos muitos e das muitas pelos poucos como forma de dominação é o objeto central de uma forma de pensar que seja anticapitalista. Há vantagens na definição negativa, sendo a principal não abusar do discurso identitário.

Em vez de apresentar uma contribuição estritamente assente no trabalho académico, decidi apresentar um trabalho que pretende discutir, ainda que de forma muito breve, a relação entre feminismos e socialismos. Essa relação é de particular importância num momento como o que vivemos. Nunca, como hoje, o feminismo liberal adquiriu a importância global que tem e nunca foi tão problemático para pensar o projeto feminista na sua ação concreta. Sigo aqui a tese 2 da obra de Cinzia Aruzza, Tithi Battacharya e Nancy Fraser, intitulada *Feminismo para os 99%*, sobre feminismo liberal:

Os seus defensores procuram assegurar-se que um grupo restrito de almas privilegiadas consiga atingir cargos e salários ao mesmo nível dos homens da sua classe. Por definição, os principais beneficiários são os mesmos que já possuem vantagens consideráveis a nível social, cultural e económico. Todos os restantes ficam onde sempre estiveram (ARUZZA; BATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 30).

Esse projeto feminista liberal/neoliberal (vou usar de forma intercambiável apesar de surgirem em momentos históricos muito distintos) é um importante peça da engrenagem da ofensiva neoliberal que continuamos a sofrer, essa longa marcha do neoliberalismo como lhe chama Stuart Hall (2011).

Assente na ideia de uma adaptação dos valores feministas ao *zeitgeist* neoliberal, o feminismo neoliberal produziu um modo de subjetivação individual das mulheres. Fundamentado numa versão reduzida de uma ideia de igualdade apenas concretizada de forma individual, o feminismo liberal é marcado pelo elitismo, sendo uma arma na luta de classes (*class warfare*). Nesse sentido, dizer que essa forma de operar com o feminismo, negando a importância da formação social nos modos de subjetivação, é uma das formas usadas para manter mulheres que não pertençam a determinadas classes totalmente fora do sistema, que, ainda assim, é vergonhosamente visto como meritocrático. Se quisermos usar a metáfora da corrida, algumas partem mais perto e outras partem bem longe da meta.

O problema do feminismo liberal não se esgota só por negar a importância da classe, mas por prescrever a ótica da classe média a todas as mulheres, homogeneizando-as. O feminismo liberal, por se recusar a entender que, para além da diversidade das mulheres, existem uma miríade de diferenças que organizam a sua inserção no sistema capitalista de modo totalmente diferente, acesso a oportunidades e recursos, diferentes formas de exploração, exigências e expectativas. O feminismo liberal vai esforçar-se para, através de legislação, garantir que o gênero não é o critério de exclusão, não tendo, porém, qualquer preocupação em pensar em outras matrizes de opressão e privilégio (COLLINS, 2000).

Catherine Rottenberg (2018), em sua obra *The rise of neoliberal feminism*, define um feminismo neoliberal como uma forma de feminismo que, não negando a discriminação das mulheres, desconsidera, entretanto, a forma como as nossas vidas são constituídas de maneira diferenciada por condições materiais de existência, pelas formas económicas e sociais que estruturam as nossas vidas.

Assim, usando a retórica feminista, esse discurso vem negar a importância da estruturação das formações sociais nas nossas vidas. A esse propósito, Aruzza, Battacharya e Fraser (2019) denunciam o recurso a uma ideia, bastante usada na campanha de Hillary Clinton às presidenciais em 2016, “quebrar o telhado de vidro” (*glass ceiling*, muito usado no feminismo como forma de ilustrar as mulheres que conseguiram chegar a lugares de topo e quebrar a hegemonia masculina). Para essas poucas que quebram o telhado de vidro, a maioria das mulheres fica embaixo, limpando os estilhaços.

Então, daí, também a sua ideia de um feminismo para as 99% e não apenas para as 1% que ficam no topo. Um feminismo anticapitalista, antirracista e anticolonial. Estou próximo desses posicionamentos de feminismos cada vez mais preparados para responder às muitas situações complexas e determinantes dos dias de hoje, como discuto no livro *Desobediências de Gênero* (OLIVEIRA, 2017).

## FEMINISMO E ESQUERDA GLOBAL: APRENDER COM OS SABERES E FEMINISMOS NEGROS

Um dos contributos mais decisivos para mudar a face da teoria e práxis socialista foram as múltiplas interpelações que o movimento feminista fez à esquerda global e ao modo como ambos os movimentos se influenciaram, marcando-se um ao outro de forma indelével. Continuo, como feminista, a não acreditar em feminismos neoliberais e liberais que auguram o fim da opressão das mulheres e dissidentes sexuais, sem acabar com o capitalismo, esses sim, contraditórios com o socialismo.

Neste texto, portanto, mostro os múltiplos desafios que foram colocados às formas clássicas de entender o socialismo a partir do esforço interseccional de vários movimentos que se entrecruzam na esquerda global, como é o feminismo negro e o feminismo socialista.

Interseccionalidade, que será a chave central para entender as demandas que esses movimentos vão colocar à esquerda, pode ser definida como os efeitos da interação entre várias matrizes de opressão e privilégio. À guisa de exemplo, pode-se analisar a posição das mulheres negras que sofrem efeitos não só por serem lidas como mulheres, nem só como negras, mas que apresentam efeitos combinados do racismo e do sexismo. Essa proposta teórica é avançada pelo feminismo negro, nomeadamente Kimberlé Crenshaw (1991), mas encontramos pensamento interseccional em obras como as de Combahee River Collective (2003), bell hooks (2018), Angela Davis (2016; 2018), Patricia Hill Collins (2000), Sueli Carneiro (2003), dentre outras.

Dado o enorme impacto do feminismo negro (e outras formas racializadas de feminismos) e do feminismo pós-estruturalista na teoria feminista, já não é possível, de forma coerente, manter o sujeito do feminismo inquestionado e apresentado de forma inocente: a mulher. A ideia de mulher foi questionada, como forma de possibilidade e viabilidade, vista como ilusão de um sujeito coerente que nunca existiu, questionando os modos como o sujeito Mulher (DE LAURETIS, 1988) esconde e invisibiliza multidões de diferentes mulheres – pensemos, por exemplo, nas mulheres trans, nas mulheres negras, nas mulheres pobres. Assim, o termo mulher é performativo: faz coisas, produz efeitos. Pode ser usado para criar grupos como o #elenão no Brasil, contra um candidato de extrema direita ou reclamado por grupos fundamentalistas. O seu uso e seus efeitos são abertos e indeterminados.

Dessa forma, torna-se fundamental promover feminismos interseccionais, lição arduamente aprendida dos esforços dos feminismos que trouxeram a dúvida a esse sujeito mulher: essa mulher

era sempre a branca e para quem eram pensadas as políticas, as reivindicações, as falas. Daí formas mais interseccionais de feminismos (NOGUEIRA, 2017) exigirem políticas de localização, de aliança e de reposicionamento, face a esse sujeito feminista apenas aparentemente não racializado, não sexualizado, sem classe, aliado do racismo. Trata-se também de uma crítica do pós-estruturalismo que interroga sobre os efeitos desse sujeito, mas também da esquerda que tenta pensar em termos de inserção no circuito do capital: quais mulheres?

Angela Davis (2016) mostra como as pioneiras do feminismo estadunidense, apesar do seu corajoso esforço para erradicar os efeitos do sexismo e da organização social patriarcal, não consegue subtrair-se à perniciosa influência da ideologia racista. Davis (2016) mostra igualmente a importância dos posicionamentos socialistas, operários, abolicionistas da escravatura (e mais tarde do complexo industrial da prisão, continuidade do projeto escravagista) para produzirem formas de feminismo não necessariamente burguês, nem necessariamente racista, como as formas de feminismo liberal branco, também denunciadas como racistas por bell hooks (2018).

Por outro lado, há efeitos também sobre as demandas da esquerda a partir da crítica feminista. Na modernidade, dentro da formação social capitalista, a divisão sexual do trabalho (FERNANDES, 1981) divide-o entre trabalho produtivo remunerado e reprodução, delegando às mulheres a esfera reprodutiva. Nessa equação, a reprodução da mão de obra é um custo para as mulheres e, dessa forma, trabalho gratuito para quem detém os meios de produção, transformado em “instinto maternal” ou “amor”.

Bell hooks (2018) mostra como as mulheres negras, pela sua posição nas margens das sociedades ocidentais, nunca tiveram essa separação entre esfera da produção e da reprodução tão marcada. Um grande contingente de mulheres de classe trabalhadora e racializadas sempre esteve presente no mercado de trabalho e não apenas na esfera dos cuidados, muitas vezes a serviço de mulheres brancas de classe média ou burguesas. Cedric Robinson (1983) traz o conceito de capitalismo racializado (racial na sua formulação original), isto é, um profundo enraizamento de um sistema capitalista que é legitimado por divisões sociais baseadas no racismo e numa determinada ideia de raça.

Historicamente, mostra-nos Robinson (1983), a Europa tendeu a exagerar diferenças regionais e subculturais, transformando-as em diferenças raciais que estavam igualmente patentes na organização em termos de classe: os burgueses pertencem a determinados grupos étnicos e culturais, as classes trabalhadoras a outros (irlandeses, judeus, gregos, persas) e as pessoas escravizadas a mundos bem diferentes (negros, escravos, *roma/ciganos*) – sendo que, a sua maioria, eram mulheres. Essa segregação social é marcada e legitimada por uma racialização desses sujeitos, muitas vezes acompanhada por uma intersecção com a misoginia.

Essa racialização, portanto, ocorre na Europa, que, antes, no dealbar do capitalismo, estivera envolvida em processos coloniais internos, assentes na invasão e ocupação, expropriação, escravidão e hierarquia racial, ensaiando o que vai ocorrer mais tarde com África e, depois, Américas, Ásia e

Oceania. É como se fosse impossível pensar o capitalismo fora da produção de uma racialização que vai assegurar posições no circuito do capital, diferenciadas em função da raça intersectada pelo gênero, atravessadas pela colonização e colonialidade (QUIJANO, 2007). Já sabemos que se trata de um empreendimento marcado pela racialização e pela generificação. Mas como se gera esse capital que vai permitir a transição para o capitalismo?

## VIOLÊNCIAS E ACUMULAÇÃO NO CAPITALISMO: COMO MUDAR?

A acumulação primitiva é descrita por Marx (2011), n’*O Capital*, como o processo fundacional do capitalismo para gerar capital e as divisões entre quem o possui e quem não o possui. Esse processo necessariamente violento, escrito “com letras de sangue e fogo”, implicou o que David Harvey (2003) vai chamar de acumulação por despossessão, que se repete ao longo do tempo e que implica baixar o preço das mercadorias de consumo, o que se repercute nos preços de produção – menores custos com mão de obra (logo menores salários), com matéria prima, com a terra etc.

O efeito combinado da colonização e o extermínio *ginocida* (genocídio de mulheres) constituem, para Silvia Federici (2017), uma forma de garantir a acumulação primitiva, por libertarem propriedade comunal que pode agora ser privatizada sem ou com menos adversários. Tal processo, sempre associado à violência sobre determinados grupos, mulheres e povos colonizados, repete-se em vários momentos do capitalismo.

Por outro lado, Arthur Evans (2015) também relaciona essas formas de opressão e, mais particularmente, no caso da dissidência sexual e de gênero, com modos de combater a dissidência religiosa e a manutenção das religiões antigas politeístas que teimavam em existir na Europa em vez de aderirem firmemente ao cristianismo católico. Essa destruição física e material era acompanhada de um epistemicídio, como o entende Ramon Grosfoguel (2016), implicando a destruição não só de saberes, mas de formas de construção e de sujeitos cognoscentes. Essa destruição ocorreu no mundo colonial, mas também na Europa, via acusação de bruxaria e heresia. A violência do início do capitalismo persiste nas suas várias fases e não apenas como processo de acumulação primitiva fundacional.

Essa conjugação entre capitalismo, racialização e ordem de gênero, questionando como se reforçam mutuamente, vem sendo elaborada na teoria feminista. Essa análise questiona diretamente as perspectivas mais ortodoxas, inteiramente assente no sujeito histórico do proletariado, sempre pensado como homem e como branco, ocultando outros grupos subalternos, que deram origem a várias discussões fundamentais, como é o caso do ensaio de Gayatri Spivak (2010), em que a autora se detém no discurso da subalterna como forma de ilegibilidade.

Subalternos, na análise crítica da autora, não podem representar-se, têm que ser representados, sendo representação usada no sentido de substituição, alguém que fala em lugar do subalterno. Não por acaso, a imagem da subalterna é de uma mulher que se suicida por não

conseguir realizar um atentado, deixando evidente que não se matou por estar grávida, dado que aguarda pela menstruação para o fazer. A tragédia da subalterna não é que não possa falar, é que ninguém descodifica o que diz. Ela está fora do campo do representável, ela não se representa, tem que ser representada. Como diria Marx (2011), no *18 do Brumário de Louis Bonaparte*, sobra a classe dos pequenos proprietários.

Sheila Rowbotham, Lynne Segal e Hilary Wainwright (2015) trazem a experiência do feminismo para repensar o socialismo como um movimento de movimentos sociais, fazendo-nos pensar para além dos fragmentos que cada um desses movimentos almeja, numa estratégia concertada de objetivos mais amplos, coligativos, no sentido de alianças, ainda que mais temporária e menos hierárquica que um partido tradicional. Essas estratégias fundamentam-se num programa político que visa não deixar questões sem resposta, exigindo uma intervenção da esquerda nas múltiplas questões que nos afligem: fazer as lutas todas.

Essa compreensão, muito para lá da lógica estrita de classe ou da emancipação do proletariado, sem, no entanto, esquecer-las, implica os tempos que correm uma atenção muito particular ao neoliberalismo. Como mostra Wendy Brown (2015), na sua configuração atual, a racionalidade neoliberal encontra-se em colisão aberta com a ideia de democracia liberal, relativamente cara e pouco eficiente para os critérios de um estado mínimo, sem recursos, que deve, acima de tudo, defender o mercado e retirar-se do projeto de redistribuição da riqueza, para que a iniciativa privada e a ‘mão invisível’ do mercado possam agir.

Essa crença na produção de efeitos tendentes ao equilíbrio dos sistemas económicos operados a partir dos mercados é do domínio da fábula. Trata-se, antes, de se apropriar do que é público e comunal, que dê lucro, e de nacionalizar as dívidas até de privados, como foi o caso da recente crise bancária europeia. A cartilha neoliberal representa um retorno ao modelo de acumulação primitiva, dada a gula da economia de cassino que atualmente presenciamos como modelo do capitalismo financeiro em esteroides (ROTTENBERG, 2018). E, inclusivamente, há feminismos neoliberais, a que já aludimos, mostrando a capacidade infinita do capitalismo de mercantilizar até o feminismo, associando-o à indústria da beleza, cosméticos, produtos pensados como feminismos.

Feminismos pensados para sujeitos neoliberais, empreendedores e capazes, empresários de si mesmos ou feminismos carcerário, que tomam como solução para o sistema de gênero o encarceramento sistemático e participam do esforço de manutenção do complexo industrial da prisão, continuidade lógica da escravatura e que afeta desproporcionalmente a população negra e afro-descendente, como denuncia Angela Davis (2018).

Por contraponto, Judith Butler (2016) recorre ao conceito de precariedade para falar de uma condição politicamente induzida de vulnerabilidade e que se distribui assimetricamente entre as populações, por matrizes de opressão e privilégio. Certos grupos são mais suscetíveis do que outros. A precarização dessas populações é o processo através do qual tais populações se aclimatizam

progressivamente a uma condição de precariedade, como se habituam lentamente a ter a sua vida e segurança colocadas em causa pelo regime neoliberal, através da degradação das leis laborais, da destruição de determinados direitos essenciais, como saúde, trabalho, habitação, entre outros. Assim, é na ação coletiva que emerge da consciência de uma coletivização dessa precariedade, através do fato de nos sentirmos coletivamente vulneráveis e frágeis, que podem emergir alianças inesperadas e resistências ao neoliberalismo e às colonizações (como é o caso da ocupação da Palestina por parte de Israel).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um esforço em tomar as ruas e, a partir das ruas, corpos incitarem outros corpos a resistir, uma política do corpo que exige direitos básicos para viver, simultaneamente, reconhecimento e condições materiais. Trata-se de uma tarefa para um feminismo socialista, mas que é crucial na construção do próprio socialismo. Não há contradição entre feminismos e socialismos, exceto se falarmos de feminismos comprometidos com projetos neoliberais e carcerário ou de socialismos atávicos que ainda acordam com sonhos molhados com amanhãs que cantam a heroicidade do proletário macho branco cis heterossexual.

## REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C.; BHATTACHRYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%*. Lisboa: Objectiva, 2019.

BROWN, W. *Undoing the demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone, 2015

BUTLER, J. *Notes towards a performative theory of assembly*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, nº 49, p. 117-133, 2003.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A black feminist statement. In: McCANN, C.; KIM, S. K. (Org.), *Feminist Local and Global Theory Reader*, New York: Routledge, p. 164-173, 2003.

CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, nº 6, p. 1241–99, 1991.

DAVIS, A. *Estarão as prisões obsoletas?* São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LAURETIS, T. *Technologies of gender: essays on theory, film and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

EVANS, A. *Brujeria y contracultura gay*. Barcelona: Laberints, 2015.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa*. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, M. T. S. *Women and the wage labor system: A theoretical approach to the sexual division of labor*. Tese (Doutoramento Sociologia), Brandeis University, Boston, 1981.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo do século XVI. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, abril, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 02 abr. 2020.

HALL, S. The neoliberal revolution. *Soundings*, 48, p. 9-27, 2011.

HARVEY, D. *New imperialisms*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

hooks, b. *Não serei eu mulher?* Lisboa: Orfeu Negro, 2018.

MARX, K. *18 do brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

OLIVEIRA, J. M. *Desobediências de gênero*. Salvador: Devires, 2017.

QUIJANO, A. Coloniality and Modernity/Rationality. *Journal Cultural Studies*, vol. 21, n. 2-3, p. 168-178, march/may, 2007 21, 2007.

PRÍNCIPE, C.; MINEIRO, J. (org.). *ABC do socialismo*. Lisboa: Parsifal, 2019.

ROBINSON, C. *Black Marxism: the making of Black radical tradition*. Chapel Hill: North Carolina University Press, 1983.

ROTTENBERG, C. *The rise of neoliberal feminism*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

ROWBOTHAM, S.; SEGAL, L.; WAINWRIGHT, H. *Beyond the fragments*. Londres: Merlin, 2015.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

**PARTE III**  
**SERVIÇO SOCIAL**  
**E TRABALHO**  
**PROFISSIONAL**

# A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES E ANÁLISES SOBRE A SUA COMPREENSÃO

ADRIANA RAMOS

LUCIANA GONÇALVES PEREIRA DE PAULA

## INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste artigo expressam resultados parciais da pesquisa intitulada *A formulação das estratégias político-profissionais e das táticas técnico-operacionais – reflexões sobre formação e trabalho profissional do assistente social*, realizada no Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF). Essa pesquisa integrou o Plano de Estágio Pós-doutoral de uma das autoras, realizado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela vem sendo realizada desde 2016, tendo como objetivo conhecer como o debate sobre a elaboração de estratégias e táticas profissionais vem sendo construído na esfera da formação acadêmica e como se reflete no momento do exercício profissional do/a assistente social<sup>1</sup>.

Para o alcance dessa finalidade, dentre os procedimentos metodológicos selecionados para consecução da pesquisa, foram realizadas, no ano de 2017, entrevistas com assistentes sociais discentes do Curso de Especialização *latu sensu* oferecido pela FSS/UFJF, denominado “Serviço Social, Políticas Sociais e Processo de Supervisão de Estágio”.

Em um universo de 30 (trinta) discentes do Curso de Especialização, foram realizadas 13 (treze) entrevistas com assistentes sociais<sup>2</sup> que se disponibilizaram a participar da pesquisa. A metodologia empregada contou com o auxílio de um formulário estruturado contendo 20 (vinte) questões abertas que se vinculam ao debate das estratégias e das táticas profissionais.

<sup>1</sup> Destacamos aqui de termos acordo com a tese defendida por Marilda Iamamoto em sua obra *Serviço Social em tempo de capital fetiche*, em que a autora apresenta a ação profissional realizada pelo assistente social como trabalho assalariado. Em alguns momentos, neste artigo, outras denominações são utilizadas para se referir a esse trabalho, como: exercício, atuação, intervenção profissional, entre outras, porém, compreendendo sempre o fazer profissional do assistente social enquanto trabalho.

<sup>2</sup> Contudo, somente 12 (doze) entrevistas puderam ser transcritas, estando uma incompleta.

Tendo em vista que, neste artigo, objetivamos refletir sobre a dimensão técnico-operativa do trabalho profissional do assistente social, apresentaremos aqui resultados parciais dessa pesquisa. As problematizações aqui contidas, portanto, estão voltadas, especificamente, para a questão referente à compreensão das assistentes sociais a respeito da dimensão técnico-operativa – tomando essa dimensão como uma expressão e síntese das demais dimensões que compõem a ação profissional do assistente social.

Esse debate sobre as três dimensões do trabalho profissional do assistente social – a saber: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa – também tem se realizado nas pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS), da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF) – campus Niterói. Com isso, o intuito deste artigo é trazer considerações sobre a profissão nas suas dimensões constitutivas, dando maior ênfase à dimensão técnico-operativa. Essas análises críticas serão construídas por meio do acúmulo dos debates realizados tanto no GEPEFSS quanto no NEFSS, em seus estudos e pesquisas.

Particularmente, a tarefa aqui assumida é pensar sobre as dimensões que conformam o trabalho do assistente social nas suas intrínsecas articulações, tendo o foco na dimensão técnico-operativa, pois a compreendemos, em um primeiro momento, como a forma de ser da profissão – ainda que o Serviço Social não se resuma a ela. Nessa direção há, também, uma preocupação das autoras sobre a compreensão dos assistentes sociais acerca da dimensão técnico-operativa, considerando que esse entendimento possui incidência direta no trabalho realizado por esses profissionais.

Desse modo, o presente artigo se apresenta por meio de quatro partes: uma primeira que traz um debate mais geral acerca da nossa compreensão sobre o Serviço Social e as suas dimensões constitutivas; uma segunda que aborda, de forma mais específica, as particularidades da dimensão técnico-operativa; uma terceira que apresenta análises construídas a partir dos dados coletados na pesquisa realizada pelo GEPEFSS junto às assistentes sociais do curso de especialização oferecido pela FSS/UFJF; uma quarta e última parte contendo algumas considerações que mostram a necessidade de mais estudos, pesquisas e debates sobre a dimensão técnico-operativa do trabalho profissional do assistente social, indicando uma compreensão ainda limitada sobre ela, por parte de alguns profissionais.

## O SERVIÇO SOCIAL E AS SUAS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS

O Serviço Social, como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, inscrita nas relações sociais de produção e reprodução, é compreendida como uma especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2003). Portanto, com perfil de assalariamento, os/as assistentes sociais atuam nas expressões da questão social<sup>3</sup>, por meio das políticas sociais que são realizadas

<sup>3</sup> “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2001, p. 27). “Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2001, p. 28).

em diversos espaços sócio-ocupacionais. Essa característica particulariza, socio-historicamente, essa profissão como uma atividade interventiva.

Com isso, compreende-se que ao significado social da profissão lhe é atribuída a natureza da intervenção. Sendo o Serviço Social essencialmente operativo, confere-se-lhe um caráter instrumental. Contudo, afirmar que o Serviço Social possui um caráter instrumental não significa dizer que o exercício profissional do assistente social se encerra nele. Ao contrário, consideramos que uma intervenção de fato qualificada, crítica e reflexiva só se constrói por meio de um suporte teórico que ilumine as ações profissionais, na elaboração de estratégias e táticas profissionais.

Nessa esteira se estabelece a relação entre teoria e prática, que, constituindo a unidade na diversidade (SANTOS, 2010), refere-se ao modo como as perspectivas teórico-metodológicas subsidiam o trabalho profissional do assistente social. No entanto, de acordo com Santos (2010), é muito presente, em meio à nossa categoria profissional, a dificuldade de compreensão dessa relação e, conseqüentemente, do papel da teoria na potencialidade da intervenção profissional.

Fundamentando-se na concepção de teoria e prática defendida no materialismo histórico-dialético, Santos (2010) afirma que, segundo Marx e Engels, o homem é um ser ativo e criador, ou seja, essencialmente prático. São os homens que constroem a vida social e, ao mesmo tempo, são um produto social dela. Nas palavras de Santos (2010, p. 16), “a transformação da natureza pelo homem – o trabalho – é condição necessária da transformação do homem”.

A sociedade é, portanto, resultado da congregação do emaranhado de ações humanas. Com isso, podemos afirmar que existe uma primazia da ação, da prática e da própria existência humana em relação ao pensamento, à consciência dos homens e à teoria. É a existência de uma prática material que possibilita o pensamento sobre ela, a sua tomada de consciência e o processo de elaborações explicativas que poderão formular teorias.

Corroborando com Santos (2010, p. 18), “o pensamento apenas reconstrói e reproduz o objeto – para que se retorne a ele como um concreto pensado”. Nesse sentido, é por meio da ação dos homens – da prática – que o concreto se constitui e “apropriar-se do concreto pelo pensamento é um ato teórico, enquanto o concreto, em si, é um ato prático que está vinculado às necessidades” (SANTOS, 2010, p. 18).

Desse modo, podemos afirmar que a esfera da prática é sempre mais dinâmica que o campo da teoria. Isso significa dizer que o pensamento se debruça sobre o concreto na intenção de compreendê-lo. Mas esse concreto é dinâmico e pode modificar-se. Dessa forma, a teoria que busca desvendar o concreto será sempre aproximativa e nunca o desvelará por completo.

Portanto, sendo a teoria um conhecimento aproximativo daquilo que existe concretamente, ela não pode ser compreendida como uma fórmula a ser “aplicada” na prática. A teoria não é um modelo a ser seguido, visto que sua função é analisar, interpretar, explicar, de maneira aproximada, aquilo que existe de concreto na sociedade.

Esse processo do conhecimento que propõe desvendar o concreto não modifica o que está dado na realidade. Como afirma Santos (2010, p. 21 e 22), “a teoria não passa, de imediato, à

prática, uma vez que o dado, o concreto – produto das ações práticas do homem – pode continuar o mesmo no plano empírico”. Assim, “o que a teoria modifica, de imediato, é o conhecimento que se tem sobre o concreto, não o próprio concreto” (SANTOS, 2010, p. 22).

Por isso, a teoria pode nos servir como referência para a realização de uma análise, mas nunca como um arquétipo que pretenda moldar determinada realidade.

Entretanto, se a teoria pode alterar o conhecimento que se tem sobre o concreto, ela pode desvendar possibilidades de ação sobre o real. Desse modo, a teoria não transforma a prática, mas pode transformar o pensamento. Esse novo pensamento pode impulsionar novas ações, pois, “somente quando a teoria desvenda a realidade em sua complexidade, ela se torna a força que impulsiona a realidade porque se torna orientadora da prática” (COELHO, 2013, p. 73).

No caso do Serviço Social, podemos afirmar que a teoria possui um lugar central, visto ser ela que permite ao assistente social realizar uma leitura e uma interpretação da realidade onde irá intervir. Mais que isso, a teoria possibilita que o profissional venha a apreender o seu objeto de trabalho. “No caso de uma prática profissional como a do Serviço Social, a teoria permite que o sujeito – assistente social – apreenda seu objeto de ação, seu movimento, sua direção, suas contradições” (SANTOS, 2010, p. 28).

No entanto, apesar de reconhecermos a competência teórica como indispensável para um exercício profissional qualificado, ela sozinha não habilita o/a assistente social para a intervenção. Ele/a precisa desenvolver outras capacidades que lhe permitam buscar as mediações que estão, “necessariamente, imbricadas nessa passagem da teoria à prática e vice-versa” (SANTOS, 2010, p. 29). Entre essas capacidades estão as habilidades técnico-operacionais e ético-políticas que, juntas, oferecem direção e forma ao trabalho realizado pelo/a assistente social.

Com isso, afirmamos que, em qualquer ação profissional desempenhada pelo/a assistente social, estão presentes as suas referências teóricas e metodológicas; os seus valores éticos e a sua concepção política; e todo o aparato técnico-operativo necessário à realização de tal intervenção. Não há como separar essas três dimensões, porque elas encontram-se absolutamente interligadas.

Segundo Santos (2002, p. 24, grifo do autor),

O termo *dimensão* remete às propriedades, mas no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais, que contribuem para a concretização da profissão e que formam a sua base. Assim, estaremos considerando *dimensões*, aqui, as várias “extensões” que determinam a profissão e suas particularidades. Essas “extensões” são constitutivas e constituintes da herança cultural e da herança intelectual da profissão, ou seja, habilidades, atitudes, capacidades, valores, princípios, conhecimentos.

Assim, as possibilidades de elaboração de uma intervenção profissional crítica e criativa decorrem, em parte, de uma qualificada apreensão das dimensões da profissão, bem como de uma sólida formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A ênfase em uma dessas dimensões, em detrimento das outras, pode imprimir limitações à construção de estratégias e táticas profissionais que venham responder às demandas apresentadas ao Serviço Social.

A dimensão teórico-metodológica, quando calcada em uma perspectiva materialista histórico-dialética, permite ao/a assistente social não apenas identificar o fenômeno social, mas captar a essência daquilo que fundamenta as demandas que lhe chegam, bem como o potencial que portam – “possibilidades estas somente perceptíveis à razão crítico-dialética” (GUERRA, 2002, p. 18).

Nesse caso,

a dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais (GUERRA, 2012, p. 54).

No entanto, o/a assistente social também sofre interferências externas, enquanto cidadão e trabalhador, no enfrentamento dos conflitos sociais, passando a fazer parte de um “sujeito coletivo”, “que partilha concepções e realiza, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política” (IAMAMOTO, 2007, p. 230).

Essa constatação revela que a intervenção profissional do/a assistente social não é, de forma alguma, uma ação neutra. Embora se tenha construído, em determinados momentos da trajetória sócio-histórica da nossa profissão, a concepção de que a operacionalização dos instrumentos e técnicas constituía uma ação apolítica, dotada de neutralidade, a reflexão que fazemos desconstrói esse pensamento. De acordo com Guerra (2012, p. 40),

a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social.

Dessa forma, entendemos por dimensão teórico-metodológica aquela que se relaciona com referenciais teóricos que subsidiam a atuação profissional. Revela-se nas formas como são compreendidos os elementos constitutivos da sociedade capitalista nas suas contradições, as políticas sociais na sua dupla função, o conservadorismo presente nessa mesma sociedade que se manifesta de forma diferenciada nas instituições onde o assistente social realiza seu trabalho, a luta de classes, as desigualdades sociais produzidas pela sociabilidade burguesa, a pobreza e suas mazelas, o papel do homem como sujeito histórico, dentre outros.

A dimensão ético-política, por sua vez, faz menção a uma ação teleológica, que deriva em escolhas conscientes originadas de uma crítica, daí seu caráter ético, de alternativas referenciadas em posicionamentos políticos, daí sua peculiaridade política, subsidiados em princípios humano-genéricos, nos quais a categoria profissional se referencia.

Nesse sentido, “se configura como escolhas teóricas e políticas relacionadas à capacidade de avaliar alternativas, propostas e projetos para efetivar determinada ação” (RAMOS, 2018, p. 22), ou seja, essa dimensão refere-se aos valores e princípios em que a ação se fundamenta. “Essa ação terá, portanto, uma intencionalidade que é informada por componentes ideopolíticos [...]. Trata-se de uma opção, [e não sendo neutra] envolve sempre a realização de uma escolha” (CARDOS e DOI, 2017, p. 47) que revela a construção de uma consciência e de uma direção social.

Essa dimensão envolve um conjunto de valores, de noções e crenças subjetivas, que demonstram a possibilidade de construção de uma vontade coletiva na defesa de determinados compromissos políticos. No caso do Serviço Social, comprometimento com o projeto ético-político<sup>4</sup>, que expressa uma “condensação das três dimensões” (IAMAMOTO, 2006) e que tem uma direção social estratégica, vinculada com a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Tal projeto, que rompe com o conservadorismo na profissão, tem como base valores progressistas e democráticos, constituindo-se pela autoimagem da profissão, construída coletivamente pelos sujeitos profissionais, contendo seus objetivos, suas funções, seus valores que são legitimados socialmente e seus requisitos teóricos e práticos (NETTO, 1999).

Com essas reflexões, podemos afirmar que o exercício profissional do assistente social se configura por meio da articulação entre distintas dimensões. Essa intervenção profissional materializa-se sendo moldada por condições objetivas e subjetivas historicamente determinadas. Tais condições tendem a absorver o exercício profissional reduzindo-o a um conjunto de ações de caráter técnico, visando ao atendimento imediato das demandas colocadas para o/a assistente social (GUERRA, 2012).

Nessa perspectiva, o perfil de assistente social é o do técnico adestrado que se limita à racionalidade do capitalismo e à aplicação acrítica de técnicas e instrumentos sem a clareza dos fins a que sua intervenção visa, menos ainda do projeto profissional que implementa (GUERRA, 2012, p. 65).

Essa perspectiva que compreende o/a assistente social como um/a profissional meramente tecnicista foi predominante em meio ao conjunto da categoria profissional por muito tempo e, ainda hoje, se faz presente no Serviço Social – sendo retomada com força surpreendente, especialmente, por meio dos processos de formação de assistentes sociais a distância, que privilegiam uma capacitação técnica em detrimento de uma formação generalista. Segundo Guerra (2002, p. 15),

não basta o Serviço Social atuar no nível operativo-instrumental e responder de forma mais ou menos adequada e competente à sua razão de ser. Esta é uma condição necessária à sobrevivência da profissão, mas não é suficiente. Reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social meio para o alcance de finalidades que possam ser estranhas ao projeto profissional hegemônico.

<sup>4</sup> Para uma leitura mais específica sobre o projeto ético-político, conferir Netto (1999).

Sabemos que as dimensões que compõem o exercício profissional do/a assistente social não se encerram no caráter técnico-operativo da profissão. Essas dimensões sempre estiveram presentes no trabalho desse/a profissional, desde o surgimento do Serviço Social. No entanto, muitas vezes, as dimensões teórico-metodológica e ético-política permaneceram subsumidas e encobertas pela dimensão técnico-operativa identificada como único elemento que compõe a intervenção profissional do/a assistente social.

Por conta desse equívoco e por ter a dimensão técnico-operativa como elemento central de nosso debate, faz-se necessário realizar uma apresentação mais detalhada desse componente. Esse será o objetivo do item que se segue.

## **A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA – A “SÍNTESE” DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

Conforme apresentado anteriormente, o/a assistente social, através da sua intervenção profissional, incide na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho, mediante os serviços sociais prestados. Ao contribuir com o processo de reprodução da força de trabalho, o/a assistente social colabora com a reprodução das contradições básicas que conformam a sociedade capitalista. A existência desse movimento contraditório é que abre para o/a profissional a possibilidade de se colocar a serviço de um projeto de classe pautado nos interesses dos trabalhadores.

A intenção de ruptura com o conservadorismo encontra-se consolidada no campo da reflexão e da produção teórica no Serviço Social, mas não rebate com a mesma qualidade e intensidade sobre os quadros formados que ocupam os espaços sócio-ocupacionais de intervenção profissional. Muitos ainda são os profissionais que, mesmo objetivando realizar um trabalho de qualidade nessa direção, não contam com uma qualificação teórica, técnica, ética e política suficiente para elaborar e operacionalizar ações que possam romper com a herança conservadora da profissão. Mesmo dentre os/as assistentes sociais formados/as por escolas de ponta, capazes de lhes fornecer um arcabouço formativo progressista, muitos/as continuam a reproduzir uma prática conservadora, “na medida em que ter clareza de objetivos articulados aos interesses e necessidades dos usuários e/ou ser mais crítico em relação à realidade social não assegura a qualidade da ação profissional na direção pretendida” (VASCONCELOS, 2002, p. 118-119).

Muitos/as assistentes sociais, imbuídos/as dos princípios defendidos pelo projeto ético-político da profissão, encontram dificuldades, e às vezes limites, na construção de uma intervenção efetivamente crítica, porque, almejando defender os interesses dos trabalhadores, tornam-se profissionais atuantes na contracorrente da ordem capitalista. Na direção contrária de sua atuação profissional recaem, dia a dia, “avalanches” de questões institucionais, conjunturais e estruturais que tendem a enfraquecer o seu desejo e o seu potencial de concretizar ações aliadas ao projeto societário da classe trabalhadora.

Muitos/as autores/as, dentro da literatura especializada, contribuíram com esse debate, publicando elaborações teóricas cujo amadurecimento se mostra capaz de desvendar elementos extremamente ricos para as reflexões sobre o exercício profissional do/a assistente social. Contudo, ainda existem nós que precisam ser discutidos com maior profundidade, pontos a serem provocados a fim de suscitar debates futuros e lacunas a serem preenchidas por meio do adensamento de algumas reflexões teóricas.

Afinal, mesmo com todo o avanço propiciado pelo Movimento de Reconceituação – vivenciado por países latino-americanos – e pelo Processo de Renovação – exclusivamente brasileiro – o debate em torno da dimensão técnico-operativa da prática profissional do/a assistente social não conseguiu alcançar o mesmo patamar do debate realizado sobre as outras duas dimensões.

Não vimos avançar nem na bibliografia nem nos fóruns de debate da e sobre a profissão uma discussão sobre a dimensão técnico-operativa, a qual aparece sempre como um apêndice das demais dimensões – o que, a meu ver, se constitui uma lacuna. Ou seja, apesar da grande preocupação em se evidenciar que as dimensões formam uma unidade na diversidade, o que faz com que para se pensar a dimensão técnico-operativa seja necessário pensá-la em conjunto com as demais dimensões, nunca se apresenta uma reflexão sobre a dimensão técnico-operativa propriamente dita (SANTOS, 2010, p. 04).

O debate sobre a dimensão técnico-operativa da intervenção profissional do/a assistente social, muitas vezes desprezado por causa de estigmas praticistas, acaba relegado a um segundo plano no processo de formação dos/as assistentes sociais. Segundo Santos (2006, p. 82), “a questão relativa ao ensino dos instrumentos e técnicas ainda se expressa muito mais pelo ‘receio’ de ser ‘tecnicista’ do que pela ousadia de criar alternativas/experiências explícitas e detalhadas para enfrentar o desafio de ensinar o ‘como fazer’ sem ser ‘tecnicista’”.

A concepção sobre a dimensão técnico-operativa deve se distanciar de uma abordagem manualesca, de se pensar exclusivamente em metodologias de ação, de manual de intervenção, de redução ao uso dos instrumentos e técnicas ou de respostas prontas. Ainda que esta seja uma forte tendência que se expressa no cotidiano profissional, reivindicado pelos próprios profissionais. Fundamental compreender que a construção do processo interventivo do Serviço Social, com clareza de intencionalidades, só pode ser analisada como um processo histórico e socioinstitucional constituído de saberes reflexivos e interventivos.

O “como fazer” diante das questões imediatas que são colocadas no contexto institucional, de forma pragmática e irrefletida, tende a atribuir a essa dimensão técnico-operativa o mero caráter do “fazer profissional” subsumido a ele mesmo. Se esta for uma constante, corre-se o risco de criar um “profissional que aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade” (IAMAMOTO, 2006, p. 07).

Nesse sentido, é importante compreender que a dimensão técnico-operativa está articulada às dimensões teórico-metodológica e ético-política, constituindo uma totalidade, ou seja, ainda que

cada uma delas possua uma particularidade, elas se encontram fundamentalmente articuladas, conectadas entre si.

Em síntese, a dimensão teórico-metodológica possibilita ao profissional uma determinada análise dos fenômenos sociais que constituem a dinâmica da vida social na sociedade capitalista, o que subsidia a análise do real. A dimensão ético-política se refere à capacidade de projeção de uma determinada ação, fundamentada em valores para alcançar finalidades; já a dimensão técnico-operativa envolve a operacionalização das ações que foram pensadas e planejadas, para o alcance de finalidades.

Nessa esteira, ratifica-se que

a dimensão técnico-operativa se constitui na ‘forma de aparecer da profissão’, no modo pelo qual a profissão é conhecida e reconhecida. Ela é o modo de ser da profissão, o modo como aparece no movimento das três dimensões. Tal característica permitiria reconhecê-la até mesmo como uma ‘síntese’ do exercício profissional, pois é composta também pelo conhecimento da categoria, pelas qualidades subjetivas dos agentes, pelas condições objetivas do trabalho, pelo projeto profissional, pela ética, pelos valores. Portanto, discutir a significa discutir o trabalho profissional como um todo, implica discutir o trabalho profissional como resultado de tal trabalho (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 17).

Logo, a dimensão técnico-operativa, da qual provém a imagem socialmente construída da profissão, se condensa num “conjunto de ações e procedimentos, [referenciados teoricamente] utilizados pelo profissional que tem por finalidade o alcance de determinados objetivos, sendo na realidade a forma de aparecer da profissão” (RAMOS, 2018, p. 21), o modo pelo qual é reconhecida socialmente. Sua natureza interventiva, ou seja, seu caráter instrumental, se expressa na sua razão de ser e “diz respeito, portanto, ao modo de concretizar-se da ação profissional, à forma como a intencionalidade e a abstração se apresentarão no real” (CARDOS E DOI, 2017, p. 49).

A dimensão técnico-operativa não é neutra, pois possui uma perspectiva ético-política e é subsidiada por um fundamento teórico (SANTOS, 2013). Assim, para responder às requisições socioprofissionais, a dimensão técnico-operativa é acionada. Considerando que a construção das respostas instrumentais, no nível do imediato, está ancorada em um projeto de sociedade, em determinado referencial teórico, valores e princípios éticos, estes conferem à intervenção uma direção estratégica (GUERRA, 2012).

Nesse sentido, também podemos compreender a dimensão técnico-operativa como um espaço que articule o projeto ético-político com a elaboração de respostas às demandas que se manifestam nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Essa dimensão resulta em construção de formas de intervenção na realidade, partindo do pressuposto de que nela residem competências instrumentais.

Assim, compreendemos que a dimensão técnico-operativa transita do campo teórico para assumir uma materialidade nos processos interventivos, ou seja, é o lócus privilegiado onde se constroem as ações profissionais. Com essa particularidade, torna-se o espaço do exercício, da

capacidade de o/a profissional articular os instrumentos, pensar os meios para a concretização de determinados objetivos subsidiados em determinados valores. Por isso, “é na articulação da dimensão técnico-operativa com as demais dimensões da intervenção profissional que é possível materializar em ações, a concepção teórico-metodológica, ético-política que orientam o profissional” (SANTOS, 2013, p. 27).

Considera-se, derivada dessa compreensão, que é na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o/a assistente social, articulando um conjunto de saberes, elabora um “fazer” que constrói uma determinada cultura, um *ethos* profissional que é legitimado social e culturalmente (GUERRA, 2012). Portanto, a dimensão técnico-operativa se refere ao conjunto de conhecimentos que se deve acumular para que se realize, de forma crítica e reflexiva, por exemplo, a análise da realidade social, como suas expressões aparecem no contexto institucional, quais os recursos que podem ser mobilizados, como se constituem as correlações de forças entre os demais profissionais, os tensionamentos entre demandas dos usuários, da instituição e dos profissionais.

A mobilização dessa dimensão, em sintonia com o projeto ético-político, requer um profissional com capacidade crítica e propositiva, para pensar e construir formas de intervenção nessa realidade distinta, conforme os espaços sócio-ocupacionais apresentam. Considerando a dinamicidade de tais espaços e as particularidades da política social que os direcionam, a operacionalização da dimensão técnico-operativa exige um profissional que tenha ações qualificadas. Estas devem estar direcionadas para o atendimento das demandas dos usuários, sem que elas se reduzam a questões cotidianas de resolatividade aparentemente imediata e que possibilitem a análise das contradições que são postas. Pensando criticamente a realidade é que se pode propor, mas não só, a operacionalização de estratégias de ações profissionais e, por isso, captar a dimensão técnico-operativa nas suas particularidades é um desafio constitutivo do próprio exercício profissional.

Retomando suas definições, a dimensão técnico-operativa se expressa num conjunto de elementos que efetivam o trabalho profissional, tendo como seus constitutivos: táticas definidas para orientar a ação profissional; conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnicos-operacionais, o que desenvolve a capacidade de dar respostas instrumentais, sem que se pautem no pragmatismo; requisições socioprofissionais e políticas que se institucionalizam, e que por isso subsidiam determinada competência e/ou atribuição profissional. Portanto, essa dimensão contém a execução de ação planejada tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real contribuindo para a construção de um *ethos* profissional articulado a um conjunto de saberes constituindo um “fazer” construído socialmente. Nesse sentido,

a dimensão técnico-operativa contém: a existência de objetivos; busca pela efetivação desses objetivos; existência de condições objetivas e subjetivas para a efetivação da finalidade. Requer conhecer os sujeitos da intervenção; as relações de poder, tanto horizontais como verticais; o perfil do usuário – a natureza das demandas; o modo de vida dos usuários; as estratégias de sobrevivência; a análise e aprimoramento das condições subjetivas; conhecimento das atribuições profissionais (SANTOS, 2013, p. 26-27).

Após as questões expostas sobre o significado da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, no próximo item, buscaremos debater sobre como ela vem sendo apreendida pela categoria profissional.

## ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA: REFLEXÕES SOBRE A COMPREENSÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS ACERCA DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA

A presente análise se debruça sobre parte dos dados obtidos a partir das entrevistas realizadas no ano de 2017, junto às<sup>5</sup> assistentes sociais vinculadas à Faculdade de Serviço Social/UFJF, através do curso de pós-graduação *lato sensu* oferecido por essa unidade, conforme explicitado na introdução deste artigo.

A realização da pesquisa *A formulação das estratégias político-profissionais e das táticas técnico-operacionais – reflexões sobre formação e trabalho profissional do assistente social* nos ofereceu um vasto conjunto de informações que foram sistematizadas, gerando inúmeras reflexões que emergiram no trato dos dados obtidos. Para este artigo, segundo já sinalizado, escolhemos construir nossas análises a partir da questão que estava voltada para o debate da dimensão técnico-operativa do trabalho profissional do/a assistente social.

Considerando o universo das 12 (doze) entrevistas transcritas, a pesquisa, de caráter qualitativo, tem significativa relevância na medida em que traz a realidade de profissionais que atuam em diferentes espaços sócio-ocupacionais – assistência social, judiciário, saúde etc. – do município de Juiz de Fora/MG e região, apontando questões pertinentes sobre a compreensão da dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

Aqui, cabe rememorar que, de acordo com Santos *et al* (2012), a dimensão técnico-operativa do Serviço Social pode ser reconhecida como uma “síntese” do exercício profissional do/a assistente social, uma vez que é ela quem nos revela diretamente o “modo de ser” da profissão. Por isso, debater a dimensão técnico-operativa não significa abordar, de forma fragmentada, apenas um aspecto da atuação profissional do/a assistente social, mas discutir o trabalho profissional como resultado de uma totalidade que engloba diversos elementos.

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um *ethos* profissional. É através da mesma que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas (GUERRA, 2012, p. 42).

<sup>5</sup> Com relação às assistentes sociais entrevistadas em nossa pesquisa, iremos nos referir a elas no feminino, uma vez que apenas mulheres se disponibilizaram a participar desse processo.

Nesse sentido, consideramos que a compreensão da dimensão técnico-operativa da ação profissional do/a assistente social é um movimento reflexivo que pode possibilitar uma intervenção que coaduna com os preceitos defendidos pelo projeto ético-político profissional hegemônico.

Diante dessa consideração, foi perguntado às assistentes sociais: qual o seu entendimento sobre a dimensão técnico-operativa?

Entre as entrevistadas, 02 (duas) profissionais apresentaram uma compreensão, em torno da dimensão técnico-operativa, que mais se aproxima das indicações oferecidas por Santos *et al* (2012), destacadas acima. Ainda assim, aparece, de forma muito tímida, a relação mais do que necessária com os referenciais teóricos que subsidiam a profissão, ou seja, parece haver, no discurso e na compreensão dessas profissionais, uma segmentação, de fato, entre as dimensões constitutivas da profissão, sobretudo quando se utiliza a palavra “aplicar”, o que pode reforçar um caráter pragmatista na atuação profissional. Isso nos remete à discussão tão cara à profissão: a relação entre teoria e prática, como unidade na diversidade e não como dicotômicas entre si.

*Então, a dimensão técnico-operativa, na verdade, ela tem a ver com o fazer profissional, mais propriamente dito né? Quais são as estratégias, quais são os instrumentos, enfim, quais são, é... acho que as estratégias que a gente utiliza mesmo para intervir na realidade. Então, ela... ela, seria onde se realiza o fazer profissional, é essa dimensão (Entrevistada 10).*

*Então, é uma das dimensões dos fundamentos do Serviço Social que trata da prática, do fazer profissional. Então, o técnico-operativo é operacionalização do Serviço Social onde você vai instrumentar e operacionalizar, onde você vai usar os seus instrumentos, vai aplicar a sua técnica e executar ali a operação de exercício da profissão (Entrevistada 12).*

Na resposta de apenas 01 (uma) profissional, conseguimos perceber a articulação da dimensão técnico-operativa com as demais dimensões – teórico-metodológica e ético-política. Embora a menção dessa última não seja tão explícita, consideramos que, ao relacionar a atuação profissional com a condução que se dá, a profissional refere-se ao direcionamento ético-político do seu trabalho profissional. Direcionamento esse que, também, se constrói a partir da sua vivência, dentro do seu espaço sócio-ocupacional. Essa referência é importante, considerando que o exercício profissional se materializa nas dinâmicas institucionais e que, portanto, também é passível de sofrer determinadas influências.

*É a gente colocar em prática a nossa atuação profissional propriamente dita a partir do nosso embasamento teórico, né? E, também, da condução que a gente faz de acordo com a nossa vivência (Entrevistada 04).*

Nas demais, 09 (nove respostas) encontramos alguns equívocos que gostaríamos de destacar e problematizar.

Em 02 (duas) respostas, as entrevistadas apresentaram a compreensão de “aplicação da teoria na prática”. A partir dessa compreensão se revela que as profissionais consideram a relação

teoria e prática de forma fragmentada, reforçando um caráter meramente instrumental na atuação do/a assistente social, como se houvesse um modelo a ser utilizado na prática.

*Por dimensão técnico-operativa eu entendo aplicar a teoria na operação do trabalho (Entrevistada 03).*

*Eu acho que é na parte de quando a gente trabalha a nossa parte técnica de assistente social, as nossas técnicas de formação, aplicar na visita domiciliar, eu vejo por esse lado, aplicar na entrevista social, né? (Entrevistada 05).*

Com isso, a tendência é o reforço de uma concepção restrita sobre as próprias dimensões constitutivas da profissão e do caráter mecanicista na utilização dos instrumentos e técnicas. Aqui se acentua o caráter empírico da profissão, sem que sejam demonstradas as possibilidades de analisar as mediações que aí estão postas. A tendência, partindo dessa concepção, é tomar a prática profissional por si só, esvaziada de conteúdos teóricos, éticos e políticos. E mesmo que a esfera da prática seja mais dinâmica e que se constitua como o lugar da efetividade das ações, ela não se explica por si só. Carece do movimento de aproximação e apropriação dos processos sociais, consubstanciados na teoria, que se remete a um conhecimento aproximativo da dinâmica social.

Em 01 (uma) resposta, a entrevistada apresenta a compreensão da dimensão técnico-operativa vinculada à política social, ao que essa política determina para o/a assistente social, embora não fique claro se a profissional está fazendo uma defesa ou uma crítica a essa questão.

*Dimensão técnico-operativa é onde a gente executa tudo que a gente aprendeu, assim, a gente executa o que uma política... eu vejo muito assistente social ligado à política e a gente trabalha diretamente nela... eu entendi como nosso dia a dia, como a prática. Seria isso mesmo? É isso que eu entendo (Entrevistada 11).*

Esta se apresenta como uma questão recorrente nos espaços sócio-ocupacionais, nos quais há a forte tendência de as assistentes sociais confundirem os objetivos institucionais com os profissionais. Os conceitos e concepções presentes nas políticas sociais, referenciados por determinada perspectiva teórica, acabam por conferir a direção do trabalho profissional. Contudo, não há a clareza de que os elementos constitutivos do projeto ético-político não são os mesmos que configuram tais políticas. Se o/a assistente social não conseguir construir essa análise, sua ação profissional ficará limitada aos objetivos institucionais, com um caráter mecanicista (semelhante ao reproduzir sem refletir) o que pode vir a reforçar, práticas de controle, de seletividade e de amenização de conflitos, permeadas pelo conservadorismo, como lógica inerente a esses espaços.

No entanto, o que mais nos chamou a atenção é que, em metade das respostas – 06 (seis) ao todo –, as profissionais identificam a dimensão técnico-operativa apenas com instrumentos e/ou técnicas.

*A capacidade técnica, né? É... profissional, né? Para poder atuar, intervir como assistente social e as condições operativas/operacionais que eu tenho ali no âmbito do trabalho (Entrevistada 01).*

*É... a dimensão técnico-operativa eu vou colocar como o aparato técnico que nós temos, de instrumentos para serem usados no dia a dia no nosso trabalho (Entrevistada 02).*

*Técnico-operativa? São os instrumentos, né? Para a gente estar podendo exercer a profissão. São os instrumentos que a gente tem para poder trabalhar. É a entrevista, é a visita domiciliar, é os formulários que a gente faz para poder entender melhor essa realidade. É os atendimentos que a gente faz aqui, entendeu? Eu vejo assim, esses instrumentos (Entrevistada 06).*

*Dimensão técnico-operativa, na minha prática profissional, seria as metodologias do dia a dia de trabalho. Seria uma entrevista, uma visita domiciliar, os instrumentos de estudo, como relatório, parecer social, estudo social (Entrevistada 07).*

*Os instrumentos também fazem parte, igual o estudo social que a gente faz, os laudos né? Eu enxergo isso tudo como parte da técnico-operativa, mas não só isso. Eu acho que o lugar que a gente tá inserida, a instituição, também é aquele que vai dar... como é que fala? Vai dar a direção da forma que a gente vai trabalhar. Eu enxergo isso como dimensão técnico-operativa também (Entrevistada 08).*

*Então, eu acho que é operar de maneira técnica. A prática, ela tem que estar ligada às questões técnicas da profissão. Eu não posso chegar e ir fazendo tudo no achismo, acho que a questão técnica tem que estar presente o tempo todo. Atuar tecnicamente, atuar pensando no Serviço Social de maneira técnica, de maneira operacional de que forma aquilo vai contribuir para a vida do usuário, mas pensando isso tecnicamente (Entrevistada 09).*

Aqui, reforça-se a compreensão abstraída de todo o conteúdo da dimensão técnico-operativa, sem que ela esteja articulada com as demais. Demonstra um isolamento das articulações que essa dimensão apresenta como o pensar criticamente a realidade social, a construção de estratégias e táticas de intervenção, o compromisso com determinado projeto societário e com os próprios usuários.

Assim, resvala-se no entendimento de que a profissão apresenta uma dimensão da “técnica” vinculada exclusivamente ao “fazer profissional”, sem que isso reverbere num movimento de pensar criticamente a realidade social. O processo de intervir na realidade nos demanda igualmente um processo de pensar criticamente essa mesma realidade, ou seja, é necessário, para a utilização dessas “técnicas”, referenciais teóricos que as subsidiem. Parece que essa articulação é ausente na compreensão das profissionais. Mantendo-se tal perspectiva, a tendência que se apresenta é o retorno da imagem de que o assistente social é um “técnico adestrado”. Com relação ao uso da metodologia, o mesmo raciocínio segue: toda e qualquer metodologia tem uma base teórica que a direciona, que a constitui. Não há como problematizar os instrumentos aqui indicados, como a visita domiciliar, os laudos e pareceres, sem que se questionem suas finalidades, seus objetivos, quais os motivos pelos quais uns estão sendo acionados em detrimento de outros, entre outras questões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das questões desenvolvidas neste artigo, abordaremos aqui, em linhas mais gerais, algumas tendências que se apresentam após a análise do material<sup>6</sup>.

Pode ser ainda recorrente na profissão – como foi no conjunto de profissionais aqui examinado – a concepção da dimensão técnico-operativa subsumida à questão dos instrumentos e técnicas. Para além dos empenhos que vêm sendo empreendidos aos estudos e pesquisas sobre essa temática, com todo esforço que vem sendo construído para reflexões críticas acerca da dimensão técnico-operativa, ela ainda é percebida, muitas vezes, somente na sua aparência.

As interpretações presentes, na maioria das falas das profissionais, reforçam estigmas praticistas na percepção da dimensão técnico-operativa. E nós nos perguntamos: até que ponto essas formas de compreensão sobre a dimensão técnico-operativa podem interferir na imagem social da profissão, ratificando o assistente social como sendo um mero “operacionalizador de tarefas”, diferentemente do que direciona nosso projeto profissional?

Nesse grupo de respostas, não identificamos a discussão sobre a dimensão ético-política na sua articulação com a dimensão técnico-operativa. Desse modo, apresenta-se um reducionismo na forma de compreensão dessa relação, pois, ao se referirem à dimensão técnico-operativa, parece haver um peninsulamento sobre seus conteúdos, referindo-se somente à parte mais “operacional” da profissão.

O projeto ético-político, nas suas fundamentações, por exemplo, não aparece em nenhuma fala para ser relacionado com essa dimensão. Com tais questões, também se identifica uma lacuna no entendimento sobre a relação teoria e prática, na medida em que elementos sobre referenciais teóricos aparecem de forma muito incipiente no material analisado. Se não se compreende essa relação, a tendência é reforçar o estereótipo de que, na prática, a teoria é outra e, em seu desdobramento, não identificar a relação entre as dimensões constitutivas da profissão.

Diante dessas tendências que se apresentaram em nossa pesquisa, a questão que se coloca é: se, atualmente, temos um conjunto de produções sobre essa questão, tendo avançado e qualificado teoricamente o debate sobre essa dimensão, por que isso não se reflete no entendimento das assistentes sociais entrevistadas? Essa ponderação nos remete à seguinte reflexão: até que ponto essa bibliografia, esse conjunto de reflexões críticas, que vem sendo publicizado, está ao alcance dos profissionais? De que maneira e em que medida os/as assistentes sociais estão ou não tendo acesso ao que é produzido e publicado no campo do Serviço Social? Essas questões, por sua vez, nos trazem outras indagações, como: em que medida e de que maneira esse debate precisa ser intensificado? Como estamos pensando, construindo e realizando ações de educação continuada, no âmbito de nossa profissão?

<sup>6</sup> Não existe aqui a pretensão de construir tendências ou generalizações para o campo do Serviço Social. A pesquisa que nos ofereceu os dados que foram apresentados e brevemente analisados trabalhou com um pequeno número de profissionais, inseridos em realidades e condições específicas. Portanto, nossa intenção, neste momento, é somente, a partir dos elementos apresentados pelas assistentes sociais, tecer provocações que nos façam pensar sobre as formas como pode estar sendo compreendida a dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

O processo de ensino-aprendizagem – que não deve, de forma nenhuma, ficar restrito ao período da graduação – exige o interesse e a disponibilidade do sujeito que se coloca enquanto educando. E qual vem sendo a disponibilidade subjetiva dos/as assistentes sociais, mobilizada na tarefa do exercício da leitura, do acompanhamento dos debates e na atualização profissional?

Se compreendemos o Serviço Social enquanto uma profissão eminentemente interventiva e temos acordo em afirmar que a realidade social – na qual se dá a intervenção profissional do assistente social – é dinâmica e sofre constantes alterações, concluímos que precisamos de permanente atualização. Com isso, defendemos que, independente do nosso espaço sócio-ocupacional ou da área de atuação, precisamos buscar e investir no nosso aprimoramento profissional. Sem esse compromisso, corremos o risco de contribuir para a descaracterização e desvalorização cada vez maior do Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

CARDOS, P. F. G.; DOI, D. A. S. Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa na formação em Serviço Social. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017, p. 41-60.

COELHO, M. *Imediatividade na prática profissional do assistente social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, nº 62, ano XX. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERRA, Y. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. *Revista Libertas*. Juiz de Fora, v.2, n. 2, p. 9-21, 2002.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 15ªed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo; Brasília: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. *Capacitação em Serviço Social e política social*. Módulo 1 – Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999, p. 91-110.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 6ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, J. P. O movimento de reconceitualização – 40 anos depois. *In: Serviço Social e Sociedade*, n. 84, ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, A. Dimensão técnico-operativa do Serviço Social: notas introdutórias sobre os instrumentos e técnicas e o projeto ético-político. *In: SANTOS, F.; RAMOS, A. (Org.). A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos*. Campinas: Papel Social, 2018.

SANTOS, C. M.; SOUZA FILHO, R.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. *In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

SANTOS, C. M. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. *In: Revista Libertas*. Juiz de Fora, v.2, n. 2, p. 23-42, 2002.

SANTOS, C. M. *Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, C. M. *Na prática a teoria é outra? mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, C. M. A dimensão técnico operativa no Serviço Social. *Conexão Geraes*, Belo Horizonte, CRESS 6ª região - Minas Gerais, p. 1-48, 2013.

VASCONCELOS, A. M. de. *A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Cortez, 2002.

# SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA GESTÃO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

CELIA MARIA GRANDINI ALBIERO

MARCELLA MACIEL UCHÔA

## INTRODUÇÃO

O presente estudo, que objetiva desvelar e analisar o Serviço Social no processo de operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), busca, de forma específica: (a) verificar se os serviços socioassistenciais estão sendo executados conforme o SUAS; (b) analisar como ocorre o acesso dos usuários aos serviços socioassistenciais; (c) identificar como o profissional de Serviço Social atua na política de assistência social e (d) conhecer a prática profissional do Assistente Social. Para tal, abordaremos as configurações históricas do sistema de proteção social no Brasil e o reconhecimento da política de assistência social enquanto política social. Em seguida, será analisado o sistema de proteção ofertado por essa política, bem como a realização do trabalho dos profissionais de Serviço Social nas unidades socioassistenciais e o funcionamento da rede de proteção social.

A aproximação teórica ao objeto de estudo está norteada pela apreensão da política de assistência social, a partir de uma perspectiva de política pública e de direito social, tendo em vista que, historicamente, tal política, originada por agentes públicos e privados, foi, ao mesmo tempo, entendida como campo de trocas de favores, de tutelamento dos mais pobres, além da omissão do Estado na insuficiência da estruturação dos serviços públicos e o acesso aos direitos. Com a Constituição Federal (CF) de 1988, a política de assistência social avançou enquanto política pública, em um contexto de assistência como direito do cidadão e obrigação do Estado, tendo sido regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) no ano de 1993. Também com a aprovação da CF, o profissional de Serviço Social passa a se expandir na esfera pública e ser reconhecido como um profissional atuando nas políticas sociais, como mediador para que a

população possa ter o acesso aos direitos sociais. Além disso, em 2004, houve a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a implantação do SUAS orientando e direcionando a gestão e a prestação de serviços para a população e, no ano de 2005, a instituição da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), criando um novo formato para a política.

Dessa forma, o assistente social, ao atuar no seu espaço sócio-ocupacional, deve romper com a proposta de construção hegemônica ao neoliberalismo e atuar junto aos princípios ético-profissionais que norteiam a profissão, buscando apreender o movimento da realidade social. A política de assistência social, que vem assumindo um novo patamar, consolidando mudanças por meio de suas regulamentações e trazendo a proteção social não-contributiva para os segmentos mais empobrecidos da sociedade, vem sendo estruturada e ofertada por dois níveis de proteção através das unidades socioassistenciais: a proteção social básica, executada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e a proteção social especial, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Para estruturação deste estudo, foram organizadas três partes, sendo a primeira intitulada *A política de assistência social no contexto brasileiro: seus marcos legais/normativos*; em seguida, *O Serviço Social na política de assistência social: o projeto ético-político do Serviço Social e os desafios presentes no contexto atual* e, por último, *A operacionalização dos serviços socioassistenciais: uma análise da realidade na gestão e algumas reflexões sobre a intervenção profissional do assistente social*.

Como metodologia da investigação, utilizamos a pesquisa bibliográfica, a partir de livros, artigos, legislações que exploram a temática. Tal estudo faz-se relevante para contribuir com os gestores na implantação e efetivação do SUAS através da gestão, assim como para o reconhecimento da assistência social como política pública e para a melhoria de vida de quem dela necessitar.

## **A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: SEUS MARCOS LEGAIS/NORMATIVOS**

O percurso histórico da política de assistência social no Brasil foi uma conquista realizada por meio de grandes lutas pela sociedade, tornando-se direito da população após a Constituição de 1988. A assistência social, por décadas, era entendida como proteção aos sujeitos carentes, ou seja, àquelas pessoas que não conseguiam de alguma forma se inserir no mercado de trabalho ou não tinham condições para se manter por conta própria. Dessa forma, havia intervenções do Estado, por meio de ações pontuais, através de medidas assistencialistas, caritativas e filantrópicas enraizadas na cultura política do Brasil. Assim, a assistência social,

apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 55).

Nesse contexto, torna-se relevante proceder a uma breve regressão histórica para situar a origem das políticas sociais. Marx e Engels (1975) *apud* Pereira (2008) destacam que a Revolução Industrial foi apenas um antecedente da luta de classes e gestora de novas condições de opressão, estabelecendo o verdadeiro começo da era burguesa. Ainda assim,

[...] no bojo da chamada Revolução Industrial, um processo irresistível, tanto na sua progressão quanto na sua tendência desigual de apropriação de riqueza acumulada pelas classes em ascensão. Para muitos, foi nesse período – quando a burguesia se afirmou como classe dominante e o proletariado tomou consciência de sua própria classe – que surgiu a chamada *questão social*, perante a qual o Estado teve que fazer mediação legal e política (PEREIRA, 2008, p. 32, grifos do autor).

Com o aumento da produtividade dos capitalistas na busca contínua de lucro, obtém-se a concorrência entre si e, conseqüentemente, cresce a produção, requerendo dos trabalhadores para produzirem mais em um curto prazo de tempo. Com isso, causa-se a competitividade entre os trabalhadores assalariados, gera-se uma grande massa de proletariado, fruto dos meios de produção e do crescimento da produtividade do trabalho social, reduzindo a força de trabalho. Dessa forma, os empresários passam a explorar o trabalhador, expandindo a jornada e acumulando o trabalho, crescendo o desemprego e a precarização das relações de trabalho.

A expressão questão social começou a ser empregada maciçamente a partir da separação positivista entre o econômico e o social. É o período que marca o surgimento da análise do social com pretensões científicas, com a emergência da Sociologia, da Psicologia e de outras Ciências Sociais. Dessa forma, o social poderia ser visto como fato social e como um objeto científico diferenciável, que tinha como projeto político subjacente estabelecer uma nova ordem social para a emergente sociedade burguesa (MONTAÑO, 2012 *apud* AZEVEDO, 2016, p. 383).

Historicamente, a classe operária lutou pelos seus direitos trabalhistas, rompendo com o domínio das relações capital e trabalho, exigindo do Estado a legalização de direitos dos sujeitos sociais. Nessa perspectiva, por meios das conquistas populares em respostas aos conflitos sociais, originaram-se as políticas sociais.

Com o acirramento da concorrência entre a classe trabalhadora – oferta e procura – iniciou-se a redução de demanda da força de trabalho, gerando os trabalhos precarizados, temporários, informais, baixos salários e, ainda, intensificando a jornada dos trabalhadores, configurando na exploração da força de trabalho e formando uma grande massa de desempregados, originando as múltiplas expressões e manifestações da desigualdade social, produzida pelo sistema capitalista, tendo “[...] de um lado a superexploração do trabalho [...]”; “[...] de outro, uma passivização das lutas sociais que historicamente foram mantidas sob controle do Estado e das classes dominantes” (SANTOS, 2012, p. 437).

Iamamoto (2010) destaca a focalização das políticas e programas sociais de caráter massivo e de baixo custo nos segmentos mais pobres e vulneráveis: indivíduos, famílias e comunidades. O

propósito esperado dessas iniciativas é a diminuição do risco, tendo por meta prioritária a inserção dos segmentos pobres no mercado e menos as reais necessidades sociais que lhes são de direito. Dessa forma, foi iniciado um projeto reformador implementado pelo Estado, com o surgimento de instituições assistenciais e previdenciárias, sendo uma de suas principais funções conceder benefícios assistenciais aos trabalhadores.

O surgimento das instituições assistenciais se deu na década de 1940, na mesma época em que se institucionalizou o Serviço Social, período em que a profissão pôde romper com a igreja católica e se organizar para os profissionais se tornarem assalariados. Todavia, para atender às demandas, os assistentes sociais da época necessitavam de um arcabouço teórico e técnico, visto que esses profissionais, que atuavam através da igreja católica, agora seriam contratados por instituições. Assim, o novo modo do sistema capitalista “determinou” que os assistentes sociais adotassem novas estratégias para a sua atuação profissional, vez que sua atuação não seria mais uma ação voluntária, ligada à benemerência, de prestação de serviços na forma de amparo aos pobres. Desse modo, de forma contraditória,

[...] a política de assistência social foi se materializando, tanto juridicamente quanto como um sistema único. Essa trajetória incorporou um processo que evidencia os ganhos possíveis no campo da política social na sociedade capitalista, bem como aponta as determinações históricas que asseguram a contenção da população à ótica das determinações do processo de acumulação capitalista (COUTO, 2015, p. 666).

Assim, enfatiza-se que a sociedade, no modo de produção capitalista, não pode parar com as lutas, para que os pensamentos conservadores não afetassem o que já fora conquistado pelos trabalhadores no campo da proteção social. Nesse sentido,

[...] as políticas sociais fundam-se pelo agravamento das expressões da questão social, na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, período cronologicamente situado na passagem do século XIX para o século XX, como também, pela nova configuração dos movimentos sociais que se mostram mais fortes e organizados politicamente (ALVES, 2009, p. 26).

Portanto, constatamos que é justamente na intenção das políticas sociais que se concretizam os direitos sociais, promovendo mudanças na realidade da população, atendendo às suas necessidades sociais, garantindo a proteção às necessidades básicas humanas. Nesse sentido, as políticas sociais vieram para atender às necessidades sociais, como elementos estratégicos para a redução das desigualdades causadas pela globalização do mercado. Entretanto, precisa-se de investimentos nessas políticas, para que contribuam de forma significativa nas condições de vida desses sujeitos, garantindo o atendimento de suas necessidades básicas.

Nos anos de 1988, em conformidade com a Constituição Federal, foi instituída a seguridade social – assistência social, saúde e previdência social – políticas sociais que foram criadas com a finalidade de ampliação dos direitos sociais para a sociedade brasileira. Dessa maneira, com o

conjunto de direitos universais assegurados pela CF/1988, percebe-se que a intervenção estatal no Brasil foi lenta pelas intensas disputas entre as classes dominantes, refletindo uma alteração na proteção social cuja formulação tardia gerou impactos na sua efetivação, tendo em vista o contexto da crise econômica. Isso porque, na década de 1990,

o Governo Brasileiro passou a adotar, tardiamente, o chamado projeto de desenvolvimento econômico, sob a orientação da ideologia neoliberal, na busca de inserção do Brasil na chamada competitividade da economia globalizada. [...] A opção pelo ajuste econômico no Brasil, como em outros países, sobretudo nos denominados emergentes, teve como consequência a estagnação do crescimento econômico e a precarização e instabilidade do trabalho, o desemprego e o rebaixamento do valor da renda do trabalho, com consequente ampliação e aprofundamento da pobreza, que se estende, inclusive, para os setores médios da sociedade (GIOVANNI; SILVA e SILVA; YAZBEK, 2004, p. 23).

Os autores descrevem que há presença da “questão social”, enquanto produto da luta política, representada pelas transformações do mundo do trabalho, as mudanças que vêm ocorrendo nas relações de trabalho na sociedade contemporânea, dentre eles, o aumento do desemprego, a precarização do trabalho, os contratos terceirizados ou temporários e o perfil do trabalhador exigido pelo mercado capitalista. A assistência social, além de fazer parte da seguridade social, passou a ser direito social, através de política pública. Compreender a assistência social como política social é condição essencial para entender os seus elementos, dentre os quais destacamos a organização dos benefícios, os serviços e programas socioassistenciais e os projetos de enfrentamento à pobreza, que são voltados para o atendimento da necessidade da população usuária dessa política, que tanto precisa de um sistema de proteção social que seja executado e efetivado de maneira que o público assistido seja atendido de forma eficaz conforme as legislações.

Assim, em 1993, com influência do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), faculdades de Serviço Social, lideranças profissionais e gestores públicos de assistência social, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), originando-se um novo campo: o da seguridade social, campo dos direitos, da responsabilidade estatal, iniciando-se um processo com o objetivo de torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem. Sob esse aspecto, representa um marco na história da assistência e da justiça social, pois os assistidos aparecem como cidadãos, titulares de direitos e sujeitos do processo jurídico-político. Por meio da LOAS, a assistência tornou-se uma instituição constitucional, integrante da estrutura política do Estado. A população em risco ou com vulnerabilidade social deixou de ser assistida ou favorecida para se tornar usuária e beneficiária. Uma instituição, cujo serviço propicia a universalização dos direitos sociais, ao contrário do clientelismo, que apenas conservava os privilégios e reproduzia os processos sociais de risco e vulnerabilidade social. Isso porque “o direito à assistência social é dever do Estado, e não compensação do mercado. A LOAS não tem nenhum vínculo com a assistência social conservadora e sim uma ligação com a proteção social, segurança social e seguridade social” (SPOSATI, 2008, p.13).

Diante do exposto, iremos destacar a seguir o processo de implantação do SUAS e os níveis de proteção social básica e especial, evidenciando avanços e desafios. Assim, com a Resolução nº. 145, de 15 de outubro de 2004, publicada no Diário Oficial da União, de 28/10/2004, e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), considerando a apresentação de proposta da PNAS pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e após várias realizações de reuniões descentralizadas e ampliadas do Conselho para discussão e construção coletiva do texto final da PNAS, a proposta foi aprovada (PNAS, 2005). De acordo com Couto, Raichelis e Yazbek (2010, p. 38), a PNAS/2004

[...] vai explicitar e tornar claras as diretrizes para a efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências dos níveis de governo na provisão de atenções socioassistenciais, em consonância com o preconizado na Loas e nas Normas Operacionais (NOBs) editadas a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestores Tripartite e Bipartites – CIT e CIBs).

Diante da PNAS, foi instituída a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um modelo de gestão pública, descentralizado, participativo e não-contributivo que regula as responsabilidades de cada esfera de governo e da sociedade civil. Assim, foi com a implantação do SUAS que se implicou o funcionamento de um sistema nacional de informações, nos órgãos gestores, envolvendo os três níveis federativos, com vistas à promoção de ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos; a utilização de indicadores, para a construção do sistema de avaliação de impacto e resultados da PNAS, e a implementação do sistema de acompanhamento da rede assistencial. Além disso, o SUAS, aprovado em 2005 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da Norma Operacional Básica (NOB) nº 130, de 15 de julho de 2005,

está voltado à articulação em todo território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações da assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (COUTO; RAICHELIS; YAZBEK, 2010, p. 38).

São muitas as mudanças trazidas pela PNAS, entre as quais se destacam: a organização da política por eixos de proteção, a instituição das diretrizes do Sistema Único de Assistência Social e as bases do financiamento partilhado. De acordo com a PNAS (2005), a assistência social, enquanto política de proteção, deve garantir três tipos de segurança: de sobrevivência, de acolhida e de convívio ou vivência familiar. Com os tipos de seguranças e objetivos da PNAS apresentados, percebe-se haver um ganho para a política de assistência social:

A respeito ao desenvolvimento de estratégias de articulação e gestão que viabilizem abordagens intersetoriais, certamente o caminho necessário para enfrentar situações geradas por condições multicausais. A intersectorialidade deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas (COUTO; RAICHELIS; YAZBEK, 2010, p. 39).

Assim, diante da capacidade de desenvolvimento de práticas distintas, a possibilidade de dinamizar a população e as organizações da sociedade para uma efetiva distribuição e gestão dos bens e serviços sociais, no âmbito das políticas públicas, se apresenta como agenda prioritária para o processo de elaboração de medidas socioassistenciais contra a pobreza e a desigualdade sociocultural, medida inadiável para o desenho dos serviços socioassistenciais no âmbito do SUAS, sendo instituídas duas modalidades de proteção social, a básica e a especial, esta última subdividida em média e alta complexidade. A proteção social básica incide sobre os membros das famílias cujos direitos não foram violados, embora estejam em situação de risco (vulnerabilidade social)<sup>1</sup>, tendo caráter preventivo. Assim, é por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que são realizados os serviços, seja com as famílias, pessoas idosas e jovens, implementando ações diferenciadas, de forma a garantir a participação da comunidade e a convivência familiar. Já a proteção social especial se divide em duas modalidades: a de média complexidade – quando os referidos direitos já foram violados, mas os vínculos familiares ainda permanecem mantidos; e a de alta complexidade – quando, além da violação dos direitos, os referidos vínculos foram rompidos, exigindo a retirada do assistido da vida familiar, passando a ser assistido pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Dessa forma, a PNAS destaca que os serviços de proteção social básica e especial, voltados para a atenção às famílias, deverão ser prestados, preferencialmente, em unidades próprias dos municípios, por meio do CRAS e CREAS. Os serviços, programas, projetos de atenção às famílias e indivíduos poderão ser executados em parceria com as entidades não-governamentais de assistência social, integrando a rede socioassistencial. Cabe salientar, ainda, as mudanças que a PNAS apresenta em relação ao financiamento e à gestão da informação.

Nesse contexto, embora os serviços socioassistenciais fiquem evidentes e expressem a rede de proteção social, efetivamente, ainda falta muito para que ela se torne uma política pública no campo da proteção social. Isso porque, conquanto haja os parâmetros institucionalizados pelo SUAS, ainda se convive com a cultura clientelista. Dessa forma, sendo perspectivas contrárias, isso se torna um dos desafios a ser enfrentado pelos sujeitos sociais, considerando existir a esfera política cultural que transpassa o conjunto das relações sociais.

Percebe-se ainda enraizada, em muitos municípios brasileiros, a questão do assistencialismo na política de assistência social. Prova disso é a permanência das primeiras-damas assumindo o quadro de gestoras das Secretarias Municipais de Assistência Social. Ademais, podemos citar,

<sup>1</sup> Nos estudos da área da assistência social, ficou evidente que a pobreza não explica a vulnerabilidade, mas é o fenômeno que ocasionou o seu apuramento conceitual, mesmo que tal tarefa não tenha resultado em concepções mais nítidas. (CARMO; GUIZARDE, 2018, p. 10). Ver mais informações junto às autoras citadas.

também, os profissionais que atuam na área da política de assistência social, que, em sua maioria, possuem vínculos trabalhistas precários, instáveis, com baixos salários, contratação temporária, rotatividade de profissionais, quadro reduzido de funcionários ocasionando a sobrecarga de trabalho, o que acarreta relações de trabalho precarizadas.

Além disso, há a questão da dotação orçamentária da política de assistência, cujo orçamento, nos últimos anos, tem sido ameaçado com cortes, tornando-se insuficiente para manutenção e execução dos serviços socioassistenciais, enfraquecendo, assim, o nosso SUAS e indo contra todos os direitos sociais.

De tal modo, é preciso refletir sobre a assistência social como política pública não contributiva e seu papel no âmbito da seguridade social. Por fim, é necessária a construção de uma sociedade em que os interesses das classes subalternas sejam realmente concretizados, efetivados e que, mesmo com a crise econômica e política, haja políticas com estratégias para contribuir com a redução das desigualdades sociais no País.

De acordo com a PNAS/2004, os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional. Diante do exposto, percebemos que o SUAS é um dos grandes avanços para a política de assistência social, trazendo o dever para o Estado na garantia de serviços estatais com a implementação dos serviços socioassistenciais, buscando superar o assistencialismo, de forma descentralizada e participativa, na defesa dos direitos sociais para quem dela necessitar.

Diante do contexto, passamos à discussão sobre intersetorialidade, apresentando alguns apontamentos. Nascimento (2010, p. 96) explana que a

incorporação da intersetorialidade nas políticas públicas trouxe a articulação de saberes técnicos, já que os especialistas em determinada área passaram a integrar agendas coletivas e compartilhar objetivos comuns. [...] a intersetorialidade pode trazer ganhos para a população [...] superação da fragmentação e à articulação das políticas públicas.

A intersetorialidade na gestão pública constitui uma escolha racional no processo de gestão, cuja aplicação pode ser positiva ou não. É necessário que a gestão pública perceba que os trabalhadores nas instituições precisam dialogar entre si e trabalhar em conjunto com um objetivo comum, propiciando um melhor desempenho na oferta dos serviços públicos. Para Araujo (2017, p. 97), o movimento da intersetorialidade “[...] não significa juntar setores como um amontoado de retalhos ou articular de forma aleatória como mero protocolo de atendimento, é necessário em primeiro lugar superar a lógica dos setores que permeiam as políticas sociais”.

Dessa forma, para entender a lógica de setores nas políticas sociais, Araujo (2017) argumenta que é necessário, também, apreender as influências no campo do conhecimento que buscam legitimá-las. De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 194, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

## O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PRESENTES NO CONTEXTO ATUAL

Neste tópico iremos realizar uma reflexão sobre a trajetória histórica do Serviço Social, as relações com a sociedade capitalista, mencionando sua origem e o seu desenvolvimento como prática institucionalizada e buscando compreender o real significado da profissão na sociedade capitalista e sua participação no processo de reprodução das relações sociais. Assim, será apresentada a prática profissional do assistente social, analisando o trabalho profissional e suas particularidades, a relação histórica com a política de assistência social, o projeto ético-político do Serviço Social e os seus desafios presentes na atualidade contemporânea e as dimensões técnico-operativas do Serviço Social.

Yazbek (2009, p. 4-5) aponta que analisar o Serviço Social permite

apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes. Ou seja, compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama. Permite também apreender as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do assistente social.

Percebemos que o Serviço Social, no contexto do modo de produção capitalista, precisa dar respostas à sociedade no âmbito das relações de poder, buscando estratégias profissionais para atender sempre aos interesses da classe trabalhadora. É necessário que o profissional, em seu exercício, atue sempre pautado em um projeto profissional, na defesa e implementação de direitos da população usuária. Assim, os assistentes sociais têm o grande desafio de intervir nas diversas expressões e manifestações da questão social, interferindo em situações que afetam as condições de sobrevivência da população usuária menos favorecida da sociedade, viabilizando o acesso desses sujeitos às políticas sociais, conseguindo que acessem o que é de direito, para que tenham condições dignas de sobrevivência.

O Serviço Social brasileiro surge atrelado ao ideário e à doutrina social da Igreja Católica, de modo voluntário, caritativo e filantrópico, realizado principalmente pelas damas de caridade, na assistência aos pobres e desamparados, de caráter positivista-funcionalista, como uma forma de recuperar seu poder através da institucionalização da profissão do assistente social. Além, disso, Piana (2009) mostra que o surgimento do Serviço Social está intrinsecamente relacionado com as transformações sociais, econômicas e políticas do Brasil nas décadas de 1930 e 1940, com o projeto de recristianização da Igreja Católica e a ação de grupos, classes e instituições que integraram essas transformações.

Dessa forma, o Serviço Social é marcado, nessa época, por uma sociedade capitalista industrial e urbana. Em 1936, é fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, que tinha por finalidade oferecer uma formação social através do conhecimento das questões e dos problemas sociais, preparando seus profissionais para atuarem nos vários campos da ação social, nas obras de

assistência, nos serviços de proteção à infância, nas organizações operárias e familiares (MARTINELLI, 2008). No ano de 1937, foi fundada a segunda Escola de Serviço Social na PUC do Rio de Janeiro e, em 1940, a terceira no Recife.

No contexto da ditadura militar (1964-1985), o Serviço Social é caracterizado em suas perspectivas e possibilidades de avanços críticos. Silva e Silva (2007) destaca que é nesse momento que se articula e se gesta, na América Latina, o movimento de reconceituação do Serviço Social, permitindo direcionar as insatisfações acumuladas pelos profissionais que se conscientizam, progressivamente, de suas limitações, tanto teórico-instrumentais como político-ideológicas. A partir de 1978, a sociedade civil brasileira reforça o processo de rearticulação política, relacionando-se com o movimento grevista sindical, especialmente as greves do ABC paulista, que trouxeram uma grande influência ao posicionamento da categoria dos profissionais de Serviço Social. O ano de 1979 ficou conhecido como o “ano da virada”, por conta de um congresso, então chamado o “Congresso da Virada”, que completou seus 40 anos em 2019.

A criação de entidades nacionais da categoria e de outras atreladas à classe trabalhadora ocasionou um avanço na organização da categoria. Dessa forma, começaram a se articular, possibilitando a construção do projeto ético-político da profissão. Netto (2006, p.11) ressalta que

a luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social.

Portanto, mediante lutas e resistências, juntamente com um projeto profissional dinâmico, iniciou-se uma luta contra o conservadorismo, para que a profissão não ficasse a serviço da reprodução do capital. Netto (2009, p. 147-148 *apud* BOSCHETTI 2015, p. 640-641)

Reitera que a profissão se gestou sob uma perspectiva conservadora com dois traços essenciais, entre outros. O primeiro se gestou como profissão da prática na divisão sociotécnica do trabalho, como resposta conservadora às expressões da questão social, destinada a prestar bens e serviços para assegurar a integração da classe trabalhadora na economia mercantil e para administrar uma política de manutenção da ordem do capital. Segundo, surgiu como profissão subalterna às Ciências Sociais, como profissão técnico-operativa, pragmática, avessa a formulações teóricas e à produção de conhecimento e sustentada teoricamente nas produções das Ciências Sociais, com ênfase no pensamento mais conservador.

Desse modo, conforme Yazbek (2009, p.10), o Estado, aos poucos, vai conduzindo para que a profissão se amplie no mercado de trabalho, por meio do enfrentamento da questão social, sendo as ações assistenciais seu principal foco. Assim, as políticas sociais no Brasil passam a ser fragmentadas, interferindo na execução das ações dos profissionais de Serviço Social que, seguindo um caráter pontual, também se fragmentaram.

Percebemos que, mesmo após várias lutas, o conservadorismo ainda se encontra arraigado na profissão, fazendo com que alguns assistentes sociais levem consigo traços conservadores no âmbito profissional. Dessa forma, faz-se necessário extinguir com essas práticas aligeiradas, tecnicistas, defendendo a formação profissional na perspectiva de totalidade e não permitindo as práticas pragmáticas na formação e no trabalho profissional. Assim, pode-se intervir para que haja o fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora, para fortalecer as lutas, para que não haja retrocessos, após tantas lutas e reivindicações que vários profissionais já percorreram.

Nessa perspectiva, é preciso que o profissional, em sua intervenção, tenha estratégias profissionais para atender aos interesses da população usuária com a qual trabalha, utilizando sempre o projeto profissional em sua atuação e nos diversos campos de trabalho. Para dar continuidade na construção e fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social, é necessário que os assistentes sociais se articulem com os movimentos sociais que sempre lutaram a favor dos trabalhadores. O projeto profissional sempre estará em um processo contínuo de desdobramento, que se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social<sup>2</sup>.

Identificamos que a regulamentação da profissão do Serviço Social no Brasil foi decorrente de várias lutas sociais, por meio de legislações para a condução do exercício profissional. Apesar disso, compreendemos que ainda se trata de uma profissão tensionada pela compra e venda da força de trabalho, enquanto trabalhador assalariado. Desse modo, percebemos que, no contexto profissional, o assistente social deve romper com a proposta de construção própria do neoliberalismo e atuar de acordo com os princípios ético-profissionais que norteiam a profissão, buscando apreender o movimento da realidade social.

Dessa forma, nos anos 1990, a categoria de assistentes sociais é desafiada a aprimorar o entendimento da ética, para, assim, aperfeiçoar os instrumentos normativos no âmbito do Serviço Social. Com o intuito de analisar as várias formas de atuação e intervenção dos profissionais, em 1993, institui-se o novo código de ética profissional, vigente até os dias atuais.

O novo código de ética de 1993 traz a formação de um novo perfil profissional, que requer do assistente social competências teórico-metodológicas e ético-políticas, em conjunto com as instâncias representativas da categoria profissional, expressando a liberdade como valor ético central – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania na garantia dos direitos civis sociais e políticos; defesa da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social, dentre outros.

Com as discussões no âmbito da formação profissional em Serviço Social e após a aprovação do código de 1993, expande-se um amplo debate, materializando-se um projeto profissional, efetuando-se nas Diretrizes Curriculares de 1996 que estabelecem princípios e diretrizes para os cursos de Serviço Social, que são reconhecidos como uma “[...] especialização do trabalho da

<sup>2</sup> Para entender melhor esta questão, ver os princípios fundamentais do código de ética do assistente social de 1993.

sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2014, p. 617).

Parece importante ressaltar que nosso país vem passando, nos últimos anos, por vários ataques aos direitos sociais e trabalhistas, dentre eles, a aprovação da PEC nº 241/2016, que impõe o congelamento durante vinte anos dos gastos da União, obtendo um grande impacto na redução de recursos para as políticas sociais. Dentre elas, citamos a política de assistência social que sofre grandes impactos de cortes em sua dotação orçamentária, para a execução dos benefícios, serviços e programas do SUAS, por meio de projetos de lei apresentados pelo Governo Federal. De tal modo, é necessário que haja ampliação de debates em fóruns, audiências públicas, nos conselhos nacionais, estaduais e municipais em defesa dos direitos conquistados.

Aludimos, ainda, à lei nº 12.317, de 27 de agosto de 2010, que define a jornada de trabalho dos assistentes sociais em 30 horas semanais, sem redução salarial, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Lula. Mas, desde sua publicação, ainda se tem dificuldade de os governos estaduais e municipais não cumprirem o que é posto pela lei, prejudicando trabalhadores na sua jornada de trabalho. Matos (2015) assim se manifesta:

Assistentes sociais, profissionais historicamente com inserção na esfera estatal – mas não somente –, vêm tendo suas condições de trabalho afetadas, com a redução de recursos e “enxugamento” das políticas sociais, mas vêm também sofrendo “na carne” esse afrontamento. Tem crescido o número de profissionais contratados (as) por frágeis vínculos – como RPA (Recibo de Pagamento Autônomo) (MATOS, 2015, p. 687).

Ademais, não podemos deixar de fazer referência aos precários vínculos empregatícios, tais como: contratos temporários, terceirizados, afetando, com isso, o desenvolvimento do serviço, dada a descontinuidade na realização do trabalho. Além disso, muitas vezes, o profissional não consegue realizar ações, pela ausência ou insuficiência de recursos financeiros, pela falta de estrutura física, de recursos humanos, de equipamentos, de veículos, dentre outros. Todo esse processo se agrava pelo “[...] desemprego, inserção precária no universo do trabalho, múltiplas formas de violência na vida cotidiana, criminalização dos movimentos sociais, [...] criminalização da pobreza; judicialização da questão social [...] por onde se movimentam os sujeitos profissionais” (SANTOS, 2010, p. 697).

Dessa maneira, refletimos que a criminalização aos movimentos sociais, as medidas de ataques e de destruição de direitos e conquistas são enormes, podendo levar a um retrocesso brutal em relação aos direitos trabalhistas. Assim, precisamos ficar atentos às privatizações, aos ajustes fiscais, com cortes altíssimos nas áreas sociais, que acabam afetando os trabalhadores. Não se podem desconsiderar as grandes reivindicações e conquistas realizadas pelas classes operárias, pelos movimentos sociais e populares. É preciso dar continuidade na luta da classe trabalhadora, frente aos desafios presentes na realidade sócio-histórica, conjuntural e estrutural do capitalismo contemporâneo, pois diversos projetos de lei tramitaram no congresso nacional, destruindo os direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Portanto, pensando na materialização do projeto ético-político-profissional na contemporaneidade, é preciso lutar e defender os direitos sociais no exercício da profissão, no enfrentamento com o capital/trabalho, buscando assegurar os direitos nas políticas sociais, materializando-se num projeto coletivo mais amplo de eliminação da sociabilidade mercantilizada.

O Serviço Social, enquanto profissão, confronta-se cotidianamente com limites e desafios no seu exercício, lutando para não deixar retornar as práticas voluntaristas e pragmáticas tão presentes no início da profissão. Assim, é necessário refletirmos sobre os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social nas políticas sociais. Isso porque a profissão se legitima a partir do momento em que os profissionais, em seu cotidiano, consigam atender, de forma legítima, aos usuários que procuram os serviços, esclarecendo seus direitos e dando-lhes condições de acessá-los. Para tal, é importante a qualificação dos assistentes sociais que precisam atuar dando respostas efetivas aos indivíduos.

Dessa maneira, é necessário que o profissional de Serviço Social reflita sobre o atual contexto em que está inserido, sobre a intencionalidade de suas ações, analisando sua atuação profissional nos diversos espaços institucionais, sejam públicos ou privados. Isso porque, com a implantação do SUAS, abriram-se novos campos de trabalho para o assistente social, nas unidades socioassistenciais, além de se conquistarem novas habilidades e competências para a gestão pública. Conforme a cartilha do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social* (2011, p. 8):

É fundamental que os/as trabalhadores/as envolvidos/as na implementação do SUAS tenham clareza das funções e possibilidades das políticas sociais que integram a Seguridade Social, de modo a não atribuir à Assistência Social a intenção e o objetivo hercúleo e inatingível de responder a todas as situações de exclusão, vulnerabilidade, desigualdade social.

Assim, os profissionais, em sua intervenção no campo da ação profissional, devem trabalhar em prol de um coletivo, sempre pautados no projeto profissional, que a todo o momento vem sendo formulado para a prática do exercício profissional, possibilitando-lhe uma visão crítica da realidade social e não somente trabalhar em cima de dados quantitativos (atendimentos através de reuniões, visitas domiciliares, dentre outros instrumentais) sem ter a compreensão da direção ético-política do trabalho coletivo. Portanto, a referida cartilha, com base na lei de regulamentação da profissão, requisita do profissional algumas competências, sendo-lhe conferidas diferentes atribuições.

As atribuições e competências elencadas como de responsabilidade dos profissionais de Serviço Social constituem uma forma de informar e nortear os assistentes sociais no seu dia-a-dia profissional, oferecendo-lhes instrumentais para atender à população no enfrentamento das demandas sociais que são apresentadas no cotidiano. As competências específicas dos assistentes sociais, na política de assistência social, abrangem diversas dimensões interventivas e diferentes estratégias, dentre elas, os parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social do CFESS de 2011<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Para melhor compreensão das competências, ver CFESS (2011, p. 21-23).

A política de assistência social ainda tem inúmeros desafios a serem desvendados e enfrentados pelos profissionais, na busca constante de criar possibilidades de a assistência social se tornar, na prática, uma política efetiva e construir articulações com as demais políticas sociais, tanto como via de acesso aos direitos quanto pela necessidade de discutirmos condições de trabalho em todas as políticas que compõem a seguridade social.

Nesse contexto, o trabalho do assistente social requer habilidades para desenvolver suas ações profissionais, pautadas em ações previamente planejadas, envolvendo a operacionalização dos planos e relatórios de trabalho condizentes com as demandas emergentes no cotidiano profissional e com respaldo no projeto ético-político, bem como nas dimensões da profissão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, pois esta última, articulada as demais dimensões, nos dá a direção efetiva da intervenção profissional.

Mota (2014, p. 699) destaca que um dos principais desafios profissionais do Serviço Social, no século XXI, “é garantir que os avanços teórico-políticos e acadêmicos do Serviço Social brasileiro, gestados desde a década de 1980, mantenham uma relação de unidade com a prática e a formação profissional”.

Dessa forma, nos espaços institucionais, os profissionais, ao utilizarem os instrumentos<sup>4</sup> para a execução de seus atendimentos ou ações, precisam atentar para não se submeterem a práticas burocráticas, para justificar ações das instituições. É necessário entender as documentações utilizadas no âmbito de trabalho, suas finalidades, o contexto em que se está inserido, para, assim, intervir criticamente na realidade social do usuário.

Marconsin (2010, p. 65) afirma que “[...] a documentação tem importante tarefa de oferecer subsídios para análise e a intervenção do Serviço Social na realidade. É parte da sistematização de dados para o desenvolvimento teórico-prático profissional”. Além do mais, a autora ressalta que documentar não é um “roteiro de papéis a serem preenchidos e organizados [...], é relacionar e interpretar diversos dados e fatos, é refletir para agir, é relacionar-se com o conhecimento, é parte da produção de conhecimento (MARCONSIN, 2010, p. 70).

Diante do exposto, percebemos que o profissional precisa ter clareza e conhecimento dos instrumentais técnico-operativos no seu espaço sócio-ocupacional, vez que é necessária uma análise histórico-crítica a fim de apreender sua atuação, para, assim, conseguir intervir na realidade da população. Com o processo de organização das políticas de seguridade social, especificamente a de assistência social, tem-se buscado profissionais de Serviço Social para desempenhar seu trabalho na gestão dos serviços.

Contudo, conforme Trindade (2012, p. 94), a reorganização dos serviços sociais, a partir da descentralização e da municipalização,

<sup>4</sup> Os instrumentos são concebidos, assim, como elementos dinâmicos, devendo ser criados em consonância com as finalidades da ação profissional, contribuindo com a passagem da finalidade ideal – âmbito da teoria – à finalidade real – âmbito da prática (MARCONSIN, 2010, p.48).

E nesse âmbito de organização e de gestão dos serviços os assistentes sociais também estão envolvidos em ações de planejamento, de administração, de captação de recursos financeiros e elaboração de orçamentos. Com isso são utilizados instrumentos como: planos, programas, projetos, planilhas, relatórios, mapas, organogramas, documentação oficial, além da utilização de recursos tecnológicos, alguns deles via internet.

Desse modo, temos dois tipos de documentos de suma importância - um que envolva o planejamento (plano) e outro o registro e avaliação (relatório) para execução das atividades e ações no campo de trabalho, que podem se traduzir através dos planos, dos programas e dos projetos: “[...] pressupõe o planejamento [...] e deve ser precedida pelo processo de conhecimento e análise da realidade [...]. Deve responder àquelas tradicionais questões: por que, para que, o que, para quem, como e quando” (MARCONSIN, 2010, p 74). Mencionamos, ainda, o relatório mensal, semestral, anual e/ou relato de trabalho no âmbito do registro e avaliação das atividades.

Podemos identificar a relevância de se planejar para consolidar as ações e, posteriormente, avaliar os resultados obtidos ou não. Portanto, constatamos a importância da documentação para subsidiar na intervenção da realidade, por meio de dados, análises, estratégias de ação, objetivos, entre outros, fundamentando-se entre a teoria e prática, buscando superar as práticas rotineiras do cotidiano. Assim, é necessário, na prática do assistente social, que este identifique as demandas sociais que são postas, de forma crítica, propositiva, com base na realidade social, pensando nas diversas dimensões, a saber: teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, investigativa e formativa, de modo articulado, buscando profissionalmente se aprimorar e qualificar. Desse modo, o assistente social, com todo seu aporte teórico, poderá criar diferentes formas de articulação para promover a emancipação e o protagonismo dos sujeitos. Daí a importância da qualificação profissional que pode proporcionar uma leitura crítica da realidade social.

Por fim, para que o assistente social possa planejar, executar e avaliar suas ações, é necessário saber quais procedimentos e instrumentos utilizar em consonância com as atividades a serem realizadas no espaço sócio-ocupacional e, também, entender as determinações sócio-históricas da profissão e das políticas sociais, a dinâmica da realidade, iluminado pelos princípios éticos que norteiam a profissão, para intervir na realidade da população usuária.

## **A OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE NA GESTÃO E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

Ao desvelar e analisar o Serviço Social no processo de operacionalização do SUAS, mediante a gestão, entendemos que o objeto da pesquisa envolve a operacionalização dos serviços socioassistenciais do SUAS pelo Serviço Social. Dessa forma, diante das análises e do levantamento bibliográfico, iremos refletir sobre o Serviço Social na política de assistência social e a gestão no Sistema Único de Assistência Social.

A Constituição de 1988, no seu art. 194, define o tripé da seguridade social, abrangendo as três políticas públicas (previdência social, saúde e assistência social), consolidando a política de assistência social no país como política pública e de direito social para a população. A partir do respaldo legal, entendemos que novos conceitos começaram a vigorar para a política de assistência social, criando a necessidade de regulamentar um sistema de proteção social, através de lutas dos profissionais de Serviço Social, movimentos sociais, debates nas conferências de assistência social e nos conselhos deliberativos. Dessa forma, para que o SUAS fosse realizado de forma efetiva, foi necessária a criação dos conselhos estaduais e municipais de assistência social com composição paritária (governo e sociedade civil), tendo como função o controle social do órgão gestor.

Adentrando na questão da intervenção profissional do assistente social, através da dimensão técnico-operativa, podemos refletir sobre as atividades do Serviço Social, desenvolvidas no equipamento CRAS. Através do acompanhamento de famílias<sup>5</sup>, nessa unidade, seja de forma individual ou em grupos, são realizadas oficinas ou ações comunitárias. Assim, entendemos que as equipes de referência dos CRAS realizam um trabalho social com essas famílias, em especial com as que descumpriram, de alguma forma, as condicionalidades, seja na política de saúde ou educação, tendo em vista que os profissionais não devem se submeter ao trabalho fiscalizatório em relação às condicionalidades do Programa Bolsa Família, tampouco aos critérios excludentes dos programas da política de assistência social. É necessário analisar o contexto histórico em que essas famílias se encontram para não cometer ações pragmáticas e não somente levar em consideração os dados obtidos pelo MDS, através de um registro de informações de um sistema para que essas famílias sejam identificadas ao descumprirem os requisitos do programa Bolsa Família. Ademais, além do acompanhamento social das famílias, também é executado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças, adolescentes e idosos.

Compreendemos a importância da execução dos serviços citados para a população, que contribui para o desenvolvimento dos participantes, com vistas a atender à construção da cidadania e da valorização dos vínculos familiares, melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento das potencialidades de cada participante.

Portanto, para que o município possa ofertar os serviços socioassistenciais de maneira efetiva, é de suma importância a composição de uma equipe de referência para executar as ações nas unidades. Todavia, em conformidade com as resoluções citadas na referida lei, a equipe de referência é composta conforme o porte do município. Para a execução da proteção social básica, porte II, é necessário que a equipe de referência<sup>6</sup> seja composta por: três (3) técnicos de nível

<sup>5</sup> “Conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas familiares ou comunitárias” (Caderno de Orientação do PAIF, V, II, 2012, p. 62-63).

<sup>6</sup> Composição da equipe de referência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios: Pequeno Porte II - Até 3.500 famílias referenciadas, três técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo e três técnicos nível médio (FERREIRA, 2011, p. 30).

superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um (1) psicólogo e três (3) técnicos nível médio e um (1) coordenador.

Todavia, notamos uma realidade de recursos humanos reduzidos, número insuficiente para o atendimento das demandas, caracterizando a fragmentação na oferta dos serviços conforme preconiza o SUAS. Essas questões constituem um desafio que demanda o empenho dos gestores para que os serviços sejam efetivados de forma concreta, na garantia do direito da população usuária. Verificamos também que, na política de assistência social, conseguiu-se uma variedade de trabalhadores multiprofissionais para atuar junto ao atendimento das necessidades sociais da população, propiciando a intervenção de categorias profissionais diferentes que pleiteiam espaços nas instituições e buscando o reconhecimento profissional. Isso se apresenta como mais um desafio para o profissional de Serviço Social que necessita estar em constante formação e qualificação, articulando com as diversas dimensões da profissão, em uma ação crítica e consciente, desenvolvendo suas ações privadas e competências profissionais, buscando aprimorar o trabalho no cotidiano e proporcionando à população o atendimento qualificado na execução do seu exercício profissional.

Outro ponto a ser destacado é de que forma os serviços socioassistenciais são executados no município. Para se realizar qualquer tipo de ação ou atividade, é necessário planejamento, haja vista que sempre são postos novos desafios para a execução da política de assistência social. De tal modo, constatamos que, para realizar qualquer tipo de atividade, os profissionais precisam de instrumentos para nortear o seu trabalho. “Os instrumentos de gestão [...] tendo como parâmetro o diagnóstico social e os eixos de proteção social, básica e especial, sendo eles: Plano de Assistência Social; Orçamento; Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação; e Relatório Anual de Gestão” (PNAS, 2004, p. 119). Portanto, notamos que, na realidade da maioria dos municípios brasileiros, há profissionais com acúmulo de funções, vínculos e condições de trabalho, é frequente a existência de um número mínimo e insuficiente de profissionais, dificultando a construção do básico exigido para uma gestão com qualidade e eficiente.

No entanto, a rede de atendimento socioassistencial constitui em uma garantia e proteção de apoio aos usuários dos serviços da proteção social que precisam receber dessa rede o amparo e o atendimento aos seus direitos. O trabalho em rede é proposto para que as tarefas planejadas ocorram de forma eficaz, prevendo a articulação entre as unidades socioassistenciais e reconhecendo a necessidade do envolvimento das equipes. Por isso, a necessidade de se constituir o fortalecimento do diálogo entre os serviços socioassistenciais, para, assim, propiciar uma relação de comunicação com as equipes, na perspectiva de viabilizar o acesso aos direitos sociais para a população usuária. Por fim, ressaltamos a necessidade de se debater mais a temática sobre a rede socioassistencial, articulando e estruturando com outras políticas, por meio da comunicação eficaz e, ainda, fomentar estratégias para a sua articulação, organizando-se e objetivando o adequado planejamento para o desenvolvimento das atividades e ações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo, entendemos que os serviços socioassistenciais são operacionalizados de forma parcial, conforme preconiza o SUAS na política de assistência social. Enfatizamos que, no cenário contemporâneo, a política de assistência social perpassa por alguns desafios, dentre eles, a dimensão econômica da provisão de recursos reduzidos, diante dos constantes cortes no orçamento da assistência social. Assim, percebemos a fragilização na estrutura e dinâmica nas provisões dos serviços e, ainda, os recursos financeiros mínimos que são repassados para a realização das atividades por parte dos entes federativos (federal, estadual e municipal), dificultando a execução de um sistema efetivo pela manutenção e expansão dos direitos sociais. Observamos que o desmonte das políticas de proteção contribui para a reprodução de territórios desiguais e violadores de direitos, o congelamento de recursos, o crescimento do neoliberalismo com a flexibilização e redução dos direitos, tornando-se um desafio presente nas lutas em defesa dos direitos.

Com isso, também constatamos que, nesse contexto que estamos vivenciando atualmente, o profissional de Serviço Social ao mesmo tempo é afetado, havendo uma redução do trabalho formal, o acesso aos direitos trabalhistas e a diminuição de salários. Com isso, “[...] a precarização das condições de trabalho atinge a qualidade dos serviços prestados e a relação com a população” (RAICHELIS, 2011 e 2013 *apud* IAMAMOTO, 2017, p. 28).

Ademais, notamos que, na política municipal de assistência social, este é um desafio a ser enfrentado pelo assistente social, que, em algumas circunstâncias, acaba incorporando parâmetros institucionais que regulam as relações de trabalho. O profissional de Serviço Social precisa ter habilidade para propor e intermediar com a instituição suas ações, para intervir no seu espaço de trabalho e nas suas atribuições profissionais. Iamamoto (2017) frisa que é necessário ir além das rotinas institucionais para buscar apreender o movimento da realidade e, na aproximação das forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional.

Portanto, é necessário um aprimoramento na execução do sistema e projetos democráticos para operar nas desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista. Assim, o assistente social precisa estar em constante formação teórica, para que não cometa práticas burocratizadas, necessita sempre estar em consonância com o projeto ético-político, código de ética da profissão, ter uma apreensão crítica da realidade social pautado nas diversas dimensões de competência profissional (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa, investigativa e formativa).

Consideramos, ainda, que, segundo a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, “[...] é direito do cidadão e dever do Estado, estabelecendo-se no item 03 do artigo 2º que tem por objetivo [...] a defesa dos direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos na provisão dos serviços socioassistenciais”. Além disso, percebemos que a população consegue acessar os serviços socioassistenciais dessa política, através das demandas espontâneas, encaminhamentos e busca ativa pelos profissionais das unidades assistenciais.

Com relação ao objeto da pesquisa analisado sobre o processo de operacionalização dos serviços socioassistenciais do SUAS pelo Serviço Social, foi identificado que ainda há uma fragilização por parte do profissional na utilização dos instrumentais na condução das intervenções do exercício da profissão. Portanto, há grandes desafios envolvendo o trabalho do profissional de Serviço Social no SUAS. Daí a necessidade de espaços de debates contínuos que são decisivos para o avanço da classe trabalhadora e da classe que vive do trabalho. Por fim, sugerimos que a Universidade, por meio do curso de Serviço Social, realize capacitações, oficinas, grupos de estudos, enfim, voltados para a temática dos instrumentais utilizados pelos assistentes sociais nos seus espaços ocupacionais, propiciando, assim, um melhor desenvolvimento nas suas atividades e ações, trazendo benefícios na execução dos serviços e para a população usuária da política municipal de assistência social.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. A. F. *Assistência Social: história, análise, crítica e avaliação*. Curitiba: Juruá, 2009.

ARAUJO, G. F. da S. O Serviço Social e a interface com as políticas Sociais: a intersectorialidade na efetivação da proteção social. In: ALBIERO, C. M. G. (Org.). *Formação e exercício profissional em Serviço Social: desafios presentes na realidade tocantinense*. Curitiba: CRV, 2017.

AZEVEDO, N. T. A vulnerabilidade social em tempos de acumulação flexível: uma contribuição para o debate no campo socioambiental. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFPR*. vol. 38, agosto 2016.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 124, p. 637-651, out/dez 2015.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011\\_CFESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf). Acesso em: 14 jan. 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL. *LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social (1993): legislação suplementar/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; revisão do texto, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS*. 6º Ed. Brasília: MDS, 2007.

BRASIL. *Orientações técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF*. V. 2. 1ª edição. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 12 mar 2019.

CARMO, M. E. do; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Caderno de Saúde Pública*. 2018; Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n3/1678-4464-csp-34-03-e00101417.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha\\_CFESS\\_Final\\_Grafica.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf). Acesso em: 14 jan. 2019.

COUTO, B. R. Assistência social: direito social ou bem-estar? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; SILVA e SILVA, M. O. da; RAICHELIS, R. *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRA, Stela da Silva. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MATOS, M. C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. *et al.* (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo, Brasília: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, P. A. P. *Política social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, C. M. dos; NORONHA, K. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social – uma perspectiva crítica. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). *Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, J. S. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *Serviço Social & Sociedade nº 111*. São Paulo: Cortez, jul/set. 2012.

SILVA E SILVA, M. O. da. O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA e SILVA, M. O. da; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, A. *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, C. M. dos *et al.* (org.). *A dimensão técnico- operativa no serviço social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

YAZBEK. M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

# ANÁLISE INSTITUCIONAL: INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO TRABALHO PROFISSIONAL

ELAINE MARLOVA VENZON FRANCISCO

## INTRODUÇÃO

A formação profissional, através de algumas disciplinas teórico-práticas, coloca o desafio de estabelecer mediações com a realidade, assim como desafios teóricos expressos no diálogo entre diferentes campos de conhecimento<sup>1</sup>.

A categoria trabalho, já largamente analisada e discutida no âmbito profissional<sup>2</sup>, tem possibilitado não apenas o entendimento da inserção do trabalho profissional no âmbito do trabalho coletivo, na divisão sociotécnica do trabalho, mas também a compreensão do assistente social como trabalhador, como força de trabalho – nem sempre assalariada, vide as contratações por projeto – inserida em processos coletivos de trabalho, em diferentes espaços sócio-ocupacionais, pautados por diferentes políticas sociais ou lógicas institucionais, no âmbito do setor de serviços sociais<sup>3</sup>.

O artigo tem por objetivo retomar a perspectiva das dinâmicas socioinstitucionais como um instrumento necessário ao trabalho profissional em todas as atividades que conformam as rotinas de trabalho nos estabelecimentos. Tal perspectiva traz a necessidade de incorporar categorias teóricas que iluminem as relações sociais que se dão nesses espaços, de forma a conferir maior concretude aos aspectos políticos e às suas manifestações cotidianas expressas nas racionalidades das políticas sociais e seus desdobramentos no cotidiano das relações nos locais de trabalho. Relações essas que se manifestam entre os assistentes sociais, suas equipes e demais trabalhadores; assistentes sociais e suas gerências; profissionais e população usuária; pessoal institucional e seus mandantes, ou seja, relações entre diferentes sujeitos, que se realizam no âmbito da produção do serviço nos diferentes estabelecimentos institucionais. Como sinaliza Almeida (1995, p. 26):

<sup>1</sup> Essa reflexão é resultado, em processo, do desenvolvimento de disciplina teórico-prática de “Processo de Trabalho de Serviço Social”, com ênfase no trabalho profissional no âmbito socioinstitucional.

<sup>2</sup> Ver, entre outros, Almeida (1995), Iamamoto (1998), Iamamoto (2007), Barbosa, Cardoso e Almeida (1998), Granemann (1999), Almeida e Alencar (2011) e Costa (2008).

<sup>3</sup> Sobre a dimensão do setor de serviços no processo de acumulação capitalista, na fase monopolista e a inserção do trabalho profissional nesse segmento, ver, entre outros: Almeida (1995), Costa (2010), Costa (2008) e Barbosa, Cardoso e Almeida (1998).

Localizamos [...] neste limiar da capacidade crítico-resolutiva da profissão com a realidade sócioinstitucional, as condições mais fecundas para a eleição da análise institucional como recurso a ser mobilizado no processo de trabalho do Serviço Social e que lhe possibilita aquela dimensão mais ampliada dos seus meios de trabalho.

Logo, o artigo se propõe a retomar, desde a perspectiva da teoria do Processo de Trabalho, outras categorias teóricas que potencializam a formação dos futuros assistentes sociais na apreensão do trabalho profissional como partícipe da divisão sociotécnica do trabalho. Apreendê-lo, então, enquanto fragmento do trabalho coletivo no âmbito da reprodução dos trabalhadores, com ênfase na expressão dos diferentes interesses de classe que permeiam a ação dos sujeitos no cotidiano socioinstitucional. O diálogo com categorias do campo da análise institucional confere maior concretude ao ensino da dimensão técnico-operativa a ser desenvolvida no âmbito dos estabelecimentos institucionais. Nesse sentido, a análise institucional se constitui, assim, como um dos meios de trabalhos necessários à atividade profissional de modo a subsidiar o trabalho profissional em sua dimensão teleológica.

## A CATEGORIA PROCESSO DE TRABALHO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O debate em torno da categoria *Processo de Trabalho*<sup>4</sup> e a sua pertinência para compreender o trabalho profissional vem se desenvolvendo na profissão desde os anos 1990, a ponto de ser incorporada nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS):

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ideológicas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996) (ABEPSS, 1996, p.12)

Essa perspectiva teórica vem iluminando a formação profissional e o debate teórico tem avançado para uma maior explicitação das relações entre as determinações político-econômicas

<sup>4</sup> Em Marx, a concepção acerca do processo de trabalho encontra-se no Livro primeiro do Capital, no capítulo “Processo de trabalho e processo de valorização”, em que explicita o processo de obtenção da mais-valia. Este texto também se encontra em Antunes (2013).

que definem novas racionalidades na formulação e execução das políticas sociais públicas e outros serviços sociais e a sua realização no cotidiano dos espaços institucionais<sup>5</sup>. Como afirmam Almeida e Alencar (2011, p. 143):

As mudanças decorrentes do processo de mundialização do capital e que atravessam diferentes dimensões da vida social sob o traço marcante da hegemonia financeira, alteram também as formas de sociabilidade existentes, na medida em que necessitam de novos suportes políticos, ideológicos e culturais. Imprimem novas racionalidades às formas de organização do Estado e das políticas públicas alterando os processos de distribuição do fundo público e, conseqüentemente, os modos de organização e prestação dos serviços sociais.

Logo, essas transformações serão expressas no cotidiano dos serviços, através das atividades profissionais dos diferentes sujeitos que dão vida às instituições e serviços sociais. Os diferentes processos de trabalho em que os assistentes sociais se inserem, o conjunto dos demais processos de trabalho realizados por todos os demais trabalhadores nesse segmento dos serviços sociais, assim como as diferentes formas de cooperação que formam o trabalho abstrato nesse segmento ganham concretude através de atividades realizadas a partir da inserção desses sujeitos em relações sociais. Como afirma Iamamoto,

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho – as múltiplas manifestações da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha –, dependem do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas (IAMAMOTO, 2007, p. 421).

Essa dimensão mais imediata de realização da produção de um serviço é determinada pelas racionalidades econômicas e políticas das instituições; é formatada pelas características e peculiaridades culturais que permeiam esses espaços; é informada pelos conteúdos e valores hegemônicos em cada especialidade profissional e técnica, mas, principalmente, é regulada pelas relações de trabalho. Essas relações, conforme Iamamoto (2011), no âmbito do capitalismo contemporâneo, ainda na predominância das relações contratuais assalariadas, molda e restringe o âmbito e as formas de ação dos sujeitos profissionais. Assim,

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (IAMAMOTO, 2011, p. 416).

<sup>5</sup> Neste debate teórico surgiu uma perspectiva crítica que não considera a profissão como trabalho, mas como componente de outros complexos sociais. Sobre essa questão, ver: Lessa (2000), Costa (2000) e Almeida e Alencar (2011).

Portanto, ao conjunto de constrangimentos da condição de trabalhador assalariado, somam-se os constrangimentos oriundos da lógica de funcionamento das organizações em que a atuação profissional se realiza. Ao se referirem à tensão existente entre a autonomia profissional conferida pelo mandato legal e científico (obtido através da formação profissional credenciada e do reconhecimento legal da profissão) e a condição de assalariamento, Barbosa, Cardoso e Almeida (1998) acrescentaram ainda esta complexidade:

Ao vender sua força de trabalho para sobreviver, fica privado, ou tem reduzido o controle sobre os meios de produção do seu trabalho, submetendo-se às normas regulatórias e hierarquias administrativas que organizam os serviços.

Esse possível paradoxo ganha contornos mais acentuados quando o trabalho se desenvolve em organizações complexas onde a burocratização se manifesta como forte mecanismo de controle e a sua racionalidade tende a se impor sobre qualquer trabalhador (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p.118).

Nesse sentido, a inserção dos assistentes sociais em processos coletivos de trabalho precisa ser analisada não só em relação aos constrangimentos impostos pela estrutura do trabalho no capitalismo, mas também em relação às formas de funcionamento dos serviços, pautadas por diferentes racionalidades, e que definem as dinâmicas das práticas sociais nas unidades de serviço. Almeida e Alencar (2011) alertam para o fato de que

o trabalho do assistente social integra processos de trabalho coletivos em unidades públicas e privadas que implementam diretamente, gerenciam, articulam, controlam, acionam os serviços sociais em consonância com as políticas públicas. Compreende os desafios e as particularidades do trabalho profissional na contemporaneidade requer a apreensão de como as esferas pública e privada se relacionam hoje na conformação dos vetores que orientam as políticas públicas. [...] verificar como as tendências e fenômenos hoje presentes no campo da política social, como a descentralização, a intersetorialidade, o controle social democrático e a territorialidade, *determinam novas racionalidades na organização dos processos de trabalho coletivos e potencializam ou obstaculizam as competências e atribuições profissionais dos assistentes sociais* (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 145-6, grifos nossos).

A análise de Costa (2008), ao flagrar os impactos da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), nos anos 1990, sobre os processos de trabalho dos assistentes sociais, expressa com clareza essa relação entre a racionalidade na organização dos serviços e o trabalho profissional. Seu texto é exemplar:

[...] mudanças de ordem tecnológica, organizacional e política passaram a exigir novas formas de organização do trabalho na saúde, determinadas pela hierarquização por nível e complexidade, descentralização e democratização do sistema, imprimiram novas características ao modelo de gestão e atenção e, portanto, aos processos de trabalho, vindo a compor novas modalidades de cooperação [...]

Os processos de descentralização por nível de governo com hierarquização por nível de complexidade requerem uma nova reorganização vertical e horizontal dos serviços e

procedimentos implicando em mudanças nos processos de trabalho, afetando tanto a cooperação entre as diversas atividades, como o conteúdo de algumas tarefas, especializações e habilitações. Essas mudanças vêm se expressando e sendo determinadas: *pelos novos sistemas de controle, pela hierarquização, pelas inovações tecnológicas e pelo novo papel que adquiriu a informação e a comunicação em saúde.* (COSTA, 2008, p. 310-11, grifos da autora).

Consideramos importante essa citação, pois a autora relaciona a racionalidade de uma determinada política social ao impacto nos processos coletivos de trabalho e aos desafios e demandas que geram ao trabalho do assistente social.

Ao considerar os elementos simples que conformam qualquer processo de trabalho, segundo Marx, “a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”, e que “meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho, e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto” (ANTUNES, 2013, p. 33). A partir dessa concepção sobre os meios de trabalho, retomamos algumas categorias da análise institucional. Entendemos que a problematização das relações que se dão entre os diferentes sujeitos, ou seja, trabalhadores, usuários, governantes, entre outros, no plano cotidiano do espaço socioinstitucional, constitui um dos meios necessários ao trabalho do assistente social, seja no âmbito da execução de políticas e prestação de serviços, seja no âmbito do planejamento das ações, na sistematização do trabalho, na investigação em serviço e/ou na gestão.

Cabe alertar, contudo, que a análise institucional, enquanto um instrumento de trabalho, extrapola os elementos que apresentamos aqui. Muitos outros, como a caracterização da população usuária e suas demandas; a caracterização do contexto institucional com o mapeamento das organizações e seus recursos; a caracterização do Estado e as transformações no mundo do trabalho e seus impactos no cotidiano dos estabelecimentos, por exemplo, também constituem elementos da análise institucional.

Para fins deste ensaio, partimos da afirmação de que as práticas institucionais, incluindo-se todo e qualquer serviço prestado nos mais diferentes estabelecimentos institucionais, são o resultado das práticas de seus agentes<sup>6</sup>. Passaremos, agora, para algumas categorias da análise institucional, de modo que possamos problematizar as relações de saber e poder que permeiam as práticas sociais<sup>7</sup> dos diferentes sujeitos na concretização do trabalho coletivo.

## CATEGORIAS DA ANÁLISE INSTITUCIONAL E O TRABALHO PROFISSIONAL

Pelo escopo deste artigo, não será abordado o debate em torno das concepções teóricas acerca do papel das instituições na sua relação com o Estado, tema que mobilizou o debate teórico no interior da profissão a partir dos anos 1980, quando perspectivas funcionalistas se contrapunham

<sup>6</sup> Barembliitt (1992, p. 30); Albuquerque (1978, p.74) e Weissaupt (1988, p. 28).

<sup>7</sup> Obviamente que não estamos tomando aqui a noção de prática, restrita à atividade do assistente social, mas sim como a atividade da força de trabalho, como trabalho, um dos elementos constitutivos dos processos de trabalho. Ver Iamamoto (1998, p. 61-2).

a perspectivas no campo marxista<sup>8</sup> e definiam os termos das possibilidades e limites do trabalho profissional no interior dos espaços socioinstitucionais.

Para fins deste artigo, partimos da concepção já veiculada nas produções desse período:

Numa sociedade de classes, a exploração da força de trabalho, a dominação da vontade coletiva e a sujeição à ideologia dominante geram contradições que, do ponto de vista dos dirigentes, ameaçam o funcionamento do sistema como um todo. [...] A instituição, como mediação do projeto sócio-político de hegemonia de uma classe, é a base efetiva do funcionamento da sociedade, pela regulação dos “comportamentos” dos diversos agentes sociais. [...] quando deixa de ser vista como mera organização e passa a ser encarada como uma relação de forças, a instituição é explicitamente o lado cotidiano, obscuro talvez, daquilo que recebeu a luminosa definição de ‘luta de classes’. [...] concretizando as instituições, os aparelhos organizacionais não são encarados apenas como burocracias, e sim como palco das lutas dos agentes sociais em prol de seus interesses (WEISSHAUPT, 1988, p. 26-7).

Além da concepção dos espaços institucionais como lugares de realização das relações sociais, trata-se de entender as posições estratégicas dos diferentes sujeitos na concretização de suas práticas sociais.

Sem analisar essas relações, não é possível identificar as posições de poder – ou como diria Weisshaupt (1988, p. 28): “caracterizar os agentes em suas posições estratégicas”; identificar os diferentes projetos societários e as suas correspondentes perspectivas a respeito do papel do Estado, das políticas sociais etc.; e identificar a diferença entre os objetos institucionais e os objetos do serviço social, por exemplo. A divisão sociotécnica do trabalho se dá entre pessoas de carne e osso, portadoras de concepções de mundo, perspectivas ideológicas, políticas, culturais que podem se expressar de forma complementar ou contraditória.

Portanto, identificar os sujeitos que representam os interesses institucionais, assim como as diferentes concepções políticas e profissionais entre os próprios assistentes sociais, entre a população usuária e os técnicos, entre gerência e equipes, entre profissionais e os demais trabalhadores do estabelecimento, constitui uma condição fundamental para construir os processos teleológicos a serem expressos em projetos de intervenção, na formulação de propostas de avaliação do serviço, entre outras possibilidades de ação a serem postuladas junto à equipe a demais trabalhadores e usuários.

Assim sendo, uma abordagem teórico-metodológica que tem dado suporte teórico e concretude a essas relações, no âmbito socioinstitucional, refere-se ao campo interdisciplinar em que se situa a análise institucional<sup>9</sup>. Segundo Duarte:

É, portanto, da encruzilhada formada pela Psicanálise, pela Psicossociologia (e suas técnicas ativas) e pela perspectiva política de transformação social que surgiu a maior parte das ditas ‘correntes institucionalistas’.

A Análise Institucional, portanto, nasce, na década de 1960, a ruptura com a Psicoterapia Institucional e a Pedagogia Institucional, assim como pela crítica interna das Ciências Sociais

<sup>8</sup> Ver, entre outras, Souza (1988), Serra (1986) e Faleiros (1997).

<sup>9</sup> Um excelente balanço dessas correntes está em Duarte (2000).

e Humanas, das crises do movimento de juventude, das ‘grandes’ instituições da ordem social burguesa: as escolas, os estabelecimentos de hegemonia do saber e poder médicos, as igrejas, mas também os partidos políticos e sindicatos que se vêem afetados pela crise: das correntes modernistas (macroteóricas), dos paradigmas em Ciências Sociais, da crítica à burocracia, ao totalitarismo, ao Estado capitalista, as guerras de (des)colonização (e conseqüentemente a mudança de regime) e a teorização da autogestão (DUARTE, 2000, p. 124-25).

Não chegaremos aqui a tratar da complexidade teórica e das diferentes correntes, que vão do campo da Psicologia, Sociologia, Educação e Filosofia, mas apresentar algumas categorias teóricas de expoentes da análise institucional no Brasil, de forma a subsidiar o entendimento dos espaços socioinstitucionais como campos de disputa entre interesses de classes, assim como de produção de novas práticas institucionais.

Alguns autores, no campo teórico da análise institucional, chamam a atenção inicialmente para a necessidade de distinguir conceitualmente as instituições dos estabelecimentos, organizações ou unidades produtivas em que elas se concretizam. Para Baremblytt (1992):

As instituições são lógicas [...] que segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser *leis*, podem ser *normas*, podem ser *pautas*, regularidades de comportamentos. [...] O que estas lógicas significam? Significam a regulação de uma atividade humana [...] clarificando o que deve ser, o que está prescrito, e o que não deve ser, o que está proscrito, assim como o que é indiferente. [...] Em um plano formal, uma sociedade não é mais que isso: um tecido de instituições que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens. Agora, entendidas assim, as instituições são entidades abstratas, por mais que possam estar registradas em escritos e tradições (BAREMBLYTT, 1992, p. 28-9, grifos do autor).

Para ele, algumas instituições são basilares da vida em sociedade, com o que é o caso da linguagem, das relações de parentesco, da divisão social do trabalho, da educação, da religião e da justiça. E, para que as instituições possam “vigorar”, para que possam se realizar, precisam materializar-se em “dispositivos concretos que são as *organizações*” (BAREMBLYTT, 1992, p. 29, grifo do autor), que vão desde os grandes complexos organizacionais até um pequeno estabelecimento. Então, “[...] as instituições não teriam vida, não teriam realidade social se não fossem através das organizações. Mas as organizações não teriam sentido, não teriam objetivo, não teriam direção se não estivessem informadas como estão, pelas instituições” (BAREMBLYTT, 1992, p. 30).

Ainda seguindo seu pensamento, as organizações se compõem de unidades menores, que ele chama de *estabelecimentos* (escolas, hospitais, quartéis etc.), que, por sua vez dispõem de dispositivos técnicos, os *equipamentos* (instalações, arquivos, aparelhos etc.). E toda essa estrutura só se concretiza de fato pela ação dos agentes: “Os agentes são ‘seres humanos’, são os suportes e os protagonistas da atividade [...]. E os agentes protagonizam *práticas*” (BAREMBLYTT, 1992, p. 30, grifo do autor).

É importante salientar outros aspectos levantados por Baremblytt: o primeiro, de que as instituições são portadoras da vertente do instituinte e da vertente do instituído. A vertente instituinte é portadora da criação de novos códigos institucionais, são as forças que tendem a transformar as

instituições. A vertente do instituído é o resultado desse processo, “é o efeito da atividade instituinte” (BAREMBLITT, 1992, p. 32). Conforme o autor: “para que os instituídos sejam úteis, sejam funcionais na vida social, eles têm de estar acompanhando a transformação da vida social mesma para produzir cada vez mais novos instituídos que sejam apropriados aos novos estados sociais” (BAREMBLITT, 1992, p. 32-33).

O segundo, de que essas vertentes se interpenetram e, quando essa articulação acontece no nível do instituído, do conservador, do reprodutivo, denomina-se atravessamento e, quando se dá no nível do instituinte, do produtivo, do criativo, chama-se transversalidade. Essas categorias explicitam que esse imbricamento se dá na prática através das organizações que concretizam as instituições. Assim, no exemplo dado pelo autor, uma escola é atravessada por um quartel, uma fábrica (quando prepara para a produção, quando forma uma disciplina comportamental) e é transversalizada pela política, pois lá também se aprende a se organizar politicamente, a exercitar a solidariedade etc. (BAREMBLITT, 1992, p. 36-37).

Essa relação dialética que permeia o desenvolvimento sócio-histórico das sociedades, através de suas instituições, é um aspecto fundamental, pois sabemos que essas forças são personificadas pelos sujeitos em suas práticas sociais no cotidiano dos espaços socioinstitucionais, inclusive da própria profissão.

Albuquerque (1978) entende que a prática dos atores concretos é estruturante da prática institucional, ou seja, “que a prática institucional não existe senão encarnada na prática dos atores concretos que a constituem” (ALBUQUERQUE, 1978, p.70). Assim, busca definir os elementos que estruturam a prática institucional, relaciona: “o *objeto* institucional, o *âmbito* de ação institucional, os *atores institucionais*” e suas práticas (ALBUQUERQUE, 1978, p. 70, grifos do autor).

Para tanto, Albuquerque faz uma distinção entre o *objeto institucional* e o *objeto organizacional*. Para o autor:

O objeto de organização é um determinado tipo de recursos que a organização, como sistema de meios, apropria-se transformando-o. O objeto de uma instituição [...] não se trata de um recurso, no sentido de fazer parte de um processo de transformação, nem é ele mesmo transformado pela ação institucional. [...] *O objeto institucional é aquilo sobre cuja propriedade a instituição reivindica o monopólio da de legitimidade*. Definir-se como instituição é, portanto, apropriar-se de um objeto. Nesses termos, o objeto institucional não pode ser um objeto material, como os recursos de uma organização, mas imaterial, *impalpável*, e o processo de apropriação é permanente, como processo de desapropriação dos indivíduos ou de outras instituições, no que concerne ao objeto em questão [...]. Assim, por exemplo, *criar filhos* é um hábito familiar, à mão de qualquer adulto da espécie humana, mas o saber pediátrico, isto é, a versão medicalizada da criação, só se define por referência ao objeto próprio (porque apropriado) das instituições médicas: a saúde (ALBUQUERQUE, 1978, p.70, grifos do autor).

Weisshaupt (1988), partindo das concepções de Albuquerque, enfatiza a dimensão política desse processo, quando afirma que

o objeto institucional, portanto, não é exatamente algo que se transforma. É algo que se reivindica e de que se pretende o monopólio. *Cada instituição tem por objeto um conjunto de relações sociais que considera significativas para o desenvolvimento de sua ação controladora na sociedade. Esse objeto é sempre resultante de um jogo de forças e será modificado constantemente em função das mudanças nas correlações de forças. [...]* De qualquer forma, o que precisa ser frisado é o princípio de estruturação da ação e das lutas sociais em torno de objetos institucionais específicos. *O objeto institucional não preexiste à instituição, é a ação institucional que constitui o objeto* (WEISSHAUPT, 1988, p. 30, grifos nossos).

Os autores tratam, então, do processo permanente de apropriação do objeto institucional e da ampliação do âmbito institucional, que é definido pelas relações sociais que inclui. Albuquerque (1978) destaca a tendência de toda instituição a ampliar seu âmbito de ação, ou seja, ampliar o âmbito das relações sociais sob o seu controle. Segundo ele: “por exemplo, um hospital, além das práticas estritamente ligadas à saúde, ou mais precisamente, à cura, tende a regulamentar as práticas alimentares, morais, religiosas e sexuais de seus ‘doentes’” (ALBUQUERQUE, 1978, p. 71). Afirma ainda que esse processo só é limitado pela extensão do âmbito das demais instituições e que: “Qualquer que seja o resultado da luta, será sempre em detrimento dos atores concretos” (ALBUQUERQUE, 1978, p. 72).

Com relação ao que ele chama de atores institucionais, destaca inicialmente que uma “instituição só existe na prática de seus atores institucionais, prática que consiste em intervir nas relações sociais submetidas à soberania da instituição (ALBUQUERQUE, 1978, p. 72), procedendo a uma distinção entre esses sujeitos a partir de suas posições estratégicas nos espaços socioinstitucionais. Assim, ele distingue os *agentes internos e os contextuais*.

Os *agentes internos* (WEISSHAUPT, 1988, p. 28) seriam aqueles “que diretamente ‘fazem’ a instituição, desenvolvendo positivamente sua ação” no quadro de uma unidade determinada e seriam constituídos pelos *agentes funcionais e a clientela* (população atingida)<sup>10</sup>. A relação de clientela, segundo Albuquerque, “é a que se estabelece entre a instituição e atores concretos (coletivos ou individuais) visados em sua ação [...] é a que se realiza, portanto, entre a instituição e os atores cujas relações sociais são objeto da ação institucional” (ALBUQUERQUE, 1978, p. 74).

Entre os agentes funcionais, Albuquerque (ALBUQUERQUE, 1978, p. 72) distingue os agentes privilegiados, os agentes subordinados (ou subprivilegiados) e o pessoal institucional (estes formados pelo pessoal administrativo, de manutenção, sem qualquer ligação com a ação institucional).

Consideram-se agentes privilegiados aqueles que possuem maior autonomia sobre o objeto institucional. Já os agentes subordinados, por disporem de menor autonomia sobre o objeto institucional, são mais autônomos em relação à prática institucional e acabam por delimitar o âmbito institucional. Albuquerque chama a atenção para o fato de que, por se tratar de papéis, podem

<sup>10</sup> A expressão cliente/clientela era largamente usada nos documentos e textos profissionais anteriores ao Código de Ética Profissional de 1996, em que a expressão “usuário” de direitos e políticas sociais passa a predominar na definição da população a ser atendida. Ver CFESS (2012).

ser desempenhados pelos mesmos indivíduos, com exceção das instituições mais estratificadas, em que esses agentes pertencem a categorias de pessoal diferentes, mais hierarquizadas, como são as prisões, hospitais e universidades, por exemplo (ALBUQUERQUE, 1978, p. 73).

Ou, como afirma Weisshaupt (WEISSHAUPT, 1988, p. 29), os agentes privilegiados são aqueles que realizam plenamente a ação institucional, enquanto os agentes subordinados são aqueles que a sustentam:

É o caso da organização hospitalar na qual o médico responde plenamente pela ação institucional, enquanto o assistente social, agente reconhecidamente necessário, viabiliza a mesma ação na perspectiva de apropriação do objeto que, no caso, seria a saúde (WEISSHAUPT, 1988, p. 29).

Já os agentes contextuais são aqueles que não participam diretamente da ação institucional, são externos a ela, mas a influenciam, pois atuam a partir do contexto.

Um deles é o *público*, para quem a ação é visível (pública), diante de quem a instituição precisa preservar a sua imagem e personifica o controle democrático sobre as instituições (WEISSHAUPT, 1988, p. 28). Ou, na acepção de Albuquerque, o público pode “eventualmente integrar a clientela. Observe-se que, muitas vezes, a opinião do público pode ser mais decisiva do que a da clientela, sobretudo quando o papel desta última for passivo”, como no caso de prisões, ou instituições de acolhimento para idosos ou crianças, por exemplo. (ALBUQUERQUE, 1978, p. 74).

Outro agente contextual de fundamental importância para a análise institucional é o *mandante*. Nas palavras de Albuquerque:

O *mandante* é o ator individual ou coletivo, diante do qual a instituição responde, ou em nome de quem ela age, e em geral se trata de outra instituição e, mais comumente (ou em última instância) do Estado. O mandante não manda necessariamente, mas é o proprietário ou instância de legitimação da propriedade do objeto institucional. É, portanto, a relação entre o mandante e o objeto que determina a *relação de mandato* entre a instituição e seus mandantes (ALBUQUERQUE, 1978, p. 73, grifos do autor).

Aqui Albuquerque define três tipos de *relação de mandato*: a *relação de propriedade*, em que o mandante sustenta economicamente a instituição e se apropria de seus resultados (como o corpo de acionistas de uma empresa, p. ex.); a *relação de subordinação funcional*, em que o mandante nomeia o corpo de agentes institucionais, havendo, assim, uma limitação, mas não uma exclusão, da autonomia dos agentes (p. ex., a relação da Universidade pública com o Estado); e a *relação de mandato institucional*, em que o mandante é “guardião da legitimidade institucional de que a instituição concreta se reveste” (a relação do CFESS e ABEPSS com os espaços de formação e de atuação profissional, p. ex.) (ALBUQUERQUE, 1978, p.73).

Weisshaupt alerta para o fato de que não se deve confundir mandato, com o mando: “O mandato define em nome de quem a instituição age, enquanto o mando diz respeito à chefia ou à estrutura hierárquica da organização – é o exercício da autoridade” (WEISSHAUPT, 1988, p. 28).

A distinção entre os diferentes atores institucionais se expressa em suas práticas institucionais ou, no dizer de Albuquerque, a ação institucional é

[...] o resultado das relações sociais entre agentes e mandantes ou agentes e clientes, e assim por diante. Ora, a prática de cada um desses atores é, com frequência, divergente, e muitas vezes complementar e contraditória com respeito a de outros. A prática institucional é, portanto, a resultante das práticas conflitantes dos diversos atores (ALBUQUERQUE, 1978, p. 74).

Para o autor, é fundamental identificar as práticas predominantes em uma instituição concreta, de forma a explicar a prática institucional. Nesse aspecto, Albuquerque reafirma:

Tal análise deve ser concreta, e não dedutiva: nada garante que os profissionais que dão o nome a uma instituição sejam seus agentes privilegiados efetivos. [...] É fundamental, portanto, definir concretamente os atores dominantes – agentes cuja prática tende a predominar em cada instituição concreta (ALBUQUERQUE, 1978, p. 74).

Albuquerque destaca ainda dois aspectos a serem considerados nas análises concretas das práticas institucionais: primeiro, que, nas organizações mais complexas, os agentes profissionais deixam de ser os agentes privilegiados, perdendo essa posição para uma camada do pessoal institucional, que são os administradores. Tal tendência gera uma perda da “dominância profissional de médicos, engenheiros, professores, em favor de administradores ‘profissionais’, ou não” (ALBUQUERQUE, 1978, p. 75), os quais se tornam os verdadeiros agentes privilegiados. O segundo aspecto refere-se ao fato de que

[...] apenas os atores internos agem *positivamente* como suportes da prática institucional. Desse modo, a ação dos *mandantes*, embora possa ser decisiva, é puramente negativa. Os mandantes podem paralisar a ação institucional, impedindo os agentes institucionais de agir, mas não podem agir em seu lugar, senão tonando-se, por sua vez, agentes institucionais (ALBUQUERQUE, 1978, p. 75, grifos do autor).

Logo, a análise da autonomia dos agentes institucionais não pode desconsiderar a ação negativa dos atores contextuais. Portanto, o autor reafirma a importância da análise concreta sobre as práticas institucionais resultantes das relações entre os diversos atores em suas posições estratégicas na dinâmica institucional.

Weisshaupt (1988), ao trazer essas categorias para pensar o trabalho profissional, salienta a necessidade de considerar o que ele chamava de “prática profissional” do assistente social dentro do seu contexto institucional e, para tanto, ressalta dois elementos: o Serviço Social é também uma instituição tendo, portanto, “um objeto, um âmbito e agentes determinados”; e “desenvolve sua prática no quadro organizacional das mais diversas instituições que, por sua vez, têm objeto, âmbito e agentes próprios” (WEISSHAUT, 1988, p. 31). Nesse sentido, considera que o processo de constituição do objeto do Serviço Social se dá na relação que a instituição Serviço Social estabelece com esses objetos, âmbitos e agentes de outras instituições.

Uma das considerações importantes realizadas pelo autor é de que, quando o Serviço Social se realiza enquanto uma prática subordinada, “viabiliza a plena apropriação do objeto pelos diversos agentes sociais no contexto institucional. Quando prática privilegiada, viabiliza um mínimo de institucionalização para os grupos sociais aos quais até este mínimo estaria faltando” (WEISSHPAUT, 1988, p. 31).

Entendendo que a instituição Serviço Social realiza uma função de mediação, considera que esta se realiza a partir de uma situação conjuntural, em que são redefinidas as demandas sociais, e de uma situação contextual, definida pelo quadro institucional.

Nesse sentido, o autor afirma que a atuação profissional do assistente social, enquanto agente da instituição serviço social, é duplamente orientada, pelos interesses da população atendida (clientela) e “pelos objetivos das instituições, em especial daquela em que trabalha”. ( WEISSHPAUT, 1988 . p. 32).

Ainda que não se tenha desenvolvido aqui todos os elementos trazidos pelos autores, de modo a explicitá-los no âmbito do trabalho profissional, consideramos que as categorias da análise institucional, aqui elencadas, fornecem elementos para uma análise concreta das relações cotidianas nos espaços socioinstitucionais, como um instrumento a ser utilizado pelos profissionais em seus processos de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O breve percurso aqui realizado buscou situar o trabalho do assistente social, no âmbito do trabalho coletivo, assim como trazer algumas categorias da análise institucional que podem subsidiar o trabalho profissional no interior dos espaços socioinstitucionais.

Consideramos, inicialmente, que o trabalho do assistente social, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, na condição de trabalho assalariado, limita a autonomia profissional garantida pela institucionalização da profissão; em seguida, que esse trabalho se realiza na concretização de políticas e serviços sociais que são condicionados pela política econômica em suas diferentes conjunturas, o que define racionalidades na implementação dessas políticas, que afetam diretamente o trabalho coletivo nesses espaços; e, por fim, que o trabalho desenvolvido por diferentes profissionais e trabalhadores se dá em espaços socioinstitucionais concretos, ou seja, em organizações e estabelecimentos portadores de uma cultura institucional, cujos objetos institucionais são constituídos nas relações sociais entre os diferentes sujeitos através de suas práticas.

Logo, partimos do pressuposto de que a formação profissional, a partir dessa concepção da profissão, para avançar no entendimento do trabalho concreto realizado no âmbito dos espaços socioinstitucionais, ganha maior concretude, ao incorporar elementos da análise institucional. A preocupação aqui é de que se a categoria profissional já avançou no entendimento do trabalho, do ponto de vista da inserção em processos de trabalho coletivos, se já avançou no desvendamento

das determinações econômicas e políticas sobre as políticas sociais e serviços sociais, ou seja, se, do ponto de vista das determinações macrosociais, a formação está consolidada, cabe buscar e retomar categorias de análise que possam identificar como esses processos se concretizam através das relações sociais dos diferentes sujeitos que fazem parte do trabalho coletivo, na dinâmica cotidiana dos espaços socioinstitucionais.

Portanto, a dinâmica institucional e a relação política entre os diversos sujeitos é entendida aqui como elemento constituinte dos processos de trabalho em que o assistente social se insere, assim como o são as racionalidades que informam as políticas e os serviços sociais. Assim, consideramos pertinente retomar algumas categorias teóricas da análise institucional que possam subsidiar, enquanto instrumento, a dimensão teleológica do trabalho dos assistentes sociais na concretização de processos coletivos de trabalho, de modo a conferir maior efetividade no cumprimento dos objetivos profissionais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. G. *Metáforas da desordem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ALMEIDA, N. L. T. de. Considerações iniciais para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. *Em Pauta* – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, n. 6, p. 10-29, nov. de 1995.

ALMEIDA, N. L. T. de; ALENCAR, M. M. T. de. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANTUNES, R. (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BARBOSA, R. N. de C.; CARDOSO, F. G.; ALMEIDA, N. L. T. de. A categoria processo de trabalho e o trabalho do assistente social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 58, p.109-130, 1998.

BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1992.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *Código de Ética do/a Assistente Social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso: em 17 jun. 2018.

COSTA, G. M. Aproximação ao Serviço Social como complexo ideológico. *Temporalis*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 95-117, jul./dez., 2000.

COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. *In*: MOTA, A. E. *et al.* (org.) *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, M. D. H. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. *In*: MOTA, A. E. (Org.) *A nova fábrica de consensos*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DUARTE, M. J. de O. Da análise institucional à micropolítica: contribuições para um estudo. *Em Pauta* – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, n. 16, p. 121-135, jan/jul de 2000.

FALEIROS, V. de P. *Saber profissional e poder institucional*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GRANEMANN, S. Processo de trabalho e Serviço Social I. *In*: *Capacitação em Serviço Social*. Brasília: CEAD, UnB, 1999.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo; Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, S. Serviço Social e trabalho: do que se trata? *Temporalis*, Brasília, v. 1, n.1, p. 35-58, jul./dez., 2000.

SERRA, R. M. S. *A prática institucionalizada do Serviço Social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SOUZA, M. L. *Serviço Social e instituição*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

WEISSHAUPT, J. R. (org.) *As funções sócio-institucionais do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1985.

# SOBRE OS AUTORES

## **ADRIANA RAMOS**

Graduada e doutora em Serviço Social (UFRJ) e mestre em Serviço Social (UERJ). Professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF. Coordenadora do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS/UFF). E-mail: *dryra@ig.com.br*

## **ANDERSON MARTINS SILVA**

Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Marília), mestre e doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF. E-mail: *anderson.martins.silva@hotmail.com*

## **CÉLIA MARIA GRANDINI ALBIERO**

Graduada em Serviço Social (ITE-Bauru/SP), mestre e doutora em Serviço Social (PUC-SP). Professora associada II do curso de Serviço Social e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFT. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GPESSFEP/UFT). E-mail: *celiaalbiero@uft.edu.br*

## **EDNÉIA ALVES DE OLIVEIRA (ORGANIZADORA)**

Graduada e mestre em Serviço Social (UFJF) e doutora em Serviço Social (UERJ). Professora da Faculdade de Serviço Social e permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Mercado de Trabalho e Serviço Social (CNPq). E-mail: *oliveira.edneia@uff.edu.br*

## **ELAINE MARLOVA VENZON FRANCISCO**

Graduada em Serviço Social e especialista em Sociologia Rural (UCS), mestrado em Serviço Social (UFRJ), doutorado em Sociologia (UFRJ) e pós-doutora em Serviço Social (PUC-RJ). Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Editora Chefe da Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea da UERJ. E-mail: *elainemarlova@gmail.com*

## **ELIZETE MARIA MENEGAT**

Graduada em Arquitetura (UFRGS), mestre e doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ) e pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Princeton, EUA e em Serviço Social (UFF). Professora da Faculdade de Serviço Social e permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF. E-mail: *emmenegat@gmail.com*

### **HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN**

Graduado em Administração de Empresa e Administração Pública (UFPB), mestre em Gestão e Políticas Públicas (UFRN), doutor em Serviço Social (UFRJ) e pós-doutor em Teoria Política (University of Kent, Inglaterra). Docente do Departamento de Serviço Social e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED/UFRN). E-mail: *harw@uol.com.br*

### **JOÃO MANUEL CALHAU DE OLIVEIRA**

Licenciado e mestre em Psicologia Social e das Organizações, doutor (ISCTE), pós-doutor em Psicologia (Universidade do Minho, University of London e Universidade do Porto) e em Cultura e Sexualidade (UFBA). Professor no ISCTE nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Psicologia Social e pesquisador integrado no Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-ISCTE). Professor visitante associado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. E-mail: *joao.m.oliveira@gmail.com*

### **LAURA MARCELINO LEAL**

Graduada em Serviço Social, especialista na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde do Adulto e mestranda em Serviço Social pela UFJF. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social – GEPEFSS/CNPq/UFJF. E-mail: *lauralealuff@gmail.com*

### **LUCIANA GONÇALVES PEREIRA DE PAULA**

Graduada e mestre em Serviço Social (UFJF), doutora e pós-doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social – GEPEFSS/CNPq/UFJF. E-mail: *lugppaula@gmail.com*

### **MARCELA MENDES SALES**

Graduada em Serviço Social (PUC-MG), especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo (UNICAMP), mestre e doutoranda em Serviço Social pela UFJF. Pesquisadora do grupo de pesquisa GEDIS/CNPq/UFJF. E-mail: *marcelamsales@gmail.com*

### **MARCELLA MACIEL UCHÔA**

Graduada em Serviço Social (UFT) e especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social e em Serviço Social e Políticas Sociais (UFT). Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP) e Assistente Social da Prefeitura de Miracema do Tocantins. E-mail: *marcellaucha1@hotmail.com*

**MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE (ORGANIZADOR)**

Graduado em Serviço Social (UFF), mestre em Serviço Social (UFRJ), doutor em Serviço Social (UERJ) e pós-doutor em Políticas Sociais (UCSal). Professor adjunto da Faculdade de Serviço Social e do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF. Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Bolsista Produtividade do CNPq. Coordenador do GEDIS/CNPq/UFJF, do NEPS/CNPq/UERJ e do PROAFRO/CNPq/UERJ. E-mail: *majodu@gmail.com*

**MARINA MONTEIRO DE CASTRO E CASTRO (ORGANIZADORA)**

Graduada e mestre em Serviço Social (UFJF), doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora da Faculdade de Serviço Social e permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social – GEPEFSS-FSS/UFJF. E-mail: *marinamcastro@gmail.com*

**PAULA VIDAL MOLINA**

Doutora em Serviço Social (UFRJ) e pós-doutoranda na Freie Universitat Berlin. Professora do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Chile e coordenadora do curso de mestrado em Serviço Social pela mesma universidade. Email: *pvidal@u.uchile.cl*

**TATIANA DAHMER PEREIRA**

Graduada em Serviço Social, especialista, mestre e doutora em Planejamento Urbano e Regional e pós-doutora em Sociologia pela UFRJ. Professora associada da Escola de Serviço Social e permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Política Social e Desenvolvimento (GPODE/UFF). E-mail: *tatianadahmerpereira@gmail.com*